UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

TATIANA LIMA SARMENTO PANOSSO

**Políticas públicas de cultura no estado de São Paulo:
uma análise do Legislativo Paulista (2001-2016)**

São Paulo
2018

TATIANA LIMA SARMENTO PANOSSO

**Políticas públicas de cultura no estado de São Paulo:
uma análise do Legislativo Paulista (2001-2016)**

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 24 de setembro de 2018. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:
Cultura, Política e Identidades

Orientadora:
Profa. Dra. Madalena Pedroso
Aulicino

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Panosso, Tatiana Lima Sarmento

Políticas públicas de cultura no estado de São Paulo: uma análise do Legislativo Paulista (2001-2016) / Tatiana Lima Sarmento Panosso ; orientadora, Madalena Pedroso Aulicino. – 2018
153 f.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
Versão corrigida

1. Política cultural - São Paulo (2001-2016). 2. Assembleia Legislativa - São Paulo. 3. Lei - Projeto - São Paulo (2001-2016). 4. Análise do discurso. I. Aulicino, Madalena Pedroso, orient. II. Título

CDD 22.ed.- 306.2098161

Nome: PANOSSO, Tatiana Lima Sarmento

Título: Políticas públicas de cultura no estado de São Paulo: uma análise do Legislativo Paulista (2001-2016)

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Área de concentração:
Cultura, Política e Identidades.

Aprovada em: 24/09/2018

Banca Examinadora

Profa. Dra. Valéria Barbosa de Magalhães

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Prof. Dr. Wagner Tadeu Iglecias

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel

Missão Salesiana de Mato Grosso. Universidade Católica Dom Bosco

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Madalena Pedroso Aulicino pela confiança, pelo bom humor, pela paciência e pela oportunidade de dialogar sobre política, estudos culturais, família, educação e claro, sobre o andamento da investigação.

Ao Professor Doutor Alexandre Panosso Netto que, neste ato, atuou como marido incentivador e que se divertia com minhas ansiedades e desesperos, sempre me transmitindo sua tranquilidade.

Aos meus pais, que sempre presentes e preocupados me encorajaram a seguir em frente.

Ao Deputado Enio Tatto, que me deu a oportunidade de aplicar os ensinamentos teóricos da universidade no mundo prático da política legislativa, que entende e reconhece a importância da capacitação humana e sempre curioso para saber como andava a pesquisa.

“Falar em democracia neste instante é muito importante e necessário. É quase como o ar que a gente respira.”

Luiz Inácio Lula da Silva

RESUMO

PANOSSO, Tatiana Lima Sarmento. **Políticas públicas de cultura no estado de São Paulo**: uma análise do Legislativo Paulista (2001-2016). 2018. 153 f. Dissertação. (Mestrado em Filosofia) - Escola de Artes Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Versão corrigida.

A dissertação tem como objetivo geral identificar o papel da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) na produção de políticas públicas de cultura para seus representados no período de 2001 a 2016. Os objetivos específicos foram: 1) analisar a conduta legislativa sobre o tema “cultura”; 2) transferir ao estudo quais são as ações e os pensamentos sobre cultura; 3) identificar como o termo “cultura”, aparece nas iniciativas parlamentares relacionadas à política pública e 4) analisar a contribuição de cada legislatura no desenvolvimento da cultura no Estado de São Paulo. A abordagem foi desenvolvida fundamentada na discussão do conceito de cultura a partir dos autores dos Estudos Culturais (WILLIAMS, 1969; 1989; 2007; THOMPSON, 1998; BAPTISTA, 2009; HALL, 2003; CEVASCO, 2003). Foram selecionadas um total de 341 iniciativas legislativas, das quais foram destacadas para a análise 231 que possuíam relação com a cultura e 40 que especificamente fomentam políticas públicas de cultura, tal como abordado neste estudo. Foram entregues 93 questionários para os gabinetes/mandatos dos deputados para serem respondidos sobre o tema, sendo que 29 foram respondidos e subsidiaram a análise. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009) com enfoque na interpretação dos dados. A hipótese sugerida foi que a ALESP, por meio de seus legisladores, faz políticas públicas de cultura para o Estado de São Paulo, porém, a partir da análise dos resultados, essa hipótese não foi confirmada. Como resultados podem-se destacar a consideração que existe uma deficiência na representatividade da população do estado de São Paulo na ALESP e que a cultura não é prioridade para os deputados paulistas.

Palavras-chave: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Políticas Públicas de Cultura. Iniciativas Legislativas. Estudos Culturais. Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

PANOSSO, Tatiana Lima Sarmento. **Public policies of culture in the state of São Paulo**: an analysis of the Paulista Legislative (2001-2016). 2018. 153 f. Dissertation. (Master in Philosophy) - School of Arts Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Corrected version

This dissertation has as objective identifying the role of São Paulo state Legislative House (ALESP) in the production of public policies of culture to those it represents from 2001 to 2016. The specific objectives are 1) to analyze the legislative behavior concerning the theme "culture"; 2) to include in the study what are the actions and thoughts on culture; 3) to identify how the term "culture" appears in parliamentary initiatives related to public policies and 4) to analyze the contribution of each legislature in the light of culture development in the state of São Paulo. The approach has been developed based on the discussion of the concept of culture, from authors of Cultural Studies (WILLIAMS, 1969; 1989; 2007; THOMPSON, 1998; BAPTISTA, 2009; HALL, 2003; CEVASCO, 2003). A total of 341 parliamentary initiatives have been selected, with 231 related to culture highlighted for analysis and 40 specifically fostering public policies of culture, such as approached in this study. 93 surveys have been delivered to cabinets/mandates of representatives to be answered on the theme, and 29 were answered and subsidized the analysis. The methodology used is Analysis of Content (BARDIN, 2009), with focus on data interpretation. The hypothesis suggested was that ALESP, through its legislators, makes public policies of culture for the State of São Paulo but, from the analysis of results, this has not been confirmed. Among the results one may highlight that there is a lack of representativeness in the population of the state of São Paulo at ALESP and that culture is not a priority for deputies who represent it.

Key-words: Legislative House of the state of São Paulo (ALESP). Public Policies of Culture. Legislative Initiatives. Cultural Studies. Analysis of Content.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Leis de políticas públicas de cultura no Brasil.....	41
Quadro 2 – Representação partidária na ALESP 1999-2019.....	67
Quadro 3 – Resumo do Processo Legislativo.....	71
Quadro 4 – Tramitação de projetos.....	76
Quadro 5 – PL Patrimônio/ Festas/ Feiras municipais.....	90
Quadro 6 – PL Educação.....	97
Quadro 7 – PL Política Pública.....	104
Quadro 8 – PL Autorizativo	108
Quadro 9 – PL Utilidade Pública.....	115
Quadro 10 – Renúncia Fiscal.....	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Identificação no Sistema.....	77
Figura 2 – Tela de consulta/pesquisa.....	78
Figura 3 – Consulta	79
Figura 4 – Tramitação de projeto de lei	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
CAD	Comissão de Assuntos Desportivos
CAE	Comissão de Atividades Econômicas
CAMM	Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais
CAPRT	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
CCJR	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
CCTI	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação
CDD	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais
CDDC	Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor
CE	Constituição Estadual
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CF	Constituição Federal
CFC	Comissão de Fiscalização e Controle
CFOP	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
CIE	Comissão de Infraestrutura
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CNDA	Conselho Nacional de Direito Autoral
CNIC	A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNPC	O Conselho Nacional de Política Cultural
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CS	Comissão de Saúde
CSPAP	Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários
CTC	Comissão de Transportes e Comunicações
DEM	Democratas
DET	Divisão de Equipe Técnica
DPL	Divisão de Proposições Legislativas
EC	Emenda Constitucional
FICART	Fundos de Investimento Cultural e Artístico
FNC	Fundo Nacional da Cultura
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

LAI	Lei de Acesso a Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei do Orçamento Anual
MinC	Ministério da Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Ação Cultural
PCdoB	Partido Comunista Do Brasil
PD	Partido Democrático
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEN	Partido Ecológico Nacional = PATRIOTA.
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PMDB	Movimento Democrático Brasileiro = MDB
PNC	Plano Nacional de Cultura
PODE	Podemos
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PPB	Partido Progressista Brasileiro = PP
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROAC	Programa de Ação Cultural
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional = Podemos
PV	Parido Verde
SPL	Sistema Processo Legislativo
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CULTURA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PODER LEGISLATIVO	19
2.1	Cultura: algumas abordagens	21
2.2	Políticas públicas e/de cultura	26
2.3	Poder legislativo e democracia representativa	32
3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL – LEI ROUANET	38
3.1	Política pública de cultura: uma visão nacional	39
3.2	Lei Rouanet e a CPI	49
3.2.1	Resultados da CPI	55
3.3	Política pública – uma visão estadual	58
4	POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA EM SÃO PAULO A PARTIR DO PODER LEGISLATIVO	63
4.1	Poder Legislativo paulista	65
4.1.1	Composição do legislativo no século XXI	66
4.1.2	Obrigações constitucionais	70
4.1.3	O processo legislativo	71
4.2	O Procedimento e o Sistema do Processo Legislativo (SPL)	74
5	POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA NA ALESP. PROJETOS DE LEI E REPRESENTANTES	81
5.1	Discussão metodológica	83
5.2	Dos 341 projetos selecionados	87
5.2.1	PL Patrimônio/ Festas/ Feiras Municipais	89
5.2.2	PL Educação	96
5.2.3	PL Política pública	103
5.2.4	PL Autorizativo	108
5.2.5	PL Utilidade pública	114
5.2.6	PL Renúncia fiscal	117
5.3	Entrevistas/ Questionários	121
4.3.1	Questão n. 1	124
4.3.2	Questão n. 2	128
4.3.3	Questão n. 3	132

4.3.4	Questão n. 4.....	136
4.3.5	Questão n. 5.....	138
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS.....	148
	APÊNDICE 1 - Questionários	
	ANEXO 1 – Agenda 21 da Cultura	
	ANEXO 2 – Temas concorrentes	
	ANEXO 3 – Sem aderência ao objeto	

1 INTRODUÇÃO

A cultura, como sabemos, possui uma natureza intempestiva e complexa. Não apenas por sua verve artística ou sua onipresença antropológica. Mas, sobretudo, porque é cadenciada pela circulação de símbolos fluidos, pela formação de identidades e subjetividades. É intempestiva porque recebe o sopro e o dinamismo da formulação humana. Saber harmonizar essa intempestividade, intangibilidade e complexidade com a prudência e objetividade dos números - talvez seja este o principal desafio das políticas culturais do Século XXI (BRASIL, 2006)¹.

A inquietação do ex-Ministro da Cultura acerca dos desafios que a área possui, demonstra que precisamos, enquanto atores sociais, institucionais ou governamentais, agir ou propor ações por meio da representatividade fomentando seu desenvolvimento.

A legislação estadual de política pública de cultura no século XXI, por iniciativa parlamentar, são os elementos norteadores da presente pesquisa. Contextualizar os Estudos Culturais como campo social, político e suas relações com políticas públicas de cultura e poder legislativo portanto, é fundamental inclusive para explorar aspectos legais do direito à cultura e da democracia representativa.

O marco legal de políticas públicas de cultura no Brasil e mais precisamente em São Paulo é explorado por meio dos projetos de lei e a visão de parlamentares que ocupam os 94 lugares da casa de leis do estado de São Paulo (ALESP) entre os anos de 2001 e 2016. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o direcionamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) na temática da cultura, analisando as iniciativas legislativas no período. Os objetivos específicos são analisar a conduta legislativa e transferir ao estudo quais são as ações e os pensamentos sobre cultura; identificar como o “verbete” cultura, aparece nas iniciativas parlamentares relacionadas à política pública e, analisar a contribuição de cada legislatura no desenvolvimento da cultura no estado de São Paulo.

As atividades parlamentares relacionadas à atribuição legislativa de produzir leis estão organizadas e armazenadas num sistema que possui mecanismos de buscas que possibilita facilmente aos interessados pesquisar o trabalho dos parlamentares, por partidos, por tema, por período temporal e por

¹ Discurso do ex-Ministro Gilberto Gil na divulgação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, Rio de Janeiro, 29 nov.2006.

grupo a que pertença o parlamentar e as características de atuação. O Sistema do Processo Legislativo (SPL) é a ferramenta alimentada por parlamentares, assessoria parlamentar e técnica previamente autorizada a manuseá-lo, dependendo de identificação com senha.

O recurso utilizado é o banco de dados de projetos de lei de iniciativa da Assembleia Legislativa Paulista direcionado para a sociedade civil legitimamente representada. A Assembleia Legislativa tem um sistema interno de proposição, trâmite e acompanhamento que pode ser examinado por assunto, autor, ano e número legislativo.

Outra análise também foi feita a partir de respostas dos parlamentares a um questionário. A metodologia utilizada foi o levantamento e inventário das proposições de projetos de lei relacionados a cultura do banco de dados da ALESP no século XXI, questionários com os deputados estaduais e pesquisa teórica recorrendo a fontes bibliográficas sobre o tema à luz da interpretação dos Estudos Culturais.

As proposições passam por uma revisão preliminar conforme estabelecido no manual de proposições legislativas e seguem para numeração e publicação. A partir desse procedimento, elas ganham “vida legislativa” e passam a ser acompanhadas pela população no endereço eletrônico do órgão e no Diário Oficial do estado (em caderno e seção específicas) cumprindo a Lei de Acesso a Informação (LAI), lei nº 12.527/2011.

A população, de modo geral, localiza as mesmas informações trazidas pelo SPL, sem grandes entraves. Dados que não são localizados a partir da busca feita, devem ser requisitados junto à instituição com fundamento na LAI.

Poderíamos, perfeitamente, utilizar dos dados disponíveis no Portal, porém, optamos por manusear o SPL, recorrendo a ele como facilitador de obtenção, tabulação, palavra-chave e temporalidade dos dados, uma vez que dentre as atribuições da assessoria que realizamos, alimentá-lo, realizar pesquisa, observar tramitação é atividade vinculada à função.

Os subsídios para investigar políticas públicas de cultura pela ótica legislativa desenvolvida no estado de São Paulo foram explorados por meio de levantamento bibliográfico, plataforma de banco de leis e posicionamento dos parlamentares, indicando o direcionamento da casa legislativa do estado de São Paulo no que se refere à cultura. No contexto da análise evidenciamos que

o estado de São Paulo teve como chefe do poder executivo o mesmo nome e a mesma política de governo, constando-se a inexistência de alternância de gestão do poder executivo estadual.

A proposta justifica-se, pois até o presente momento não foram desenvolvidos estudos que analisassem o papel da ALESP em contribuição para ações culturais voltadas para públicos de menor poder aquisitivo, em sentido amplo, no estado de São Paulo. Propomos como objetivo, identificar a aproximação do legislativo daquilo que é sua atribuição constitucional diante das diferentes abordagens e complexidades que são objetos culturais no processo legislativo paulista, de modo que: nos últimos anos, o poder legislativo paulista esteve voltado para ações culturais? Como por exemplo fomentar ações de cultura conforme disposto no Programa de Ação Cultural (ProAC).

O estudo é dirigido de duas formas. Primeiro verifica-se o que se entende por cultura, em sentido amplo, na concepção dos Estudos Culturais, usando a fundamentação teórica de textos pré-selecionados de autores e, a segunda forma é a coleta/análise dos dados que devem traduzir o papel do poder legislativo por meio de uma das suas atribuições constitucionais, qual seja: a de criar leis. Identificando a (palavra) cultura em iniciativas parlamentares e relacioná-las à política pública é outro objetivo proposto, bem como a análise da contribuição, se houver, de cada legislador em legislação cultural no estado de São Paulo, conforme capítulo final.

O objetivo deste estudo é identificar o papel da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo na produção de políticas públicas de cultura para seus representados, entre os anos de 2001 e 2016. O resultado esperado consiste em afirmar ou negar se tais políticas públicas estão sendo produzidas na ALESP.

Na segunda seção, a abordagem é específica acerca da contextualização da cultura, das políticas públicas e seu segmento com a cultura. Debruçamo-nos em aspectos das instituições públicas e representativas e suas contribuições na democracia representativa, fundamentando o estado da arte em autores que analisam estudos de cultura relacionando-os com a representatividade democrática da ALESP.

Na terceira seção, a discussão é sobre o marco legal de políticas públicas de cultura no Brasil e em São Paulo dentro do período preestabelecido, explorando a competência originária do legislativo de fiscalizar o executivo e, portanto analisando o desdobramento da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Lei Rouanet que passou por críticas quanto aos beneficiados da lei de incentivos entre os anos de 2016-2017. Na esfera estadual, descrevemos incentivos legais que o Programa de Ação Cultural – ProAC oferece aos criadores de cultura em São Paulo. Tal programa é fundamentalmente implementado por meio de incentivos, como é a Lei Rouanet, porém com especificidades de tributação estadual.

Em seguida exploramos a construção legislativa com fundamento constitucional de leis e de projetos de lei com aderência a políticas públicas de cultura. O objetivo desta seção é fundamentar as atribuições do legislativo paulista em iniciativas de políticas públicas de cultura, seus impactos e organização ou reorganização daquilo que já existe monitorando, avaliando e fomentando programas e ações.

Na quinta seção, elaboramos um estudo com o objetivo de analisar o papel da ALESP em políticas públicas de cultura. É uma seção destinada a discussão, tabulação e análise dos projetos de lei apresentando resultados bem como críticas e contribuições, enfatizando a tramitação e o avanço de políticas públicas na construção e legitimação de cultura no estado de São Paulo. Os dados coletados, nesta etapa, identificados por meio de levantamento da produção específica sobre cultura e políticas públicas de cultura foi somado à experiência de 29 parlamentares que responderam um questionário anexado ao trabalho no apêndice 1.

Por fim, nas considerações finais, procuramos sustentar a atribuição constitucional da participação do legislativo em fazer políticas públicas a partir daquilo que a própria ALESP produz neste sentido, deparamo-nos com o descumprimento das atribuições do papel do poder legislativo paulista e da representatividade tímida em relação às políticas públicas de cultura, ou seja, o poder legislativo paulista não tem cumprido seu papel em relação as políticas públicas de cultura, porque foram identificados resultados tímidos nesse sentido.

2 CULTURA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PODER LEGISLATIVO

As instituições políticas dos poderes no Brasil vêm passando por alterações significativas quanto à confiança e, conseqüentemente, por uma crise de instituições - senão generalizada - bem robusta.

A Constituição Federal de 1988 não é um conteúdo estagnado. No texto constitucional identificamos a organização e aplicabilidade dos preceitos a partir, por exemplo, da classificação e organização em que define direitos e deveres para o povo e para seus representantes. No que se refere à representação, ressaltamos o trecho que trata da organização dos poderes, incluídos entre os artigos 44 e 135. Tal organização separa as instituições políticas em executiva, legislativa e judiciária e a cada uma delas distribui atribuições, competências e deveres. Ao poder legislativo cabe contribuir para que a sociedade seja regrada por leis, fortalecendo a democracia. Tão importante quanto isso, está a determinação de fiscalizar, acompanhar e agir de maneira que permita que o poder executivo cumpra suas responsabilidades, como por exemplo, execute orçamento de forma otimizada e que atenda às necessidades da população. O orçamento, a geração de recursos por meio de tributos, está mais adiante e nada mais é do que otimização, escolha e prioridades realizadas com a entrada e a saída dos recursos financeiros arrecadados e gastos.

O papel do legislativo, que constitucionalmente representa a sociedade e é (ou deveria ser) a sua voz, é de um ator e também um autor de políticas públicas com alicerce constitucional. Observamos que para qualquer modificação do estado atual da sociedade é necessário ter atuação política combinada com recursos (financeiros).

Uma vez que o parlamentar é a voz do cidadão e é corresponsável pela administração dos recursos, Loureiro (2009) nos faz refletir acerca da atuação política como ente de representatividade da sociedade.

Os princípios representativos fundamentam a legitimidade dos regimes, a formação da autoridade, os arranjos institucionais e as formas de vinculação entre os cidadãos e o poder nas democracias contemporâneas. Todavia, o tema da crise da representação está presente hoje não só nos debates acadêmicos como nos meios políticos de todos os países democráticos. É amplamente reconhecido que as eleições são instrumentos insuficientes de expressão da soberania popular, de responsividade e de representatividade dos governantes. O peso desmesurado do poder

econômico, a corrupção relacionada ao financiamento de campanhas, a desproporcionalidade na tradução de votos em cadeiras, entre outros, questionam os parlamentos como espaços de representação (LOUREIRO, 2009, p. 63).

A representatividade para a Loureiro (2009) é requisito das democracias atuais, porém a participação e a fiscalização dos cidadãos devem ir além do voto, além da legitimidade trazida pelas eleições. A crise de representação deslegitima os eleitos, de modo que os interesses do representante se descolam dos preceitos legais, envolvendo a manipulação da máquina pública e a obtenção de vantagens ilícitas, possibilitando a desaprovação e a descrença em relação ao eleito. As consequências disso esbarram em soluções que podem diluir a democracia e a alternância de regime mais ou menos legítimo a depender do que a sociedade deseja.

O legislativo paulista entra na discussão como ferramenta institucional para tratar da participação, do diálogo e de sua proximidade ou distância da sociedade, como por exemplo, criar leis que não passaram pelo processo de construção coletiva, de troca e de pertencimento da população, como ponto central de uma democracia legitimada.

A participação da população nas instituições ganha forças ao longo do século XXI, ainda modestas, mas vem avançando. As ações demonstram a importância e a necessidade de termos, por exemplo, um orçamento participativo (é o caso do Município São Paulo), audiências públicas e conselhos representativos para debater conflitos, políticas públicas e orçamento, conforme trataremos mais adiante.

Legislar no século XXI é seguramente mais complexo e exigente do que nos séculos passados, quer pelos temas tratados, quer pela necessidade de acompanhar a velocidade vertiginosa da evolução social, econômica e tecnológica, quer ainda pelo aumento dos atores legislativos e, finalmente, pela maior exigência dos destinatários (SOARES e ASSUNÇÃO, 2015, p. 103-104).

O século XXI vem sendo marcado pela rapidez e pela quantidade de informações que regem o desenvolvimento da população acerca dos fatores que nos são caros e, segundo os autores, as instituições estão pressionadas e desafiadas a regulamentar e legislar para uma sociedade em transformação, com atores que rebatem e debatem o que é melhor para si.

Como o cenário a ser debatido nesse trabalho consiste em demonstrar como estão sendo pensadas/ criadas/ debatidas/ produzidas e organizadas as

políticas públicas de cultura num legislativo em crise (LOUREIRO, 2009), ressaltamos que o legislativo parece estar desviado das atividades inerentes à ao mandato que é exercido pelo eleito e não à pessoa que se apropria do mandato, transformando o parlamento em lugar de interesses próprios e isso se identifica na análise da produção das lei conforme veremos oportunamente.

A cultura na perspectiva dessa dissertação estabelece um vínculo com o legislativo paulista, por meio da democracia representativa, na atribuição de legislar acerca de políticas públicas de cultura. Nesse sentido, e delimitado às abordagens dos Estudos Culturais, a teoria nos permite chegar ao estado da arte em políticas públicas de cultura na visão do legislador.

2.1 Cultura: algumas abordagens

O conceito de cultura é mais complexo do que pode parecer a um olhar ingênuo (BOSI, 1973). É uma palavra de uso comum e é utilizada continuamente nas diversas áreas do conhecimento e nos posicionamentos de grupos sociais (CHAUÍ, 1996). Observamos que ela recebe inúmeras facetas no processo de construção histórica, nas tensões e nos conflitos provenientes de interesses divergentes e relações de poder existentes na sociedade. É um termo que depende do seu *locus* para ter um ou outro sentido. Eagleton (2011, p.9) corrobora com a afirmação quando diz que "Cultura" é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua, e ao termo que é por vezes considerado seu oposto – "natureza" – é comumente conferida à honra de ser o mais complexo de todos". Williams, por sua vez, acrescenta que:

Culture é uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa. Isso ocorre em parte por causa de seu intrincado desenvolvimento histórico em diversas línguas europeias, mas principalmente porque passou a ser usada para referir-se a conceitos importantes em diversas disciplinas intelectuais distintas e em diversos sistemas de pensamento distintos e incompatíveis (WILLIAMS, 2007, p. 117).

A cultura, como destacado por Williams (2007), está presente em diversos campos de pesquisa e da sociedade. Nessa pesquisa, é utilizada e desenvolvida tendo como pano de fundo a relação com poder, representatividade, participação e relações de dominação e de soberania,

sendo os dois últimos amplamente questionados nas investigações dos Estudos Culturais. Os Estudos Culturais, no nosso entendimento, tem como um de seus ensinamentos, dar voz e vez aos grupos que não tem, ou que não teriam acesso a direitos, entre eles, o direito à cultura. Nesse cenário, a relação com o parlamento, com a legislação e fiscalização como atos próprios do legislativo e do executivo, expande possibilidades de acesso, de defesa e de produção cultural.

Cultura é tema que transita nas três esferas da organização do poder. Especificamente, no poder legislativo, as ações comuns estão relacionadas a legislar, fiscalizar e exercer controle social e constitucional. O Brasil, para fins de administração e gestão, se organiza com base na divisão dos poderes. O recorte para esse estudo consiste na investigação das competências do poder legislativo como órgão que representa a sociedade nas políticas públicas de cultura, guardadas as peculiaridades do caso da casa legislativa do estado de São Paulo.

A cultura e o seu desenvolvimento estão relacionados com o que Raymond Williams (1989) retrata em seus estudos, tal como a construção da cultura a partir do conhecimento e vivência. Em Williams (1989), localizamos o preceito de direito à cultura que pode ser interpretada como a forma mais ampla de lei.

“A cultura é de todos, em todas as sociedades e em todos os modos de pensar” (WILLIAMS, 1989). O autor nos convida a interpretar suas palavras como uma possibilidade de direito, ou seja, uma expectativa de direito. Ele pressupõe que a ideia de democracia cultural (tomada num sentido universal), ou seja, sob a qual o acesso aos produtos culturais da humanidade não devem ser privilégio de alguns, nem sua produção relacionada a atributos especiais ou a uma “iluminação do espírito”: a cultura é ordinária/comum e é produzida socialmente. Assim sendo,

Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo. Alguns escritores usam essa palavra para um ou para outro sentido, mas insisto nos dois, e na importância de sua conjugação (WILLIAMS, 1989, p. 2).

Nessa passagem, o autor dá à dimensão da cultura dizer que ela está relacionada ao modo de vida, e que ela se alicerça nos Estudos Culturais, nos direitos e na legislação. Os vários lados da cultura demonstram o seu lugar e sua transformação, gerando consequências para a sociedade positivas e negativas.

As sociedades se moldam – criam a necessidade de políticas públicas de cultura -, ou são moldadas – executam a política conforme a lei determina para, em tese, gerir ou produzir cultura, como é o exemplo da Lei Rouanet que é uma política pública que financia projetos culturais conforme critérios preestabelecidos, conforme veremos adiante.

Conforme já observado, a cultura é de todos e é comum a todos. Essa afirmação é fundamental para justificar e analisar o papel legislativo no tema e ao processo/ participação democrática. E mais, a cultura comum é uma característica da democracia de um direito, da viabilização do acesso de todas as formas e não de uma cultura igual. Ressaltamos que a igualdade neste contexto é aquela trazida no sentido constitucional, no sentido de que “todos são iguais perante a lei” conforme o artigo 5º da Constituição Federal. A essa afirmação também recorreremos às palavras de Williams (1969):

Uma cultura comum não é, em nenhum nível, uma cultura igual. Mas pressupõe, sempre, a igualdade do ser, sem a qual a experiência comum não pode ser valorizada. Uma cultura comum não pode opor restrições absolutas ao acesso a qualquer das suas atividades: este é o sentido real do princípio de igualdade de oportunidades (WILLIAMS, 1969, p. 326).

Ao examinar mais essa contribuição, o princípio de igualdade de oportunidades relacionado a bens culturais materiais e imateriais, que também são fontes na legislação, tem forte influência nas relações culturais e sociais. Williams (1969), ao investigar a cultura pela perspectiva sociológica e histórica, demonstra a transformação conceitual e se debruça na inquietação da sua democratização, seu compartilhamento e oportunidade.

Na mesma direção, no ato de compreender o que é “cultura” como direito, cabe uma observação da evolução histórica, social e por analogia, jurídica. Thompson (1998) evidencia o papel dos grupos sociais que utilizavam outros termos para registrar comportamentos e pensamentos similares à palavra cultura. “Nos séculos precedentes, o termo ‘costume’ foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra ‘cultura’. O

costume era a “segunda natureza” do homem” (THOMPSON, 1998, p. 14). O costume é (e foi) compreendido, inclusive no mundo jurídico, como um termo sinônimo de códigos e regras. Thompson trata e correlaciona cultura com aspectos jurídicos e ao direito ao dizer que

Se, de um lado o “costume” incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à “cultura”, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei (THOMPSON, 1998, p. 15).

Percebe-se que o autor compreende o costume e a cultura de forma complementar. Considera transformações históricas de um país e chama a atenção para a manutenção dos costumes. Isso se reconhece também quando diz que “As práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera diversificada dos costumes” (THOMPSON, 1998, p.18).

O costume é o hábito, ou seja, a repetição de ações que se denominam por costume e que formam o cotidiano. Se existe uma repetição nas e das ações de forma cotidiana, podem ser incorporadas pelas regras de convivência e, a depender da forma que se legisla em todo o país, tornam-se lei, formadas a partir dos hábitos - direitos consuetudinários.

A evolução do conceito e da origem da cultura, aos olhos dos direitos consagrados na Constituição Federal vigente, pode ser localizada no bojo dos direitos fundamentais, de modo que, a cultura é uma importante ferramenta para a construção da cidadania.

É na interface com autores dos Estudos Culturais que emerge o desafio de romper paradigmas e estudar o comportamento humano por outras lentes, que não aquelas tradicionais, assim nos deparamos com o intuito de investigar e pesquisar cultura para além das bases de conceitos tradicionais trazidos até o momento.

Baptista (2009) contribui para investigação em Estudos Culturais, como um campo gravitacional, atraindo pesquisadores de muitas áreas que estejam interessados em contribuir para a co-construção do conhecimento científico.

Os Estudos Culturais apresentam-se, desde a sua gênese, menos como uma disciplina e mais como um ‘campo gravitacional’ para intelectuais de diferentes origens (Bennett, 1992). Entre as diversas formações dos investigadores que trabalham nesta área, destacam-se aqueles que são oriundos dos Estudos Literários, Linguística, Sociologia, História, Antropologia, Comunicação, Geografia, Estudos

Fílmicos, Psicologia, Educação e Filosofia; menos presentes, mas por vezes participantes empenhados no desenvolvimento de projectos de investigação em Estudos Culturais encontram-se economistas, juristas e peritos em relações internacionais (BAPTISTA, 2009, p. 455-456).

O exercício proposto acima tratamos de estudar a sociedade pelos olhos da cultura ou estudar a cultura pelos olhos da sociedade, observando-a como ponto central do comportamento e das práticas sociais.

Em continuidade dos ensinamentos de Baptista (2009), destaca-se que

Uma outra característica muito frequente na análise praticada pelos Estudos Culturais consiste no compromisso cívico e político (no sentido grego e mais radical de intervenção e envolvimento nos assuntos da polis) de estudar o mundo, de modo a poder intervir nele com mais rigor e eficácia, construindo um conhecimento com relevância social (Pina, 2003). Este compromisso político (sublinhemos de novo, no sentido mais lato e profundo do termo) filia-se num contexto mais genericamente definido a partir dos princípios da democracia cultural (BAPTISTA, 2009, p.453).

Evidenciamos que Baptista (2009) aponta uma conexão de análise relacionada a princípios, à democracia, à legitimidade, e, portanto, às iniciativas parlamentares e ao controle das políticas existentes sobre cultura no campo do Poder Legislativo. Cumpre notar que os Estudos Culturais possuem como característica a assimilação dos fenômenos sociais e englobam a maioria dos objetos que podem ser estudados e que guardam relações com a sociedade, que é um fenômeno em constante mudança e renovação. Ainda na percepção de Baptista (2009, p. 459), as investigações que guardam relação com os Estudos Culturais “multiplicam-se e constituem focos problemáticos de luta intelectual contínua, que têm apenas como ponto unificador o conceito, equívoco e problemático, de Cultura”.

Como se pode apreender do exposto, a conceituação estabelecida neste estudo frisa uma discussão das relações culturais com a sociedade. Sabemos que os Estudos Culturais elevam o estudo de cultura como ponto central de uma sociedade. Seus impactos estão nas relações sociais que se formam entre a cultura e o contexto social, estudando identidades a partir de heterogenia cultural de maneira que diferentes disciplinas atuam para estudar os aspectos culturais da sociedade. Diante da interdisciplinaridade e da multiplicidade de culturas, verificamos também que o tema está sempre em transformação, não existindo verdades absolutas, pois as relações são interculturais e diversificadas e isso está refletido nas leis.

A abrangência, a complexidade e a dinâmica do contexto no qual é utilizada, a “cultura” também deve ser refletida nas questões relacionadas ao multicultural e multiculturalismo. Hall (2003) define multicultural como a descrição de características sociais e problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum. Multiculturalismo seriam as estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade. O autor leva a refletir sobre a cultura como objeto da política e, por analogia, como objeto de política no ambiente legislativo. O corpo legislativo pensando e atuando em suas prerrogativas alteram o estado da arte na interpretação política, alterando por consequência a interpretação jurídica de determinado objeto, ou seja, o parlamentar propõe leis com base nas suas correntes de luta política e de provocação do corpo que lhe assessora, independentemente da abertura de espaços e de discussão com a sociedade organizada.

Assim, contextualizamos a cultura por meio de algumas referências que os Estudos Culturais nos trazem, de modo a fundamentar sua relação com o universo jurídico e legislativo em que a análise se desenvolve.

2.2 Políticas públicas e/de cultura

Neste ponto nos deparamos com mais uma complexidade: a política. Para esta pesquisa, adotaremos a definição clássica de Bobbio (2008, p.954) “o conceito de política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder”.

Outro elemento que percorre nossa análise está em entender quem é e onde está o poder público. Nós somos e conhecemos os caminhos de localizar e interagir. Herrlein Jr., 2014 faz o exercício de questionamento ao dizer que

A ideia de levar o poder público a operar de acordo com os princípios de inclusão e discussão da sociedade civil é um horizonte que precisa ser desdobrado em práticas sociais e políticas públicas nas brechas do Estado capitalista realmente existente, buscando ampliá-las e, afinal, submeter suas ações e políticas ao controle da grande maioria da população, para a consecução de finalidades democraticamente estabelecidas (HERRLEIN JR., 2014, p. 91).

A sociedade precisa, do mesmo modo, saber quem ela é e onde ela está. A clareza dos papéis indica e orienta o debate público priorizando ou não lutas por políticas públicas num modelo democrático que não está caminhando nessa direção.

A instituição legislativa tem o poder, conferido pela sociedade de fazer valer a vontade da maioria no processo democrático. Sua missão de representatividade é visualizada nas proposições legislativas, por exemplo. Mais adiante trataremos da distorção do poder e do conflito de uso do poder e da política, de forma legítima, para obtenção de vantagens.

A figura parlamentar, ao menos no campo teórico – de forma abstrata, ao propor leis de incentivo à cultura modifica a oferta cultural para a população. Desse modo tornando mais democrático e universalizando os direitos, distribuindo-os melhor entre as classes sociais, diminuindo as diferenças e o abismo cultural, popularizando o acesso ao direito.

O acesso a qualquer atividade cultural não pode depender da condição social (Williams, 1969, p. 336). Nesse sentido, e retomando a discussão acerca da democracia cultural, entram em cena as políticas públicas, como instrumento que se introduz na agenda estatal e passa a ser disseminada com intuito de diminuir diferença/abismos culturais. A legislação, por exemplo, pode tornar essa aproximação e equilíbrio possíveis.

É nesse contexto que a análise da cultura no âmbito do poder legislativo paulista é iniciada, identificando o direcionamento da casa legislativa do estado de São Paulo no que se refere ao tema da cultura na atualidade. Para tanto, é necessária a apreciação das visões relacionadas à função do parlamento brasileiro e, consequentemente, paulista.

Após uma análise para contextualizar a problemática apresentada, políticas públicas são outro elemento do debate que retratarão o papel do poder legislativo quando o assunto é cultura. Vejamos seu lugar no governo.

A elaboração de políticas públicas perpassa obstáculos de ação governamental, enfrentando recursos orçamentários, formulação de projetos de lei – processo legislativo –, participação do Estado, participação de agentes públicos, transparência pública, responsividade, calendário eleitoral, audiências públicas, processo político-eleitoral, janela de oportunidade e, ainda, processo político e gestão governamental, entre outros.

Daí a tese de Habermas (1998) de que não há Estado de direito sem democracia e vice-versa. Os destinatários da lei devem se perceber como sujeitos de direitos privados e como cidadãos, coautores que se veem na lei e passam a reconhecê-la. Os problemas de legitimidade só se solucionam pela percepção de que, na verdade, o direito faz parte da sociedade e representa a dinâmica interna dos processos político-sociais (SOARES e ASSUNÇÃO, 2015, p.106).

Deste modo, a pesquisa pretende destacar as ações que o parlamento paulista desenvolve na formulação de políticas públicas sobre cultura, através do instrumento de disseminação do poder que se configura como norma jurídica formal, permitindo que os cidadãos tracem um perfil dos seus representantes diante dos dados a serem levantados.

Política pública, na visão de Souza (2006), pincela vários e curtos posicionamentos de autores consagrados no tema, de modo que

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

A análise de políticas públicas, como segmento da análise política está completamente relacionada com o governo, e mais precisamente com ações/omissões do governo. Souza (2006) afirma que uma política pública precisa responder às indagações trazidas por Laswell (1936/1958): quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. É necessário saber quem ganha o quê com políticas públicas, por que fazer políticas públicas e que diferenças políticas públicas exercem sobre a sociedade. Políticas públicas, sempre no plural, porque envolve um conjunto de decisões. A resposta a tais questões serve como indicador para as escolhas do governo.

Bucci (2013) também contribui para essa análise ao afirmar que

Políticas públicas definem-se como programas de ação governamental, em cuja formação há um elemento processual estruturante: ‘política pública é o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados!...’ (BUCCI, 2013, p.109).

Ação governamental e política pública são considerados complementares no curso do seu ciclo (definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação) é tão importante quanto a ação governamental em si, é a sua legalidade perante a justiça. A regulação e o alcance da ação devem ser garantidos legalmente. As arenas sociais e as instituições possuem papel fundamental nas políticas públicas. É papel do parlamento observar os benefícios de criar política pública de cultura e como estes benefícios atingem seus eleitores. As políticas públicas são, também, fundamentais para entender o papel do Estado e sua atuação nas políticas públicas de cultura.

Os Estudos Culturais, neste contexto, compreendem um campo de estudo que investiga a cultura e suas vertentes no desenvolvimento da sociedade. Em se tratando de cultura e de sua relação com as classes populares, Mattelart e Neveau (2004) tratam de impactos dos Estudos Culturais desde sua sustentabilidade social dizendo:

Temos aqui um dos pontos da decolagem e do impacto dos estudos culturais. Fazer das culturas populares ou dos estilos de vida das novas classes objetos dignos de um investimento erudito pode também ser lido em sua dimensão de acompanhamento de uma mobilidade social desconfortável para novas gerações intelectuais, bem como ponto de honra de continuar a luta política no campo acadêmico (MATTELART e NEVEAU, 2004, p. 50-51).

A cultura, seja ela popular ou erudita, é trazida pelos Estudos Culturais como objeto de mobilização. As classes sociais reclamam as necessidades e partem para uma luta, na tentativa de serem ouvidas e atendidas pelos governos, alterando, muitas vezes, o foco da análise acadêmica.

Souza (2007) ao tratar da importância de se pesquisar e gerar conhecimento em políticas públicas no Brasil, evidencia questões inerentes à restrição de gastos e ao papel do governo. O custo é, também, determinante no sucesso e na eficácia da ação para fins sociais e acadêmicos, realçando que desenhar políticas públicas em países que estão sujeitos a ajuste fiscal e equilíbrio orçamentário não é tarefa fácil. Há que pensar políticas públicas tendo como objetivo o desenvolvimento econômico equilibrado e a promoção da inclusão social. Do exposto, a autora destaca que:

- a) políticas públicas são utilizadas como ferramentas de análise do governo com base nas questões públicas;

- b) políticas públicas como soma de atividades dos governos que agem diretamente ou por delegação;
- c) a escolha do governo (fazer ou não fazer);
- d) políticas públicas devem responder questões de “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”;
- e) políticas públicas são regras formuladas por autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo usando sanções.

O interesse global (ou objetivo geral) das políticas públicas está no desenvolvimento, na melhoria das condições de vida. O equilíbrio, a igualdade, a democracia, a multidisciplinaridade, a política, a eficiência e a participação são características que permeiam a ação. O processo da política pública é mutável e realocado em casos de mudanças políticas e de governo, principalmente. As políticas públicas perpassam e ultrapassam governos, não se esgotando na gestão daquele que a identificou. Em síntese, podemos considerar que os conflitos comuns da política presentes no parlamento são esclarecidos e adaptáveis ao modelo de Estado que pode ser mais ou menos social.

Em geral, verificamos que o poder público ao discutir temas como a cultura, o faz com o foco nas massas, popularizando aquilo que inicialmente era possível somente às classes sociais com maior poder de aquisição e consumo (burguesias) rompendo paradigmas.

As contribuições de Hall (2003) nos dizem que o estudo da cultura deve ocorrer num espaço multidisciplinar apontando a ambiguidade e as rupturas originárias dos desdobramentos. A noção de continuidade existe ao se tratar da amplitude das demandas e dos problemas sociais.

O que importa são as rupturas significativas – em que velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas. Mudanças em uma problemática transformam significativamente a natureza das questões propostas, as formas como são propostas e a maneira como podem ser adequadamente respondidas. Tais mudanças de perspectiva refletem não só os resultados do próprio trabalho intelectual, mas também a maneira como os desenvolvimentos e as verdadeiras transformações históricas são apropriados no pensamento e fornecem ao Pensamento, não sua garantia de “correção”, mas suas orientações fundamentais, suas condições de existência. É por causa dessa articulação complexa entre pensamento e realidade histórica, refletida nas categorias sociais do pensamento e na contínua dialética

entre “poder” e “conhecimento”, que tais rupturas são dignas de registro (HALL, 2003, p. 131).

A exploração da cultura por novos focos rompe modelos utilizados até o momento permitindo que a análise seja construída por grupos diversificados, sendo que o certo e o errado se modifiquem em função da realidade histórica, da realidade dos grupos sociais e da realidade econômica que auxilia na determinação do que é poder e do que é conhecimento.

A cultura permeada por vínculos de poder, hierarquização, relações de dominação, institucionalização, e de soberania é amplamente questionada nas investigações dos Estudos Culturais. A proteção dos grupos que não tem, ou que não teriam acesso às atividades culturais e a diminuição dos desequilíbrios pode ter algumas respostas nas políticas públicas. A ação parlamentar – por meio das leis – expandem as possibilidades de acesso, de defesa e de produção cultural.

Os conflitos entre a pesquisa e a política são evidentes. Seus objetos de análise levam à discussão de questões contemporâneas e culturais originários e consequentes de diferentes ‘arquiteturas’ sociais.

A institucionalização dos estudos culturais começou em Birmingham à sombra de um departamento de Inglês, mas hoje muitas universidades britânicas têm seus departamentos próprios, e a indústria das publicações segue um ritmo tal que levou um editor a dizer que os anos 1990 passarão à história das publicações como o momento do *Reader* de estudos culturais, antologias extensas que, com a contribuição de diversos autores, tentam mapear a tradição e projetar a trajetória futura dessa que é “a disciplina que mais progride” (CEVASCO, 2003, p. 155).

Cevasco (2003) remete ao processo de institucionalização dos Estudos Culturais, que vem sendo oficializado a partir do *The Cultural Studies Reader*, citado pela autora apenas como Reader. Os leitores dos Estudos Culturais publicavam fatos da vida operária e da exploração e denúncias das diferenças sociais na vida inglesa que foram mapeadas e divulgadas, e que passaram a fazer parte da história. O cenário em que nascem os Estudos Culturais, é um cenário de operários e de trabalhadores descontentes com a situação daquele momento. Para tanto, pequenos grupos passam a se reunir e compartilhar as dificuldades e, talvez, o descaso com a luta de melhores condições de trabalho e de sobrevivência.

A partir desse movimento de tornar pública as imposições e trabalho e de sociedade, surge um movimento acadêmico em que as universidades passam a investigar, mapear desejos e desenvolver trabalhos que culminaram neste campo do conhecimento que abarca um leque de objetos de estudos que dão vez e voz, por exemplo, àqueles que de alguma forma estão desassistidos pela sociedade e pela lei.

A cultura com foco nas políticas públicas em análise visa o acesso à cultura e a diminuição dos desequilíbrios a fim de pautar a ação parlamentar – por meio das leis – expandindo as possibilidades de acesso, de defesa e de produção cultural.

2.3 Poder legislativo e democracia representativa

O poder legislativo, incumbido de equilibrar a sociedade por meio das normas genéricas, é uma instituição que tem papel relevante e de destaque nessa proposta que tratam autores dos Estudos Culturais. Essa instituição tem a legitimidade de colocar um direito na agenda de debates políticos e orçamentários, contribuindo para delimitar as regras do jogo. Sobre essa forma de fazer política, Bucci (2013) contextualiza a relevância que uma instituição possui:

Dentre as várias acepções do termo instituição, é muito difundida na ciência política a proposição de Douglas North, que as definiu, sinteticamente, como “regras do jogo”, referindo-se às regras eleitorais, estrutura dos partidos políticos, relações entre os vários ramos do governo, sindicatos, entre outros elementos que se consideram conformadores do processo político. A relevância das instituições, segundo essa visão, está em permitir a compreensão das decisões coletivas não como mera soma de interesses individuais, mas como resultado de uma forma de integração desses. Os processos de decisão coletiva, tomados como sinônimos das instituições, “não são neutros, mas produzem desvios sobre as preferências individuais singelamente consideradas” (BUCCI, 2013, p. 206).

As regras do jogo guardam relação com os atores políticos envolvidos na estrutura eleitoral. As relações entre as partes do processo político desenvolvem papéis de tomadores de decisão e praticam ações de comando. O processo é legítimo, uma vez que a legislação o permite, porém o

questionamento consiste no papel dos representados e como as instituições reconhecem e validam seus desejos.

As instituições (legislativo, executivo e judiciário) delimitam e desenham o tipo de sociedade e as políticas públicas importantes para a agenda partidária na chefia de cada “poder”, alocando recursos em segmentos e não mais no todo. Corroborar com isso a contribuição de Cevasco ao dizer que “o foco não é mais na conciliação de todos nem da luta por uma cultura em comum, mas das disputas entre as diferentes identidades nacionais, étnicas, sexuais ou regionais” (CEVASCO, 2003, p.24).

O legislativo, neste aspecto, pode e deve ser questionado e movimentado por meio dos interesses institucionalizados e é isso que dá força e legitimidade aos representados. A luta passa a ser individual ou grupal e a aproximação entre representante e representado nasce para resolução de conflitos ou regulamentação de direitos. Esse é um movimento coerente e tem sido apropriado por grupos que representam classes e que se acercam da ALESP, no caso concreto, para discutir sobre alocação de recursos orçamentários.

O processo legislativo é o conjunto de atos democráticos que orientam e instruem as regras definidas entre a sociedade e os parlamentares acerca das necessidades da população. É no processo legislativo que os projetos de lei são elaborados e que guardam as garantias de direitos e as obrigações e deveres. Dessa forma, encontramos em Gramsci (2007) a clássica função institucional do parlamento.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, CC 3, 2007, p. 95).

Para a construção ou desconstrução da imagem do parlamento, é de fundamental importância a participação dos meios de comunicação. É esse instrumento que faz a interpretação das ações praticadas numa arena política com a vida comum da sociedade. Gramsci alerta para a artificialidade dessas informações e para a crítica do que é oferecido pelos jornais.

O parlamento, também para Gadotti (2006), é cenário de interpretação das necessidades da sociedade. O Estado deveria endossar a vontade política e civil dos indivíduos, de modo que:

[...]. Tanto a sociedade política como sociedade civil colaboram uma com a outra no seio do Estado e são, pois, instrumentos da classe dominante para o exercício de sua hegemonia. Gramsci toma o Parlamento como exemplo da colaboração entre sociedade política e sociedade civil. O Parlamento é, de um lado, órgão da sociedade política, na medida em que elabora leis, e, de outro, é também órgão da sociedade civil porque é a representação 'oficial' da 'opinião pública' (GADOTTI, 2006, p.70).

Tanto Gramsci (2007) quanto Gadotti (2006) alertam para o papel que tem a opinião pública em relação à política. Os meios de comunicação cumprem o papel de entregar à sociedade informações editadas e seletivas acerca dos acontecimentos. Chauí (1996, p. 11) por sua vez, avizinha tal papel da ideologia, pois, “a ideologia passa a significar também o conjunto de ideias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época”.

Parece lógico que o parlamento deva se dispor a pensar nas diversas configurações sociais e, portanto, nas relações sociais equilibrando forças em benefício da sociedade.

O Poder Legislativo indica e/ou direciona o papel parlamentar nas políticas públicas e nas políticas públicas de cultura. Apresentamos e investigamos, então, as funções de comando e de controle. Comando no sentido de legislar sobre cultura; controle, de forma mais intensa e profunda na fiscalização e monitoramento da execução da legislação pertinente, desempenhando a missão do Estado. Nesse sentido, Freitag (1989) retrata o quanto o papel do Estado é profundo nas transformações, ações ou inações que produz.

A política social consiste em certa forma de intervenção do Estado em áreas específicas da sociedade civil que atingem (mesmo que diferentemente) todas as classes. O Estado moderno passa a organizar e reorganizar certas áreas da vida social (trabalho, saúde, educação, família, etc.), até então não sujeitas ao controle estatal e que, em outros momentos históricos ou contextos sociais, pertenciam à chamada esfera privada da sociedade (FREITAG, 1989, p.16).

A reflexão da autora acerca das modificações sociais revelam que o Estado atual possui legitimidade para intervir na formação da sociedade atuando na execução/ entrega de direitos à saúde e à educação, por exemplo.

Os direitos, hoje, garantidos por lei, são mais eficientes na sociedade, a depender da ideologia política dos que foram eleitos democraticamente, de modo que os direitos e as classes sociais estão sujeitas a monitoramento.

Outro discurso que requer atenção é o de Morin (1977), mais precisamente quando revela que a indústria cultural está à disposição do Estado, e por sua vez, daqueles que são legitimados por ele.

Os conteúdos culturais diferem mais ou menos radicalmente segundo o tipo de intervenção do Estado - negativo (censura, controle) ou positivo (orientação, domesticação, politização) - segundo o caráter liberal ou autoritário da intervenção, segundo o tipo de Estado interveniente (MORIN, 1977, p. 254).

É latente o papel e a influência do Estado para definir que tipo de telespectador ele está construindo. Para tanto usa a máquina da cultura para dosar intervenções que versam sobre equilíbrio, desequilíbrio, burocracia, antiburocracia, monopólio, centralidade, padronização, contralógica, individualismo, concorrência e inovação, entre outros. A sociedade organizada possui, no campo da participação, papel indispensável ao se pensar políticas públicas de cultura.

Avritzer (2008) analisa o Brasil democrático acerca da participação social como ente do processo democrático, que desempenha seu papel, pautando prioridades orçamentárias do Estado.

O Brasil se transformou ao longo do século XX de um país de baixa propensão associativa e poucas formas de participação da população de baixa renda (KOWARICK, 1973; SINGER e BRANDT, 1980; AVRITZER, 2000), em um dos países com o maior número de práticas participativas. O surgimento do orçamento participativo em Porto Alegre despertou atenção de atores do norte e do sul sobre as novas formas de participação geradas pela democratização brasileira (SANTOS, 1998; AVRITZER, 2002a; BAIOCCHI, 2005; SINTOMER, 2005). Ao mesmo tempo em que o orçamento participativo surgiu em Porto Alegre e se estendeu para mais de 170 cidades (AVRITZER, 2006) surgiram também duas outras formas adicionais de participação no Brasil democrático resultantes do processo constituinte e sua posterior regulamentação. Os conselhos de políticas surgiram como resultado da Lei Orgânica da Saúde (LOS) e da assistência social (LOAS) e, como resultado do capítulo das políticas urbanas do processo constituinte e sua regulamentação em 2001 através do Estatuto da Cidade, começaram a proliferar durante a última década os assim chamados “Planos Diretores Municipais” (AVRITZER, 2008, p.44).

Esta é uma conquista para o enfrentamento da crise da democracia participativa presente no legislativo. A sociedade civil organizada cria demandas, espaços e debate a solução do conflito, necessitando dos

representantes políticos somente a legitimação que transforma em lei a necessidade amplamente debatida. Retomamos à Gramsci (2007) que nos ensinou anteriormente sobre hegemonia no campo da ética e em seguida o da política, a importância do equilíbrio e do consenso entre a sociedade e representantes políticos. Nesse sentido, Carvalho 2004 colabora com a discussão ao tratar da solidificação da cidadania de modo que

La ciudadanía se hizo persona. En el auge del entusiasmo cívico, llamamos Constitución Ciudadana a la Constitución de 1988. Había ingenuidad en el entusiasmo. Existía la creencia de que la democratización de las instituciones traería rápidamente la felicidad nacional. Se pensaba que el hecho de que hubiéramos reconquistado el derecho de elegir a nuestros prefectos, gobernadores y presidente de la República sería garantía de libertad, de participación, de seguridad, de desarrollo, de empleo, de justicia social. De libertad lo fue. La manifestación del pensamiento es libre, la acción política y sindical es libre. De participación también. El derecho al voto nunca fue tan difundido. Pero las cosas no anduvieron tan bien en otras áreas. Por el contrario. Pasados ya quince años desde el fin de la dictadura, problemas centrales de nuestra sociedad, como la violencia urbana, el desempleo, el analfabetismo, la mala calidad de la educación, la oferta inadecuada de servicios de salud y salubridad, y las grandes desigualdades sociales y económicas, continúan sin solución e se agravan, o, cuando mejoran, lo hacen a un ritmo muy lento. En consecuencia, los propios mecanismos y agentes del sistema democrático, como las elecciones, los partidos, el Congreso, los políticos, se desgastan y pierden la confianza de los ciudadanos (CARVALHO, 2004, p.7-8)

Destacamos a colaboração de Carvalho (2004) quando descreve o processo de cidadania no Brasil. As instituições governamentais se formam em consequência da cidadania e seu exercício objetiva garantia de liberdades, de participação, de desenvolvimento e de justiça entre outros aspectos. O poder legislativo não vem atuando para que tais direitos sejam plenos, acarretando e agravando a crise política brasileira, por exemplo. A descrença nestas mesmas instituições se agrava uma vez que os problemas existentes não são enfrentados, não legislam com o objetivo de diminuir as desigualdades.

O parlamento, de alguma maneira compreende que a melhoria de vida da população consiste na participação da mesma nas decisões, porém, na prática, este que deveria ser o caminho natural do processo legislativo é boicotado, passando a ter preferência as decisões que geram vantagens pessoais.

Na democracia representativa, os conselhos são essenciais na formação da agenda das políticas públicas, efetivando a participação da sociedade civil e

fortalecendo o controle e a fiscalização do governo. Por mais que seja relevante a participação, nem sempre o parlamento escuta, amplia o debate e promove audiências buscando composição e soluções reais a conflitos ou mesmo à agenda pública. Na próxima seção abordaremos o *locus* caracterizando política pública de cultura, marco legal em sentido amplo, no Brasil (Lei Rouanet) e em São Paulo (ProAC) a fim de demonstrar o papel e a atuação do legislativo sobre cultura.

Brevemente, trazemos nesta seção a contextualização da cultura, das políticas públicas de cultura e a instituição legislativa como instrumentos do debate que fundamentam a discussão extrair de que o Estado, por meio do parlamento, deve atuar nas políticas públicas de cultura com a finalidade de criar espaços e diálogos capacitando a produção de bens de cultura, oferecendo segurança para a difusão, e gerindo experiências a fim de oferecer as mesmas atividades a todos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL – LEI ROUANET

A elaboração de uma política pública de cultura passa pelo poder legislativo, seja no texto de elaboração, seja no texto para emendas e correção de irregularidades, seja para discutir com a sociedade por meio de audiências públicas, e principalmente na fase da aprovação da lei e da destinação de recursos. Ressaltamos que, por determinação constitucional, conforme veremos adiante, o orçamento também é discutido e fiscalizado nesse ambiente.

Considerando a cultura como direito constitucional, a abordagem e contextualização se verificam pelas contribuições de autores que investigam os Estudos Culturais, tais como fazem Williams (1969) e Hall (2003), conforme exposto anteriormente e somando-se a eles, Milton Santos (2000) que também define cultura.

O conceito de cultura está intimamente ligado às expressões de autenticidade, da integridade e da liberdade. Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro. Por isso mesmo, tem de ser genuína, isto é, resultar das relações profundas dos homens com seu meio, sendo por isso o grande cimento que defende as relações locais, regionais e nacionais contra as ameaças de deformação ou dissolução de que podem ser vítimas (SANTOS, 2000, p. 18-19).

Uma política pública de cultura, seja na elaboração do texto legal, na fiscalização ou em qualquer outra fase das políticas públicas no poder legislativo deve priorizar as características trazidas pelo autor. O respeito à identidade, ao meio, ao coletivo, as peculiaridades, os costumes, bem como a territorialidade e temporalidade são fundamentais para que a cultura seja promovida e multiplicada.

Abrimos a discussão deste capítulo com uma colaboração que conduzirá a reflexão. O conceito é de Calabre (2005) que situa política pública cultural no Brasil.

Por política pública cultural estamos considerando um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. A recuperação da política cultural levada a cabo por um determinado governo ou em um período da história de um país pode ser realizada através do mapeamento das ações do estado no

campo da cultura, ainda que este não as tenha elaborado ou reunido como um todo coerente, como uma política determinada. O mapeamento de tais ações deve ter como foco os âmbitos da produção, da circulação e do consumo culturais (CALABRE, 2005).

A institucionalidade de uma política pública é baseada nas preferências do governante. Suas características de plano e de ação governamental em sentido amplo demonstrarão o alcance de tal política, que é primordialmente supraindividual, coletivo e de direito comum/ coletivo.

Pode-se dizer que o que fundamenta esta visão é a diferenciação de que o todo é mais do que a soma das partes (frase clássica da Teoria Geral de Sistemas, de Bertalanffy, 2012). Destaca-se também a ideia de que políticas públicas são institucionalizadas por regras, normas e estratégias que regulamentam a ação inserindo-a no mundo primeiramente político, depois econômico – orçamentário e então jurídico.

Um programa, um plano, uma política pública se organiza por meio dos elementos políticos com os quais elas vão se relacionar. Em regra, um programa envolve setores governamentais e econômicos, dialogando, por exemplo, planos de cultura com planos de educação, ou então de cultura e de trabalho e assim por diante.

Em síntese, uma análise de política pública de cultura para fins deste estudo, deve considerar os papéis institucionais e as respectivas finalidades. Conforme abordamos na segunda seção, a relação estabelecida está alicerçada na percepção de “quem faz o quê” e como isso se perpetua perdendo a personalização e vinculação com este ou aquele governo, demonstrando a finalidade, tanto no sentido político e/ou social de interesses envolvidos e possíveis para sua implementação.

3.1 Política pública de cultura: uma visão nacional

Por meio de informações públicas disponíveis no endereço eletrônico do Ministério da Cultura – MinC, é na década de 1930 a inauguração jurídica do tema, no período do Governo Vargas. O arcabouço legal da análise, como marco jurídico da cultura, se apoia no banco de leis disponíveis do portal do Ministério. O marco legal, neste estudo, se dá por meio da lei nº. 378 de 13 de

janeiro de 1937 que “dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública”. A cultura desde seus primórdios jurídicos esteve, na organização administrativa do País, vinculada às políticas de educação e saúde. A cultura aparece no artigo 61, na seção específica sobre serviços relativos à saúde. O artigo diz

Artigo 61. Para promover o desenvolvimento da cultura sanitária do povo, pela divulgação de conhecimentos de higiene individual e de saúde pública, inclusive os relativos á criança, haverá o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, que passa a substituir a Secção de Informações, Propaganda e Educação Sanitaria, da actual Directoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (BRASIL, Lei 378 de 13 de janeiro de 1937, artigo 61).

Evidencia-se que neste aspecto a cultura tem conotação de comportamento e hábitos no sentido de cuidar da saúde, produzir saúde interferindo nos valores culturais, educando para a defesa da vida por meio de educação. A cultura chega ao legislativo como uma instrução, um caminho, uma ponte para outro objeto, legitimando o caráter de valores culturais tradicionais empregados na lei, conforme ensinamentos de Thompson (1998) abordado na seção anterior, ou seja, carrega consigo os usos habituais e os costumes.

Um apanhado das principais leis aprovadas pelo poder legislativo ao longo de décadas nos foi apresentado por Calabre (2005, p. 11) conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Leis de políticas públicas de cultura no Brasil

- 1937: Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Instituto Nacional do Livro (INL); do Serviço Nacional de Teatro (SNT) e do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE);
- 1938: Criação do Conselho Nacional de Cultura;
- 1966 O Conselho Nacional de Cultura se transforma em Conselho Federal de Cultura, criação do Instituto Nacional de Cinema (INC);
- 1969: Criação da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME)
- 1970 Transformação do SPHAN em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (IPHAN);
- 1973 Lançamento do programa de Cidades Históricas (PCH), do Plano de Ação Cultural (PAC) e criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA);
- 1975 - Lançamento do Plano Nacional da Cultura (PNC), da Campanha Nacional do Folclore. Criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE).
- 1978 Criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória).
- 1985 Criação do Ministério da Cultura.
- 1986 Promulgação da Lei 7.505 Lei Sarney
- 1987 Criação da Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura) e da Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN)
- 1990 Extinção da FUNARTE, do Pró-Memória, da Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN), Fundação do Cinema Brasileiro (FCB) , Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura) e EMBRAFILME e reformulação do SPHAN
- 1991 Promulgação da Lei 8.313 que criou o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC) Lei Rouanet

Fonte: Adaptação de Calabre (2005, p. 11).

De acordo com os dados analisados, podemos considerar que a estrutura das políticas públicas de cultura teve marco importante. O quadro retrata e reconhece os meios artísticos, na década de 1970, o trabalho foi mais intenso na perspectiva de organizar e dar espaço para a cultura nacional, mesmo pertencendo ao Ministério da Educação. Foi nesse período que nasceu o Plano de Ação Cultural – PAC que objetivava financiar eventos culturais e instruções próprias àqueles ligados à cultura. Este plano, a nosso ver, inaugurou um processo de solidificação dos órgãos competentes a legislar e uma possibilidade do País ter contato com o que se produzia culturalmente em todas as suas regiões. A proposta foi se fortalecendo e mais adiante foram

criados o Conselho Nacional de Direito Autoral – CNDA, bem como o de cinema e a Fundação Nacional das Artes – FUNARTE que é de 1975 e é definida como

Órgão responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo. Os principais objetivos da instituição são o incentivo à produção e à capacitação de artistas, o desenvolvimento da pesquisa, a preservação da memória e a formação de público para as artes no Brasil. A Funarte concede bolsas e prêmios, mantém programas de circulação de artistas e bens culturais, promove oficinas, publica livros, recupera e disponibiliza acervos, provê consultoria técnica e apoia eventos culturais em todos os estados brasileiros e no exterior (FUNARTE, 2010).

Esta foi, durante décadas, a instituição responsável pelo fomento de políticas públicas de cultura, desenvolvia o que atualmente está previsto na Lei Rouanet, porém na década de 1990 ela é extinta juntamente com a extinção de instituições culturais pelo governo Collor. A cultura sai da agenda nacional com essa ação, voltando às atividades em 1994.

O MinC disponibiliza em seu endereço eletrônico o arcabouço legal da cultura consistindo em uma vasto marco legal para consulta e análise. Até o final da década de 1970, leis previam uma gama de direitos e obrigações. Leis sobre monumentos, obras de arte, tombamento de bens, criação de comissões, conselhos, empresas, áreas de interesse turístico e, por fim, regulamentação de profissionais da cultura, um exemplo disso encontramos em Calabre (2005).

Em julho de 1976, em Salvador, ocorreu o Encontro Nacional de Cultura reunindo os Conselhos e Secretarias de cultura de todo o país, participava também o conjunto dos órgãos da área de cultura governamental tais como a TVE, FUNARTE, o Arquivo Nacional, o MOBREAL, entre outros -, além do Itamaraty e da UNESCO. O objetivo do Encontro era plantar as bases para a implementação de uma política integrada de cultura entre os diversos níveis de governo. A agenda do encontro foi organizada em torno de 14 temas, entre eles: a legislação e a cultura; a defesa do patrimônio cultural, sistema nacional de arquivos, sistema nacional de bibliotecas, sistema nacional de museus históricos e a integração regional da cultura (CALABRE, 2005, p. 05-06).

Encontros, discussões e debates sobre avanços das políticas públicas na década de 1970 demonstram alguns referenciais de instituição de políticas públicas de cultura no país e do envolvimento da representação por meio de instituições, levando a cultura para o aspecto de diálogo com demais áreas de

interesse cultural. Criar mecanismos que fortalecessem a área era, naquele momento, um desafio que visava criar a estrutura e legislação integrando o País. A cultura estava na agenda, na tomada de decisões, na formulação e implementação de ações colocando-a, sem dúvida, no debate e no “corpo” de política pública.

Outra ação que afirma o fomento da cultura ocorre um pouco antes, na década de 1960, em que se instituem secretarias e conselhos de cultura.

Uma das grandes novidades do panorama cultural brasileiro na década de 60 foi a criação, a partir de 1966, do Conselho Federal de Cultura, oficialmente implantado no ano seguinte. A este projeto, que buscava a integração cultural brasileira em uma única ação abrangente, seguir-se-ia o I PNC – Plano Nacional de Cultura, de 1972, seguido do Programa de Ação Cultural, de 1973. O governo federal, senhor da situação político-administrativa, permitia-se liberar os espaços para a produção cultural, agilizando e patrocinando o fomento cultural, numa perspectiva de mercado capitalista de bens de consumo (HOHLFELDT, 1999, p.50).

O cenário, nas palavras do autor, coloca a cultura no debate implementando processos que visavam dar espaço e integrar a cultura e para isso a criação do conselho federal e do plano nacional foram fundamentais. Porém, a popularidade e o crescimento das políticas públicas de cultura duram até a década de 1990, com a chegada de crise política da gestão de Fernando Collor de Melo, a lei nº 8.029 extingue fundações culturais e as políticas de cultura foram perdendo força. Um dos fatores que contribuíram para isso foi a falta de recursos para manter investimentos e incentivos, chegando à extinção do Ministério da Cultura em 1990 com o Governo Collor. A partir de 1991, a cultura volta para a agenda governamental, passando a ser período de grande produção e promoção legislativa.

Em 1991, conforme dados do MinC, cria-se o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e institui-se o Conselho de Comunicação Social. Nos anos seguintes, a cultura se manteve na agenda governamental e avanços continuaram a acontecer. Destacamos ainda a lei nº 9.790/1999 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

A partir do século XXI, a legislação produzida acerca de cultura aumenta consideravelmente. O cenário que temos é: de 1937 a 2000, 40 leis fazem

parte do marco legal da cultura. De 2001 a 2016, são 167 leis. O modelo de governo em exercício é outro – governo Lula –, que tem como objetivo o fortalecimento de direitos fundamentais, fortalecendo a democratização do acesso às atividades culturais. Debruçar-nos-emos sobre algumas delas, por sua aderência ao estudo e para tanto nos apoiaremos em Pereira (2014).

Para superar esse quadro de discriminação social, econômica e cultural e estabelecer as bases para vincular o exercício pleno da cidadania ao acesso universal aos bens e serviços culturais, como determina a Constituição Federal, desde 2003, o Brasil percorre uma trajetória de elaboração e execução de Políticas Públicas de Cultura entendidas como Direito Básico do Cidadão e fator relevante do novo Ciclo de Desenvolvimento do país (PEREIRA, 2014).

Ao nos dedicarmos às políticas públicas do século XXI, nos atentamos para o período do governo Lula-Dilma (2003-2016). Para o autor é em 2003 que o Brasil inicia o processo de cidadania cultural como expediente que embasa o ciclo de desenvolvimento.

As ações e modelos de gestão neste ciclo são descritas abaixo pelo mesmo autor que considera a importância de novos objetivos a serem implementados no Ministério da Cultura para garantir políticas públicas de cultura, sob o aspecto social e não midiático e mercadológico.

Conferimos ao Ministério da Cultura – principal instrumento de execução dessa Política Pública – a importância que o legado neoliberal não lhe reconhecia, como mecanismo adequado para proteger e estimular a diversidade cultural do Brasil e preservá-la da pasteurização e da homogeneização imposta pelos veículos que exercem o monopólio da difusão e do entretenimento e pela dinâmica padronizadora do mercado.

O desafio que está posto para consolidarmos uma Política Pública de Cultura duradoura, capaz de afirmar nossa diversidade cultural diante das outras culturas do mundo, estará vinculado à capacidade de incluirmos definitivamente na agenda do Projeto de Desenvolvimento, em curso, essas duas dimensões: Cultura como direito do cidadão e Cultura como fator relevante para definir a qualidade do novo ciclo de desenvolvimento do país (PEREIRA, 2014).

Para alcançar os desafios de tornar o Ministério da Cultura no instrumento defendido pelo autor, se faz necessário inserir a cultura na agenda governamental e então implementar o que ele chama de cultura como direito e de cultura como qualidade, como característica para o desenvolvimento da nação.

E ainda, retiramos das palavras de Pereira (2014) o desafio de como enfrentar uma mídia fechada à proposta trazida pelo novo ciclo, ou seja, de estimular a inclusão social e a diversidade cultural.

A sociedade brasileira vive uma experiência aparentemente paradoxal: de um lado, um indiscutível processo de inclusão econômica e social de vastas dimensões, que emergiu a partir dos primeiros anos do século XXI e – em tese – reuniria as condições para oxigenar o sistema de valores, de crenças, de princípios; de outro, a esse deslocamento social ascendente se contrapõe um ambiente público em que prevalece, nos meios de comunicação social, um discurso carregado de obscurantismo, conservadorismo, provincianismo, individualismo e preconceito (PEREIRA, 2014).

Dos destacados trechos das contribuições do autor, podemos apontar a política de desenvolvimento e empoderamento social vivida no Brasil no período da presente análise. O principal marco ocorreu devido a novos ciclos de desenvolvimento, estimulando a diversidade e consequentemente o reconhecimento da cultura como direito, de modo à heterogeneidade cultural do país tornou-se indicador para a criação e execução de políticas públicas neste tema.

A cultura possuía, neste período, políticas públicas sólidas e vinha avançando na democratização proposta como é o caso da revisão e da fiscalização pela qual passou a Lei Rouanet que veremos adiante. A sociedade civil passou a participar da construção das políticas públicas e os meios de comunicação e a mídia, se regulamentadas, teriam funcionado como instrumento heterogêneo de popularização, progresso e diversificação do mercado e das informações. As políticas públicas de cultura desenharam uma agenda que incluiu a sociedade como ator do desenvolvimento brasileiro até o momento em que uma nova crise política emerge e o MinC, em 2016 perde o lugar conquistado na política brasileira, voltando a fazer parte do Ministério da Educação, repetindo o enfraquecimento e a estagnação. A cultura é retirada da agenda de desenvolvimento e crescimento do país.

Um forte aliado ao desenvolvimento da cultura está alicerçado em diretrizes da ONU, como a Agenda 21 que tem como desafio o desenvolvimento sustentável e, mais especificamente na Agenda 21 da Cultura que traz enfrentamentos para o século XXI. A Agenda 21 da Cultura tem, dentre seus compromissos, o de “implementar os instrumentos apropriados, para garantir a participação democrática dos cidadãos na formulação, no

exercício e na avaliação das políticas públicas de cultura”, conforme o item 19 da Agenda 21 da Cultura (2004) (Anexo 1).

Retomando o marco histórico e legal, no ano de 2003 uma Proposta de Emenda à Constituição Federal de nº 150/2003, acrescentando o artigo 216-A à Constituição Federal para destinação de recursos à cultura foi instalada. Desde meados de 2015 a proposta está na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pronto para ser aprovado conforme informação disponível no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br). A PEC prevê avanços e reconhecimento da cultura como política pública. Ela consiste na destinação anual da receita resultante de impostos na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura nacional. A União destinaria ao menos 2%, os Estados e o Distrito Federal 1,5% e os Municípios 1%.

Ainda em 2003, meses depois da apresentação desta proposta, é aprovada a Emenda Constitucional nº 42/2003 que altera o sistema tributário e destina recursos para a cultura, minimamente. No § 6º do artigo 216, conforme alteração Constitucional está disposto:

É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (BRASIL, Constituição Federal, 1988, artigo 216).

A inserção deste parágrafo no artigo 216 veio com a Emenda Constitucional nº 42/2003 que tratou de alterações no sistema tributário nacional e, portanto da regulamentação tributária. O texto da lei é positivo e inova ao prever recursos específicos para o fomento de projetos culturais, por outro lado, é opcional e voluntária a adesão. Não gera ônus, tampouco obrigação a inexecução da norma, de modo que estados e distrito federal vinculam recursos ao fundo estadual de fomento à cultura se esta estiver na agenda governamental e política dos representantes da sociedade. Existe a previsão, é positiva e fomenta as políticas públicas de cultura, mas a execução é voluntária, dispensável e facultativa.

Dois anos depois, nos deparamos com a Emenda Constitucional nº 48/2005 que acrescentou o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público, prevendo valorização de patrimônio cultural, produção e promoção de cultura, formação para gestão da cultura, valorização da diversidade cultural e, sobretudo, democratização do acesso à cultura.

Com relação às alterações constitucionais mais significativas, nos reportamos àquela que institui o Sistema Nacional de Cultura. A Emenda Constitucional nº 71/2012, acrescenta o artigo 216-A na Carta Magna. Em linhas gerais, o sistema é, por princípio, um órgão descentralizado e participativo, responsável pelo processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, entre poder público e sociedade. Deve promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. Dentre seus fundamentos estão a universalidade de acesso, fomento, cooperação, integração e interação, transversalidade das políticas públicas, autonomia dos entes do poder público, descentralização, previsão orçamentária, estrutura própria e autonomia para estados e municípios legislares acerca dos sistemas de cultura em legislação própria conforme Constituição Federal, 1988 já apresentada.

Já o Plano Nacional de Cultura – PNC e a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais têm sua aprovação, formalização legal e regulação cinco anos depois da previsão constitucional, por meio da lei nº 12.343 de 2010. O Plano tem duração de 10 anos. É uma política pública propriamente dita de iniciativa legislativa. Elenca obrigações ao poder público formulando políticas públicas, delibera acerca de monitoramento e, avaliação e determina a fonte de financiamento conforme artigos 4º e seguintes, amarrando os recursos às leis de diretrizes orçamentárias e ao fundo nacional de cultura. O plano é um avanço para as políticas de cultura nacional, prevendo a participação a partir do que a regulamentação prevê, desconsiderando essa mesma participação na construção de planos e programas em âmbito estadual e municipal. Um paradigma de política pública de cultura em longo prazo.

Rua e Romanini (2013), ao analisarem a implementação de políticas públicas nos apresentam que há formas de implementação programada que

consiste numa implementação de cima para baixo, denominado pelas autoras por “o modelo *top-down* enseja a concepção mais generalizada entre as teorias de implementação” (p.92) e ainda que este modelo

se inicia com uma decisão governamental, a qual define a relação entre objetivos da política pública – determinadas pelas lideranças políticas – e os meios a serem mobilizados pelos diferentes níveis da burocracia a fim de produzir resultados pretendidos (RUA, ROMANINI, 2013, p.92).

Por *bottom-up* os mesmos autores entendem que a implementação deve ser fundamentada numa rede de atores que solucionam problemas cotidianamente e “a medida que essas ações têm efeitos positivos, passam a institucionalizar-se, gradualmente, e encaminham-se para os patamares mais centrais e mais altos na estrutura hierárquica governamental, até se transformarem em uma política pública” (p. 97). Notamos o reconhecimento da sociedade na participação, elaboração e demais fases do ciclo de políticas públicas, colocando a coletividade em destaque. Isso revela que o processo de política pública não “deveria” nascer de uma decisão formal no poder político singularizada, do tipo criar um projeto de lei instituindo um plano e uma política sem a participação dos interessados, dos envolvidos e de todos aqueles que serão afetados com as consequências da norma.

A alternativa para o equilíbrio e a regulamentação passa necessariamente por estudos, discussões e análises em que a voz e o posicionamento da sociedade civil tem papel decisivo na produção legal. O padrão burocrático e constitucionalmente possível é obrigatório e, de outro lado, a realidade a ser impactada é decisiva para que representantes e representados cumpram seus papéis, e esse comportamento os autores descrevem por modelo híbrido, ou seja a reunião entre pontos positivos dos dois modelos apresentados.

A política nacional de cultura viva é outro marco ressaltado nesse trabalho. Ela foi instituída pela lei 13.018 de 2014 e traz no seu artigo 1º o reconhecimento e a participação. Estabelece:

tendo como base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no campo da cultura, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais. (BRASIL, Lei nº 13.018/2014, artigo 1º).

É uma política pública que traz em sua essência o direito à cultura, garantindo a população ‘em vulnerabilidade social’ o acesso e a difusão como objetivo da Política Nacional de Cultura Viva, conforme artigo 2º, I “garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais”.

Do ponto de vista legal, não há, aparentemente problemas na implementação e execução das ações e programas. A legislação é regulamentada e aplicada na vida social. Um entrave comum, via de regra, é a inserção das ações no orçamento. Sua previsão deve constar no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei do Orçamento Anual – LOA que distribuem recursos, conforme veremos adiante.

Durante o período da análise, e tendo como termo final o ano de 2016, destacamos que o MinC, viveu neste mesmo ano uma crise que o levou a extinção fundamentada na troca do chefe do poder executivo nacional (fruto do curso de uma crise política na qual o País se encontra e que não é objeto direto do estudo). O Presidente Michel Temer, ao assumir – em maio – extingue o Ministério, inserindo-o como secretaria dentro do Ministério da Educação, porém a decisão gerou pressão e críticas da sociedade civil e artística e – em agosto – o Ministério é restituído por meio do decreto nº 8.837/2016.

O marco legal abordado nos auxilia a contextualizar e entender cronologicamente como a cultura esteve na agenda governamental, políticas públicas foram idealizadas, implementadas e fomentadas, bem como, ela sai da agenda e, mais especificamente, a reflexão de que um tema relevante para a sociedade é suscetível de planejamento e gestão de governo ou não, as prioridades governamentais não consideram os interesses dos representados e ao que a história tem nos mostrado, o interesse dos representantes.

3.2 Lei Rouanet e a CPI

A análise do caso da Lei Rouanet como política pública de cultura e de alcance nacional é um paradigma para a cultura. É a política pública de financiamento cultural que nasce em 1991 como parte da agenda

governamental daquele momento. Em linhas gerais, pode-se dizer que a lei gera resultados que beneficiam os agentes/atores que a demandam.

A Lei Rouanet que dá subsídios à implementação do Programa Nacional de Cultura – PRONAC é uma política pública que tem por finalidade abranger a cultura por meio de incentivos fiscais em âmbito nacional. Tal política pública de cultura pode representar o que Williams (1969) chama de cultura democrática.

A lei de incentivos é um avanço no contexto do desenvolvimento e dos desafios para o Brasil no século XXI defendidos por Pereira (2014) conforme seção anterior. A inserção de leis abrangendo políticas públicas na agenda política se inicia na década de 1930 conforme apresentado anteriormente. Nesse sentido, Soares e Assunção (2015) recordam que

nos anos 1970, a preocupação com a efetividade das leis ganhou espaço não só nas discussões teóricas sobre a legislação, mas integrou a agenda política de países desenvolvidos e com democracias consolidadas. Dentre as várias questões que motivaram a perspectiva da melhoria da lei como motor para a consecução de políticas públicas, a autora aponta a necessidade de um planejamento legislativo, a constatação de que o governo cada vez mais legislava e que a legislação era o braço da implementação de programas (SOARES e ASSUNÇÃO, 2015, p.109).

O contexto histórico e o lugar da cultura no período trazido pelas autoras guardam os mesmos parâmetros e objetivos a serem alcançados na atualidade. O executivo e o legislativo deveriam desenvolver planejamento conjunto para legislar e inserir programas e ações de cultura na agenda governamental, porém, não é o que vem ocorrendo no estado de São Paulo conforme análise relatada na seção 5 deste trabalho.

De volta à contextualização do PRONAC, a lei nº. 8.313/1991 indica que a finalidade é captar e canalizar recursos para o setor desde que contribuindo, promovendo, apoiando, protegendo, preservando, desenvolvendo e priorizando, ações que estimulem, difundem o acesso e a produção de cultura. Criado no ano de 1991, na gestão do Presidente Fernando Collor e Sérgio Paulo Rouanet, Ministro da Cultura na época. Por outro lado, Silva e Abreu (2011) indicam que uma parte dos mecanismos do programa já tinham sido previstos em legislação anterior, ou seja, na lei nº 7.505/1986. Ao MinC e aos agentes institucionais, às atribuições e responsabilidades objetivavam colocar na agenda governamental as prioridades trazidas pela norma, como também

direcionar a ação governamental e a agenda política em política pública de acordo com o desenho.

O PRONAC, criado há 26 anos vem sendo criticado e carece de alterações e atualizações que possam dar seguimento e respostas às demandas sociais, principalmente, relacionadas a procedimentos de seleção e descentralização da seleção para que os projetos culturais, estejam mais próximos de opções de cultura que as pessoas passaram a ter. A lei de 1991 tem por finalidade disseminar a cultura, do ponto de vista da produção, gerando diversidade e incentivo da cultura no Brasil, sendo o legislador/ legislativo – o instrumento com função de legislar, criar, implementar, monitorar, alterar e avaliar políticas públicas, conforme consta na lei. A estrutura ocorre a partir de três mecanismos, conforme artigo 2º da lei: o Fundo Nacional da Cultura (FNC), os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), e o Incentivo a projetos culturais.

A partir deste momento, se faz importante descrever o que é a Lei Rouanet, caracterizando o papel dos atores governamentais e não governamentais – sociedade civil. A análise é feita a partir do texto legal e apresentamos na seguinte estrutura: a regulamentação, a atuação e possíveis incentivadores e beneficiários da política pública de cultura.

1. A lei regulamenta os incentivos a projetos culturais que dizem respeito à possibilidade de que pessoas físicas ou jurídicas destinem partes dos valores devidos de Imposto sobre a Renda para projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural ou ao FNC. Assim como no caso dos projetos apresentados ao FNC, as iniciativas que pretendam utilizar os recursos de incentivo fiscal devem ser aprovadas pelo MinC;
2. A atuação do poder público na execução do PRONAC se subdivide em dois ramos: a operacionalização do FNC e a aprovação de projetos culturais que buscarão captar os recursos de renúncia fiscal. Tendo em vista o modelo segundo o qual a política pública foi concebida, que pressupõe a participação dos agentes não governamentais na execução dos projetos culturais, pode-se concluir que a existência do programa depende diretamente da atuação de indivíduos e organizações que extrapolam o âmbito do aparelho estatal.

3. Pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor cultural apresentam projetos objetivando tanto o acesso aos recursos previstos nos editais do FNC como a possibilidade de captar recursos de outras pessoas físicas e jurídicas que seriam devidos a título de Imposto de Renda.

Identificamos que esta síntese explica àquilo que a lei nº. 8.313/1991 traz. Observamos ainda que a participação dos agentes não governamentais se dá não somente na implementação de fato das iniciativas culturais como também no financiamento das mesmas, em que pese o fato de que os recursos envolvidos sejam públicos, uma vez que deveriam ser destinados aos cofres públicos caso não fossem empregados nos projetos.

Para além da participação na execução dos projetos, cabe ressaltar que uma parte dos colegiados envolvidos na implementação do PRONAC conta com membros representantes de entidades da sociedade civil em sua composição.

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) que agregam representantes de associações do setor privado e de entidades da classe cultural e artística do país e também compõem o Sistema Nacional de Cultura (SNC) instituído por meio do Decreto nº 5.520/2005 que dispõe sobre o funcionamento e a composição do CNPC. O SNC visa:

Artigo 1º [...]

I - integrar os órgãos, programas e ações culturais do Governo Federal;

II - contribuir para a implementação de políticas culturais democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e sociedade civil;

III - articular ações com vistas a estabelecer e efetivar, no âmbito federal, o Plano Nacional de Cultura; e

IV - promover iniciativas para apoiar o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (BRASIL, Decreto nº 5.520/2005, artigo 1º).

O SNC elenca entre suas finalidades ações e atribuições para os órgãos que o compõem a articulação, a promoção e incentivos integrantes da implementação da política pública de cultura, estruturando os mecanismos para estabelecer o diálogo com a agenda governamental.

Acerca da importância e abrangência do Conselho de Cultura de âmbito nacional, Cunha Filho (2008) relata que

O fim da ditadura militar veio acompanhado do desaparecimento dos conselhos de cultura, por considerável período (1991 a 2000), até que o Decreto nº 3.617, de 2 de outubro de 2000, dispôs sobre a composição do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura (CNPCC), o qual havia sido criado pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. A investidura é, então, definida pela cumulatividade de outros cargos públicos na área cultural. Ocorre que, em 24 de agosto de 2005, foi editado o Decreto nº 5.520, que alterou e ampliou substancialmente a composição do CNPCC, conservando a representação pública - agora não mais exclusiva da área cultural-, mesclando a ela representação da comunidade artística e cultural, bem como de entidades relacionadas a tais segmentos (CUNHA FILHO, 2008, p.75-76).

A política cultural e sua execução são, em âmbito federal e estadual, por exemplo, estão relacionados aos incentivo a projetos culturais, a renúncia fiscal e, fundamentalmente, os fazedores e formadores de cultura, em sentido amplo e/ou estrito por meio de atores estratégicos das ações, destacando-se o FNC.

Além disso, o estabelecimento de um direcionamento para as ações de fomento às iniciativas culturais realizadas em âmbito nacional. Esse direcionamento seria possível tanto pela edição do Plano de Trabalho Anual como pela avaliação dos projetos apresentados, seja para obtenção de recursos do FNC por meio de seus editais, seja na autorização para a captação de recursos de renúncia fiscal.

Todavia, alguns aspectos do programa são alvo de críticas, tanto por parte dos que atuam ou atuaram no MinC, como por vozes que se situam fora da esfera estatal. Uma dessas críticas diz respeito ao modelo de editais adotados no âmbito do FNC, no sentido que essa dinâmica de disponibilização dos recursos inviabilizaria iniciativas que não se enquadrem nos formatos definidos em cada edital (SILVA e ABREU, 2011).

Os elementos jurídicos presentes no PRONAC elencam os parâmetros para se candidatar ao financiamento de projetos culturais. Um de seus gargalos está nos critérios, especificamente na falta de critérios e, ainda, na falta de transparência e de seleção, sendo essa uma crítica procedimental ao programa.

Tais critérios demonstram serem urgentes as alterações de uma lei que nasceu há quase três décadas e passou por poucas alterações e atualizações.

Críticas e posicionamentos contrários a respeito do desenho do programa revelam que tais incentivos deixaram de ser empregados na educação e saúde, por exemplo. A seleção de grandes produtoras em uma disputa desleal com os pequenos é também um aspecto negativo. Cidadãos pagam em duplicata pela obra, uma quando incentiva e outra quando compra a entrada na porta do espetáculo, é outra crítica.

Cabe ressaltar que tais fatos não estão previstos nos princípios que regem uma norma jurídica que tem por critério a impessoalidade e isonomia na produção de política pública de cultura, mas a interpretação dá espaço a essas desigualdades, necessitando regulamentação e fiscalização em sua execução.

O PRONAC é a política pública de cultura mais eficaz nacionalmente e que, além das muitas críticas – sendo inclusive objeto de uma CPI -, vem se deparando com alternativas que almejam aprimorar o programa. Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que visa substituir o atual. Trata-se do projeto de lei nº 6.722, de 2010, sobre o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - PROCULTURA, que pretende ser o novo marco regulatório, corrigindo distorções e equilibrando os recursos captados, regionalização dos recursos, prometendo ter uma distribuição mais justa. O maior desafio deste projeto está em regulamentar a regionalização dos recursos, pois depende em grande medida de arranjos políticos nos estados.

Cabe advertir que um projeto de lei passa por imensas, e porque não infinitas burocracias, até ser promulgado e virar lei como veremos na seção específica sobre tramitação legislativa. Esta alternativa tramita há anos no Congresso Nacional esbarrando em várias substituições, emendas e pareceres, demonstrando estar longe de ser sancionado. Uma explicação para a estagnação da proposta seria entender se isso está entre as prioridades políticas brasileiras relacionadas à cultura.

As críticas e a proposta alternativa ao programa de incentivo nacional culminaram na CPI da Lei Rouanet. Uma CPI para ser instaurada deve obedecer o artigo 58 §3º da Constituição Federal de 1988, pois lá está a forma de organização, atribuições, competências, processo legislativo e a fiscalização, juntamente com o as funções da organização dos poderes. Dentre as atribuições das comissões parlamentares, está a função fiscalizadora, conforme o artigo 49, X, da Carta Magna que determina: “É de competência

exclusiva do Congresso Nacional: fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas casas, os atos do poder executivo”. Nesse contexto, o controle e a fiscalização das leis e de sua aplicação é função do Legislativo que a exerce pelo mecanismo da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.

A análise das políticas públicas de cultura em âmbito nacional, como por exemplo a Lei Rouanet e a CPI que abordaremos na sequência é parte significativa da análise. A lei nacional embasa a estadual e, guardada as limitações de competências, a atuação da Câmara dos Deputados é a mesma da ALESP em casos de investigação parlamentar. Tanto na produção da política pública quanto na sua fiscalização a função legislativa é destaque. O legislador, conforme lhe é atribuído pela Constituição Federal e Estadual atua incisamente em políticas públicas e é o agente público que está no processo. No caso de uma CPI, seus resultados geram compromissos, iniciativas e sanções que são encaminhadas aos órgãos investigadores (Ministério Público e Tribunal de Contas, por exemplo) para que tome as medidas com base no produto gerado no relatório final da CPI.

3.2.1 Resultados da CPI

A CPI, de acordo com Soares (2009, p. 21), tem caráter temporário, com prazo de 120 dias de duração prorrogáveis por mais metade desse período, desde que deliberada e com votação dos membros da comissão. Sua criação se dá por requerimento assinado por um terço dos membros da Câmara dos Deputados e o mesmo se aplica às assembleias legislativas estaduais. Sua função é investigar fato de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do país.

O parlamentar, dentre suas atribuições, tem responsabilidade e obrigação controlar e fiscalizar políticas públicas. Uma CPI, para além da sua estruturação técnica facilmente encontrada nas normas que a regulamentam, é um mecanismo de intervenção e de investigação de atos que sejam estranhos a uma política pública, como é o caso. A CPI surge por provocação dos meios de comunicação que ‘anunciam/ denunciam’ fatos duvidosos. Entre eles as irregularidades e as fraudes que encontram espaço na lacuna, na interpretação equivocada ou ainda na falta de fiscalização/ monitoramento da política pública,

que é elemento fundamental da análise e acompanhamento. Para refletir acerca dessa modalidade de controle do poder legislativo, Schier (2005) aponta que:

Nada obstante, não se pode olvidar que as diversas investigações parlamentares de inquérito são constantes alvos de acirradas críticas. Por vezes, em vista de interesses demagógicos e autopromocionais de seus integrantes, acabam por focalizar mais os parlamentares que os fatos investigados. Não raro, igualmente, o seu desenvolvimento midiático ou outros fatores fazem com que no jargão popular brasileiro, as comissões parlamentares de inquérito “terminem em pizza”. A imprensa, ademais, por vezes, promotora de informações juridicamente equivocadas, comumente denuncia a total falta de efetividade do instituto na medida em que suas diversas manifestações não teriam gerado a punição de quem quer que fosse, criando a falsa expectativa na opinião pública de que as CPIs devessem desempenhar este papel (SCHIER, 2005, p.46).

Para o autor, fatos alheios à investigação e a apuração transitam no ambiente legislativo por encontrar na comissão visibilidade, interesses e possibilidade de melhorar seus índices de aceitação de modo que, em muitos casos, a CPI enfatiza os atores institucionais em maior alcance do que a resolução e aprofundamento das investigações, de modo que não podemos ignorar o fato de que a esfera política canaliza o que e quem investigar. São livres para direcionar e criar fatos e o que nos resta questionar é se isso é a representação da sociedade.

A fiscalização, atividade inerente ao poder legislativo é fruto de inúmeras críticas e, por vezes, afasta-se da essência do investigado, porém é nesta instituição que essa forma de controle é executada, propagando e dando evidências e transparência dos atos praticados. A CPI da Lei Rouanet esteve num contexto que ilustra essa reflexão.

Instalada em agosto de 2016, é aberta em meio à crise de estar a cultura vinculada ou não a um ministério. Tal cenário gerou o desejo de autopromoção dos membros, pois teve 190 assinaturas favoráveis e 29 membros efetivos. A Constituição Federal determina:

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (BRASIL. Constituição Federal, artigo 58, §3º).

Dessa forma, 1/3 dos membros representa 171 deputados, dos 513. De acordo com dados extraídos do relatório final, a finalidade desta CPI foi apurar as irregularidades nas concessões de benefícios fiscais concedidos por aplicação da lei nº 8.313/1991, que instituiu o PRONAC e deu outras providências, conforme explorado anteriormente nesta seção, sendo 15 reuniões realizadas no ano de 2016 devido ao recesso parlamentar.

O total de reuniões foi de 26, sendo a última em 09/05/2017 com leitura, discussão e voto do relatório final de 389 páginas. O presidente da CPI foi um membro do Democratas – DEM e o relator do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Em linhas gerais, o relatório apresentado e aprovado de 2017 prevê a inclusão de dois princípios na Lei Rouanet.

Em seu art. 1º: a democratização do acesso, que é apenas sugerida de maneira genérica no inciso I (“pleno exercício dos direitos culturais”), e a redução das desigualdades regionais no setor, seja no acesso a recursos públicos para produtores culturais, seja no acesso do cidadão comum à cultura (pressuposto no princípio de democratização e universalização anterior). Por sua vez, a atualização da norma legal, com menção a conteúdos digitais – os quais não existiam tal como na atualidade à época da edição da Lei -, também se consubstancia em modernização que a contemporaneidade exige (BRASIL, CPI, 2017, p. 322).

As alterações estão relacionadas às atualizações necessárias aos procedimentos de análise e aprovação dos projetos. Outras considerações e recomendações também foram sugeridas conforme “Recomendações e Proposições”: Relatório Final CPI (2017, p. 321-323). Do exposto destacamos:

- a) estabelecimento do Fundo Nacional de Cultura (FNC) como fundo contábil e financeiro;
- b) vedação de contrapartidas indevidas para o usufruto de benefícios fiscais em projetos culturais;
- c) previsão de transferências do FNC para fundos dos demais entes federativos;
- d) implementação de obrigatoriedade de visitas *in loco*, com taxa correspondente, a projetos culturais;
- e) exigência de operacionalização de medidas de redução de assimetrias regionais do Pronac e de promoção da democratização do acesso à cultura;
- f) aperfeiçoamento do princípio da não concentração.

A Lei Rouanet é, no âmbito histórico, social e político uma iniciativa positiva para a cultura brasileira. É a política pública de financiamento cultural que até 1991 não existia de fato e surge num mau momento da economia brasileira, mas era parte da agenda governamental. Décadas depois, com a regulamentação e a produção de dados por meio da CPI, verificou-se que os resultados não são os melhores e mais justos, mas mesmo assim, são bons os resultados.

Aspectos positivos da lei estão na viabilidade de projetos culturais, a aproximação/ facilidade de opções de cultura que as pessoas passaram a ter; os agentes/ atores produtores de cultura captam recursos e tornam público seu trabalho.

Fiscalizar e monitorar políticas públicas são competências explícitas do poder legislativo que deliberam sobre seu aprimoramento e recomendam as atribuições e as investigações pelos órgãos competentes acerca do que for concluído para apurações de aspecto administrativo, civil e penal. Representações e ações judiciais também podem ser solicitadas.

Resumidamente, a CPI averiguou e investigou aspectos referentes ao mecanismo de incentivo fiscal que propiciaram para um movimento de manutenção às desigualdades existentes, classificando grandes produtoras e artistas renomados e famosos seja em relação à distribuição dos recursos entre as regiões do país, seja no que toca ao perfil dos proponentes e das iniciativas contempladas. Dessa forma, a seleção dos projetos por parte das empresas financiadoras privilegiou o potencial retorno que os mesmos poderiam oferecer em termos de imagem, acarretando uma concentração nos estados do Sudeste e em produções que envolvem artistas e grupos já consagrados no cenário nacional. A expectativa é de que os resultados oriundos da fiscalização da CPI corrijam tais aspectos.

3.3 Política pública – uma visão estadual

O estado de São Paulo, dentre os seus programas disponíveis no Portal do Governo sobre cultura (www.cultura.sp.gov.br) estão em destaque para conhecimento e consulta: 1. Assessoria de Gênero e Etnias; 2. Biblioteca e

Leitura; 3. Centros Culturais; 4. Corpos Artísticos; 5. Eventos; 6. Formação Cultural; 7. Museus; 8. Prêmios; 9. Teatros, Auditórios e Salas de espetáculos. Outro programa disponível é o Município Amigo da Cultura e dentro deste, diversas ações que podem ser implementadas nos municípios em parceria com o estado e, mais relevante para essa discussão, localizamos e analisamos o ProAC.

O Programa de Ação Cultural – ProAC é apontado neste trabalho como um desdobramento da Lei Rouanet em parâmetros estaduais e isso não quer dizer que ela seja a Lei Rouanet estadual, a característica comum das duas políticas públicas está relacionado aos meios de incentivo e financiamento por meio e renúncia fiscal, guardadas as competências tributárias da União e do estado. A Lei Rouanet observa incentivos relacionados a tributos federais como no caso do Imposto de Renda e o ProAC, por sua vez, incentivo o ICMS que é tributo estadual.

O Programa nasce em 2006 por meio da lei n. 12268/2006 e inicialmente conhecido com a sigla de PAC. É separado em duas modalidades, o ProAC Edital e o ProAC ICMS.

O ProAC EDITAIS, de acordo com dados encontrados no portal do governo do estado de São Paulo/ Secretaria da Cultura (<http://www.proac.sp.gov.br/>), está relacionado a investimentos vinculados diretamente com o estado e se dá por meio de concursos que são regulamentados por editais. Os editais são segmentados e se caracterizam por objeto, valores e burocracia necessária para concorrer, incluindo prazos.

No mesmo portal, ou seja, da Secretaria da Cultura verificamos que esta modalidade de financiamento tem registros a partir de 2014 e trata de produção, difusão, circulação de produtos culturais e artísticos, promove ainda a cultura com oferecimento de bolsas de incentivo literários e seus recursos estão previstos no Orçamento Anual. Nas audiências públicas do orçamento, por exemplo, os grupos, entidades e organizações pleiteiam atenção à cultura e mais recursos para editais.

Já no caso do ProAC ICMS, o conceito dado pela Secretaria da Cultura é

modalidade do programa de fomento paulista que funciona por meio de patrocínios incentivados e renúncia fiscal. Para ter acesso aos recursos disponíveis, os artistas, grupos ou produtores devem

submeter seus projetos à análise de uma comissão especializada, que avalia requisitos como relevância artística e adequação da proposta orçamentária.

Com o projeto aprovado, o proponente pode solicitar patrocínio a empresas sediadas em São Paulo. Estas, por sua vez, recebem descontos no imposto devido, como forma de estímulo ao patrocínio. Qualquer empresa pode ser patrocinadora via ProAC ICMS, bastando ser contribuinte deste imposto e estar em dia com suas obrigações fiscais.

A fim de garantir uma ampla distribuição dos recursos disponíveis, a legislação do ProAC ICMS estabelece limites máximos de captação para cada tipo de projeto, além de limitar também a quantidade de projetos por proponente. Para as empresas há, ainda, um limite máximo de valor a ser patrocinado, que varia percentualmente segundo o volume de impostos a recolher (SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, s/d).

O marco legal das políticas públicas paulistas de cultura, por meio do sistema estadual de cultura, é formado pela Lei, o Decreto nº 54.275/09, a Resolução SC nº 96/11, Resolução SC nº 48/12 – Contrapartidas, a Resolução SC nº 49/12 – Parâmetros de precificação, a Resolução SC nº 14/2015 – Limite de valores por segmento e normas relativas aos Planos Anuais de Atividades, a Portaria DFC/UFDPC nº 02/15, a Portaria DFC/UFDPC nº 03/15, a Portaria DFC/UFDPC nº 04/15, a Portaria DFC/UFDPC nº 06/15 e a Instrução Normativa nº 02/15. As Resoluções internas do Secretário da Cultura – SC, as portarias e as instruções normativas visam disciplinar o procedimento, regulamentando o que está previsto no ProAC, conforme pode ser encontrado no endereço eletrônico da secretaria de cultura do estado de São Paulo.

A Lei nº 12.268/06 institui o PAC/ProAC, no artigo 2º traz o rol de objetivos dentre os quais estacamos “apoiar e patrocinar a renovação, o intercâmbio, a divulgação e a produção artística e cultural no Estado” e “apoiar e patrocinar a preservação e a expansão dos espaços de circulação da produção cultural” (Lei 12.268/06, artigo 2º). O patrocínio pelo estado da cultura é o caminho mais direto para implementar política pública e para isso o incentivo e a expansão da leitura por meio de bibliotecas, são exemplos das modalidades descritas acima. No artigo 3º está disciplinado a origem da receita que é a soma dos valores determinados no orçamento mais do Fundo Estadual de Cultura que é constituído, conforme o artigo 5º de dotação orçamentária própria, doações e contribuições dos governos federal, estaduais e municipais, de autarquias e de sociedades de economia mista, doações e contribuições

das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, repasses de organismos nacionais e internacionais, baseados em convênios.

Os recursos devem ser destinados àquilo que o artigo 4º da lei seleciona, num total de 21 segmentos, dentre eles artes plásticas, visuais, bibliotecas, arquivos e centros culturais, cinema, circo, cultura popular, dança, literatura, museu, patrimônio histórico e artístico, teatro, bolsas de estudo para cursos de caráter cultural ou artístico, ministrados em instituições nacionais ou internacionais sem fins lucrativos, resgate de modos tradicionais de produção, desenvolvimento de novas tecnologias para as artes e para a cultura e preservação da diversidade cultural, recuperação, construção e manutenção de espaços de circulação da produção cultural no estado.

Ainda analisando a fonte de recursos, o artigo 6º da lei nº 12.268/06, caracteriza e delimita procedimentos para a utilização do ICMS como incentivo a programas culturais. Os demais artigos da lei trazem a caracterização dos projetos considerados aptos por lei.

O legislativo tem papel relevante na destinação de recursos, na representação da sociedade civil no que tange à apresentação de emendas por meio de reuniões e audiências priorizando os recursos para a cultura. O artigo 11 da lei designa o procedimento e justifica a atribuição parlamentar na ação de determinar recursos públicos estaduais para política pública de cultura, de modo que

Os recursos consignados no orçamento anual da Secretaria de Estado da Cultura, previstos no inciso I do artigo 3º desta lei – “Recursos Orçamentários”, têm como finalidades o apoio à pesquisa, criação e circulação de obras e atividades artísticas e culturais por meio de: I – projetos artísticos e culturais propostos por pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, e que tenham residência ou sede no Estado; II – programas públicos estabelecidos em leis municipais que, por meio de concursos públicos, destinem recursos no orçamento do município para projetos de artistas e produtores culturais locais (SÃO PAULO, Lei nº 12.268/06, artigo 11.).

Os recursos orçamentários trazidos na lei é um exemplo do papel do legislativo ao incentivar políticas públicas de cultura. Os programas e ações descritos neste artigo podem receber emendas dos parlamentares de acordo com o que os representados solicitarem, observando a razoabilidade e o limite orçamentário preestabelecido para o exercício do ano seguinte.

A legislação complementar ao PAC/ProAC versa sobre portarias e resoluções que chamamos de *modus operandi* da lei, não gerando novas obrigações. Funcionam como um manual de aplicação da obrigação gerada. O Decreto Estadual nº 54.275 de 2009 regulamenta e define os sujeitos de um projeto e suas obrigações, para fins de cadastro, de gestão e a utilização e limitação de recursos por renúncia fiscal. As demais resoluções tratam da gestão e da prestação de contas para os projetos aprovados e executados, das contrapartidas e custos.

O ProAC possui alguns desafios para serem sanados visto que incentivos dependem da economia. Se a economia vai mal, menos recursos arrecadados pelo estado e logo menos orçamento, deixando de ter maiores oportunidade para a modalidade Editais. Na outra ponta, o ICMS com a crise e problemas econômicos também são menores e os percentuais caem, diminuindo empresas que incentivam.

Discorreremos neste capítulo acerca do marco legal nacional e estadual sobre política pública de cultura. Exploramos uma legislação considerável sobre o tema, suas atribuições e finalidades para destacar que temos legislação importante que fomenta a cultura no Brasil e em São Paulo, acreditamos que com isso foi possível demonstrar o papel e a aderência legislativa (federal e estadual) ao tema seja por meio da produção legislativa, sendo por meio de fiscalização bem como por meio de destinação de recursos que fomentem a cultura. Nesta seção foi possível iniciar a percepção e alguns vestígios acerca daquilo que a prerrogativa legislativa determina *versus* o envolvimento parlamentar para garantir direitos culturais no sentido produzir políticas públicas de cultura, talvez estejamos diante do maior dos conflitos, o de a cultura não ser prioridade no legislativo, conforme veremos na análise dos questionários na seção 5.

4 POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA EM SÃO PAULO A PARTIR DO PODER LEGISLATIVO

A Constituição Estadual de 1989 define que aos deputados cabe, dentre as atribuições, a função de legislar e ao legislarem criar e propor regras que alteram a vida em sociedade. É também por meio de lei que políticas públicas podem ser criadas e o legislativo é o ambiente constitucional e legítimo para criação, discussão e proposição de normas jurídicas.

Como apresentado no primeiro capítulo, a Constituição Federal elenca as obrigações das instituições em âmbito federal, estadual e municipal.

No portal da ALESP, localizamos as prerrogativas do poder legislativo com base nos fundamentos federais, de modo que aos parlamentares consiste:

Legislar, apresentando, discutindo e deliberando proposições legislativas instituindo normas para o cumprimento de direitos e deveres na sociedade, através de projetos de leis, moções, resoluções, emendas, decretos legislativos.

Fiscalizar e Controlar, acompanhando a execução das ações e atos da Administração, tais como a execução orçamentária, contas, contratos e o cumprimento dos objetivos institucionais nas ações de governo.

Investigar, averiguando a ocorrência de ilícitos, em fatos determinados, propondo soluções, através das Comissões Parlamentares de Inquérito (SÃO PAULO, Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Atribuições).

Responder anseios sociais, regradar comportamento, limitar ações ou ampliar direitos por meio da legislação é, na essência, motivo pelo qual uma Assembleia Legislativa existe. Acompanhar os atos do poder executivo, a destinação de recursos e possíveis irregularidades é também papel do poder legislativo.

Na esteira das políticas públicas, um texto jurídico deve referenciar programas, planos e ações que incentivam a cultura no âmbito estadual, bem como a responsabilidade do estado em promover, desenvolver, planejar políticas culturais.

O Artigo 262 da Constituição Paulista determina que o Poder Público incentivará a livre manifestação cultural mediante:

I - criação, manutenção e abertura de espaços públicos devidamente equipados e capazes de garantir a produção, divulgação e apresentação das manifestações culturais e artísticas;

II - desenvolvimento de intercâmbio cultural e artístico com os Municípios, integração de programas culturais e apoio à instalação de casas de cultura e de bibliotecas públicas;

- III - acesso aos acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres;
- IV - promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura;
- V - planejamento e gestão do conjunto das ações, garantida a participação de representantes da comunidade;
- VI - compromisso do Estado de resguardar e defender a integridade, pluralidade, independência e autenticidade das culturas brasileiras, em seu território;
- VII - cumprimento, por parte do Estado, de uma política cultural não intervencionista, visando à participação de todos na vida cultural;
- VIII - preservação dos documentos, obras e demais registros de valor histórico ou científico (SÃO PAULO, Constituição Estadual, 1989, art. 262).

O artigo constitucional no âmbito estadual é o exemplo mais contundente do que deve o estado de São Paulo fazer no âmbito cultural e todos esses requisitos elencados acima são mecanismos de estímulos à cultura de origem estatal. As políticas públicas por meio do instrumento legislativo, ou seja, da administração pública brasileira, são possibilidades de construção e de articulação entre os entes governamentais.

Uma política pública possui elementos de ordem administrativa, executiva, legislativa e orçamentária, mas não só. Porém, esses elementos que são premissas políticas determinam qual é o interesse público a ser discutido. De modo que Bucci (2007) afirma que:

O elemento político, não no sentido partidário, mas no sentido da relação da comunidade com o poder, presente no cotidiano da vida governativa e administrativa, deve ser reconhecido pela prática do direito administrativo, tanto no processo de definição do interesse público, como na sua execução, o que constitui o campo de atuação de uma política pública (BUCCI, 2007, p. 90).

No campo das políticas públicas, para essa autora, o poder político deve estar relacionado com o público, com a sociedade e com os aspectos da vida rotineira e essa deve ser a estrutura presente nas instituições, contrariando o poder político do parlamentar. A representatividade, já discutida nessa pesquisa, tem que ser a essência na governabilidade.

No campo legislativo, as atribuições são determinadas pelas normas que regem as ações de um deputado. Para além de tais regras, de ordem burocrática, estão os fatores externos, estes sim, determinantes na ação política e partidária.

4.1 Poder Legislativo paulista

O poder legislativo brasileiro é, na concepção legal da Constituição Federal do Brasil de 1988, composto pelo Congresso Nacional, pela Câmara de Deputados e pelo Senado Federal. No que tange ao processo legislativo, este elabora “I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias; VI - decretos legislativos; VII – resoluções” (BRASIL, Constituição Federal, art. 59).

O poder legislativo paulista, por sua vez, “é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída de Deputados, eleitos e investidos na forma da legislação federal, para uma legislatura de quatro anos” (SÃO PAULO, Constituição Estadual, art. 9º). Sua organização se dá pelas comissões permanentes e temporárias, previstas no artigo 13 e nelas se discute e vota projetos, convoca agentes públicos vinculados às secretarias de estado, acompanha a execução orçamentária, realiza audiências públicas, fiscaliza atos do Poder Executivo, bem como de programas, planos estaduais e setoriais e emite pareceres, entre outras atribuições.

As Assembleias Legislativas dos estados brasileiros, em sentido amplo, representam a vontade geral dos cidadãos, dos sentimentos coletivos, das discussões das proposições e do livre debate. Neste contexto, os parlamentares são livres para participar, opinar, influenciar nas decisões formando agenda governamental.

A lei, como expressão da vontade geral, somente poderia ser concebida por um processo de elaboração cuidadoso, capaz de garantir aos representantes da nação a liberdade plena de expressar o sentimento advindo da razão coletiva. Nesse contexto filosófico, o processo legislativo foi planejado de forma metódica e repleto de oportunidades para que os parlamentares pudessem verificar a certeza da racionalidade da nova legislação, ou seja, o processo deveria abrir a oportunidade para que os legisladores verificassem a certeza da certeza (RIZEK JUNIOR, 2009, p. 20).

Rizek Junior (2009) realça a importância do processo legislativo legítimo que torna realidade a vontade coletiva por instrumento legal. A racionalidade é um dos requisitos presentes na proposição legal.

O parlamento se constitui de bases e de bancadas que possuem aderência quanto ao partido, bandeiras, áreas de atuação e bases eleitorais. A

área de atuação é uma das bases da pesquisa, pois é aí que localizamos a aderência às políticas públicas de cultura da agremiação partidária.

Selecionamos e tabulamos as bancadas que estiveram no parlamento entre os anos de 2001 e 2016. Este dado nos auxiliará na análise de quais partidos/ períodos apresentaram projetos de lei de cultura no estado.

O quadro 2 – Representação partidária na ALESP 1999-2019 a seguir, foi construída a partir do Sistema do Processo Legislativo – O SPL que também será a base de dados para o levantamento dos projetos de lei nas legislaturas analisadas, sendo que a 14ª e a 18ª tem sua análise parcial devido ao recorte estabelecido. Todas as agremiações partidárias que tiveram representante no período foram incluídas, inclusive aquelas que não existem mais.

O Tribunal Superior Eleitoral contabiliza 35 agremiações partidárias registradas no órgão. Destes, tem representação partidária na Assembleia Legislativa vinte partidos e oito partidos alteraram ou se fundiram a outra sigla. De outra forma quinze agremiações não tiveram deputados representados na ALESP desde 1999, ou por não terem sido eleitos ou porque são agremiações recentes.

4.1.1 Composição do legislativo no século XXI

Passaram pela Assembleia Legislativa, entre 2001 e 2016, 28 partidos. Alguns deles não existem mais com as mesmas siglas com as quais concorreram, alguns partidos se fundiram, outros alteraram seus nomes e ainda aumentaram ou diminuíram suas bases com a admissibilidade de trocar de partido durante a legislatura.

Os partidos com mais deputados eleitos foram o PSDB e o PT. Ambos com posicionamento político opostos, “comandam” a discussão, obstrução e votação de projetos de lei de seus pares e os do Poder Executivo – Governador. As estratégias e barganhas são decisivas para o resultado e a aprovação ou rejeição dos comandos. No período tratado aqui a gestão do estado esteve com mesmo partido – o PSDB – e a representatividade no parlamento desse partido esteve sempre em primeiro lugar. Tal sistema tem uma ruptura na 17ª legislativa em que um partido de oposição do PSDB faz a

maioria no parlamento e notaremos, na análise dos projetos de lei, se o cenário de proposições e aprovações foram impactadas por este dado.

Quadro 2 – Representação partidária na ALESP 1999-2019

PARTIDO	14^a Legislatura 1999-2003	15^a Legislatura 2003-2007	16^a Legislatura 2007-2011	17^a Legislatura 2011-2015	18^a Legislatura 2015-2019
PCdoB	2	2	2	2	1
PSB	2	5	4	3	7
PV	1	5	8	9	6
DEM	-	-	-	8	8
PT	14	23	20	24	16
PSDB	21	18	24	22	20
PR	-	-	-	1	3
PP	-	-	2	1	3
PTB	5	6	4	4	2
PSOL			2	1	2
PMDB	8	4	4	5	5
PSC	-	-	2	4	3
PHS	-	-	-	-	1
PSD	-	-	-	-	3
PPS	3	5	5	4	4
PSL	-	-	-	-	1
PRB	-	-	-	2	5
PD	-	-	-	-	1
PEN	-	-	-	-	1
PODE	-	-	-	-	1
PDT	7	4	5	4	1
PFL	11	6	11	-	-
PL	5	2	2	-	-
PRONA	3	4	1	-	-
PRP	1	1	-	-	-
PPB	11	7	-	-	-
PTN		1	-	-	-
PGT		1	-	-	-
TOTAL	94	94	94	94	94

Fonte: Tatiana Lima Sarmiento Panosso, 2018.

Notamos alguns aspectos que merecem destaque a partir do quadro 2; Na 18^a legislatura, tomaram cadeira 21 agremiações partidárias, no período posterior, foram 15 as agremiações, na 16^a legislatura foram 14, na 15^a foram 16 e no ultimo período analisado, 14 agremiações. Destas, 09 agremiações tiveram representantes em todo o período. O PC do B – criado em 1958, o PSB – criado em 1947, o PV – criado em 1986, o PT – criado em 1980, o PSDB –

criado em 1988, o PTB – criado em 1945, o PMDB (recentemente alterado para MDB) – criado em 1980, o PPS – criado em 1992 e o PDT – criado em 1979.

Os grandes protagonistas desse cenário não são os partidos de ideologias opostas e que a sociedade civil sabe como votam, e sim as bancadas de centro, que a depender de apoio político, usualmente, negociam seus votos e suas demandas para apoiarem e declararem seus votos. A máquina pública está sob a influência e comando do chefe do executivo. O presidente da ALESP é do mesmo partido. As secretarias e cargos de diretoria são moeda de troca e valem muito na hora de decidir se votam com o governo ou com a oposição. Isso não é impróprio ou ilegal na política e nas normas jurídicas, talvez imoral e antiético. O sistema atual das instituições políticas – executivo, legislativo e judiciário – permitem e defendem esse comportamento.

Esse fator, particularmente, macula discussões sobre legitimidade e papel do poder legislativo em relação à sociedade, mas independentemente das críticas, é o instrumento lícito de representação e de participação do processo de elaboração das normas (não é objeto de análise comportamento ético e/ou moral). A história, a evolução e as atualizações acerca dos nomes e composições das agremiações partidárias é objeto de um estudo interessante, mas que não cabe neste momento, eles se fundem, alteram suas siglas, membros e estatutos livremente. Não há impedimentos acerca dessa dança. As restrições ocorrem especificamente acerca das resoluções vinculados a períodos eleitorais e para tanto são observados prazos e demais regras aplicadas às agremiações, como por exemplo, a porcentagem que cada um tem direito em relação ao fundo partidário.

A democracia representativa tem, como um de seus objetos, o poder legislativo, de modo que

Não há como pensar em uma democracia moderna sem o Poder Legislativo. É ele que representa a síntese dos anseios da sociedade. Na sua composição heterogênea, é possível constatar a pluralidade de ideias e pensamentos representados em ambas as Casas do Congresso (ASSIS, 2012, p. 18).

Na esfera estadual o legislativo é objeto mais próximo da sociedade e na municipal mais ainda. A sociedade leva ao parlamento suas demandas, participa, discute e enfrenta as barreiras para que suas ideias sejam

defendidas e deliberadas e deve ser esse mesmo o nosso papel. Termos representantes com quem nos identificamos é fundamental para a democracia.

Na sequência observa-se que no corpo da Constituição Estadual Paulista há um cuidado relacionado aos direitos e à ordem social que reserva um capítulo para tratar da educação, da cultura e dos esportes e lazer. Tal “cuidado” é impositivo e é trazido da Carta Magna. Os poderes legal e democraticamente constituídos devem observar a regra legal e devem legislar sobre direitos fundamentais e sociais. É imperativo que o legislativo atue nessas matérias/ objetos.

O direito cultural e, portanto, a cultura, é direito consagrado pelo estado, conforme previsão na Constituição Federal, no artigo 215. Cabe, neste momento, inclusive ênfase porque tal artigo foi modificado através da Emenda Constitucional de nº. 48 de 2005 que Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. O princípio da cidadania cultural como direito fundamental, destacando a importância da proteção da cultura indígena e de outras etnias que formaram a nação brasileira.

Na seção denominada cultura, estão presentes as garantias constitucionais e manifestações culturais que integram o patrimônio cultural:

Artigo 259 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão de suas manifestações.

Artigo 260 - Constituem patrimônio cultural estadual os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade (SÃO PAULO, Constituição Federal, 1989).

Por patrimônio cultural, entendido no ordenamento jurídico, destacamos as formas de expressão, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, dentre outros e acerca desses temas, executivo e legislativo podem fazer proposições legais, conforme veremos mais para frente.

Os direitos culturais presentes no ordenamento jurídico brasileiro e recepcionado pelo ordenamento jurídico paulista prevê liberdade cultural, bem como defesa de tal liberdade. A cultura explicitada nos artigos 259 e 260 são

genéricas, de forma que legislar sobre aspectos relativos a cultura é função do parlamento.

O costume já foi compreendido, inclusive no mundo jurídico, como um termo que referenciava códigos e regras. Thompson (1998) conforme exposto no primeiro capítulo, nos mostra a proximidade que costume e cultura possuem quando tratamos de interpretá-los no âmbito legal. Assim o reconhecimento jurídico e a vinculação de políticas públicas de cultura e atribuição orçamentária para a sociedade que representa os direitos culturais e as fontes de cultura são reconhecidos e garantidos por força de lei. A codificação trazida pelo autor refere-se à democratização da cultura.

4.1.2 Obrigações constitucionais

O estado de São Paulo, obedecendo à Constituição Federal promulga a Constituição Estadual em 1989 e dispõe dentre as funções da organização do poder legislativo que:

Artigo 9º - O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída de Deputados, eleitos e investidos na forma da legislação federal, para uma legislatura de quatro anos (SÃO PAULO, Constituição Estadual, 1989).

Tanto o Congresso Nacional, quanto a Assembleia Legislativa tem, entre suas responsabilidades, elaborar leis e proceder à fiscalização da Administração Pública, como por exemplo, do Poder Executivo. Com isso, temos a contribuição de Bobbio (2008) quando diz que a função parlamentar é a de controle do Executivo e das atividades dos seus setores burocráticos.

A Assembleia Legislativa do estado de São Paulo tem a competência para propor e aprovar leis, regras e princípios que norteiam a sociedade paulista. O processo de elaboração de leis, desenvolvidas pelos deputados estaduais em consonância com a demanda que recebe de seus eleitores, ocorre num contexto participativo. De forma que o poder legislativo tem atuado no processo de formulação e implementação por meio de proposição de normas de políticas públicas, pois os deputados investidos do poder de legislar intervêm junto à sociedade no planejamento e na alocação de recursos públicos.

4.1.3 O processo legislativo

O quadro abaixo nos orienta acerca da tramitação de um projeto de lei na ALESP. Ele é importante, pois é possível acompanhar o avanço legal e burocrático necessário a todas as iniciativas. O processo legislativo é instrumentalizado no Sistema do Processo Legislativo – SPL, conforme verificamos ao longo da análise.

Quadro 3 – Resumo do processo legislativo

Ação	Procedimento
1. A proposta é escrita na forma de um Projeto de lei	Ler na sessão plenária e publicada para que todos a conheçam
2. Opiniões divergentes	Apresentam-se emendas ao Projeto de lei
3. Divulgados o Projeto e as Emendas	Encaminha-se ao para a análise e deliberação das Comissões Permanentes;
4. Comissões permanentes (são 18 comissões temáticas)	a) legalidade - CCJR; b) Comissão especializada de acordo com conteúdo; c) Debate na Comissão de Finanças e Orçamento
5. Projeto pronto para ser votado	Projeto entra na Ordem do Dia da votação
6. Alternativas	a) os parlamentares podem: propor novas emendas, retornando às comissões, conforme item 4
7. Projeto aprovado	Segue para Comissão de Redação que autentica a proposta final por meio de um Autógrafo.
8. Envio do autógrafo ao Governador	a) aprova e promulga a Lei; b) rejeita e justifica vetando total ou parcialmente
9. Projeto Vetado	Retorna a ALESP e passa novamente pelas ações 1 a 8. a) ALESP concorda com a justificativa = veto e arquivo b) ALESP discorda do veto = rejeita-o e promulga a Lei.

Fonte: Adaptado de São Paulo. Assembleia Legislativa de estado de São Paulo.[www.al.sp.gov.br]

As ações acima estão presentes em toda proposição inserida no sistema dando a cada uma delas a mesma ordem de tramitação, o mesmo peso processual, independentemente de temas terem mais apelo que outros.

As leis criadas na ALESP obedecem à tramitação intensamente analisada nesta seção, isso porque uma política pública de cultura criada por lei está sujeita a mesma tramitação e portanto passará pelo crivo das comissões e relatorias.

Ao tratar do poder legislativo, tratamos das capacidades, atribuições, competências e de onde a instituição está na democracia representativa. Arguelles e Leal (2011) alertam que

referir-se às “capacidades” de uma instituição implica fundamentalmente indicar os seus méritos comparativos para decidir tanto questões que podem estar sob a esfera de competências de mais de uma instituição, quanto problemas cujas soluções por uma dada instituição terão efeitos sobre objetivos compartilhados por outras instituições (ARGUELLES e LEAL, 2011, p.15).

Para tratarmos do mérito apresentado pelo autor, tratamos da competência das comissões na análise e relatoria. É de competência das comissões identificar problemas que impeçam o seguimento de uma iniciativa legislativa quanto a sua constitucionalidade, aderência ao mundo fático e impactos financeiros conforme veremos adiante nesta seção.

Dentre as atribuições parlamentares, destacamos a responsabilidade e obrigação de votar e aprovar peças e previsões orçamentárias além de aprovar ou rejeitar as contas do poder executivo. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são os três instrumentos que moldam e direcionam para onde irão os recursos orçamentários do estado. Este ciclo orçamentário tem e deve ter fundamental e relevante participação da população pressionando e buscando atendimento e atenção às suas necessidades quanto aos recursos destinados às políticas públicas de cultura, por exemplo, no caso do ProAC editais, ou seja, deslocar recursos para este programa impacta positivamente a quantidade-qualidade da cultura a ser produzida no estado.

Anualmente audiências públicas em todas as regiões administrativas são realizadas para inserir nessas peças orçamentárias a demanda da população no estado. O valor total do orçamento não é alterado porque o projeto de lei que o prevê já realizou as previsões de arrecadação. As alterações ocorrem no valor que cada programa e produto terão. Esse é um momento fundamental para que grupos organizados de fomento e que defendem a democracia cultural possuem para conseguir fortalecer e intensificar as ações que o estado prevê para o tema.

Ao poder legislativo cabe, dentre suas competências, legislar sobre cultura. A competência, conforme a Constituição Federal se dá de forma

concorrente - cabendo à União legislar e aos Estados e ao Distrito Federal elaborar normas suplementares - ou ainda, de forma comum - sendo a rubrica passível de ser legislada por todos os estados, inclusive simultaneamente à União - conforme o artigo 23 da Constituição Federal.

Inicialmente consideramos em linhas gerais, que o poder legislativo é

Dentro do contexto dos Estados de Direito, onde uma lei, para ser considerada juridicamente válida há de ser necessariamente originada do ente estatal, o procedimento de sua elaboração tem papel fundamental. Apontamos que a Lei positiva, sobretudo no discurso jurídico-político que emerge das Revoluções Burguesas e que se consolida ao longo do século XIX e XX, é reputada como a única fonte legítima e admissível de organização da sociedade.

[...]

E o momento crucial dessa ratificação é o processo legislativo que pretende englobar, como veremos, desde o nascimento da ideia da norma – a manifestação social dessa pretensão legislativa (iniciativa de lei) – até a sua promulgação (OLIVEIRA, 2010, p.61-62).

Oliveira (2010) confirma que a legislação é fonte de organização da sociedade, de modo que os representantes devem desempenhar seu papel simbolizando o que a sociedade necessita, o caminho consiste em traduzir e reger anseios provocados pelos cidadãos em primeiro plano, representando-os de fato e de direito.

O processo legislativo do ordenamento jurídico de países, como no caso brasileiro, é a ponte entre cidadãos e parlamentares (legisladores) e essa formatação está alicerçada no nosso modelo de organização político-administrativa trazido na Constituição Federal denominado estado democrático. Diniz conceitua outra característica que forma a nossa sociedade, a organização legal denominada estado de direito, como

situação criada em razão de lei, trazendo limitações do poder e das atividades estatais pelo direito. O estado de direito tem por escopo a garantia dos direitos fundamentais, mediante a redução dos poderes de intervenção estatal, impondo-lhes restrições fundadas em lei (Diniz 2008, p. 441).

A autora nos traz um conceito que justifica, em sentido amplo, a existência do poder legislativo. A ele está a obrigação de garantir direitos fundamentados em lei, inclusive o direito a cultura.

O legislativo é a instituição que representa a sociedade. A proporcionalidade colabora com este aspecto permitindo que, no caso de São Paulo, por exemplo, tenhamos representantes de todas as regiões administrativas do estado. Os parlamentares representam e falam em nome

das bases que os elegem, sendo o ator político mais próximo da sociedade, diferentemente dos representantes majoritários (prefeitos, governadores e presidente).

Abordaremos e analisaremos, na próxima seção, as iniciativas parlamentares acerca da cultura e das políticas públicas de cultura que tramitam na ALESP e, conseqüentemente, o preâmbulo das propostas de lei.

4.2 O Procedimento e o Sistema do Processo Legislativo (SPL)

O poder legislativo, o processo legislativo e as políticas públicas sobre a cultura podem ser analisados por várias vertentes. Neste caso, a relevância se dará no reconhecimento de cultura como direito fundamental - social e seu reconhecimento deve ser assegurado. As políticas públicas de cultura se desenhadas por meio de programas de ação governamental são moduladas por meio de planos e ações públicas previstas em leis. Sobre isso observa Bucci, 2007 que

Política pública é o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (BUCCI, 2007, p. 96).

Os programas de ação governamental são demandados de processos eleitorais, por demandas sociais que integram processos.

No planejamento das metas de um governo podemos observar quais são as políticas públicas prioritárias em sua gestão, cabendo ao Poder Legislativo fazer manifestação por meio de leis que tem a função primária de auxiliar na gestão bem como pressionar o Poder Executivo para observar por outro viés as prioridades, avaliando, controlando, alterando e priorizando as demandas populares.

Com fundamento no Regimento Interno da ALESP consolidado em 2011, o processo/ procedimento legislativo tramita por órgão específico no âmbito da ALESP. A divisão de Ordenamento Legislativo é o departamento responsável por todo o processo de um Projeto de Lei (PL). O projeto de lei começa a fazer parte do corpo legislativo após cumprir as duas fases iniciais. A

primeira delas consiste em ser inserido do Sistema do Processo Legislativo (SPL), em seguida e já na segunda fase, o projeto recebe um código de originalidade e é entregue à Mesa Diretora por meio de protocolo na sessão ordinária que ocorre diariamente que dá publicidade ao projeto e na sequência é publicado no Diário Oficial – caderno do legislativo em até 48 horas.

Na sequência, o PL tramita pelas comissões que possuem relação com o objeto tratado. De acordo com o artigo 29 do Regimento Interno da ALESP, as comissões permanentes são: I – de Constituição, Justiça e Redação; II – de Finanças, Orçamento e Planejamento; III – de Saúde; IV – de Educação e Cultura; V – de Assuntos Desportivos; VI – de Assuntos Metropolitanos e Municipais; VII – de Infraestrutura; VIII – de Transporte e Comunicações; IX – de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários; X – de Administração Pública e Relações do Trabalho; XI – de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; XII – de Atividades Econômicas; XIII – de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais; XIV – de Ciência, Tecnologia e Informação; e XV – de Fiscalização e Controle.

Ilustrando o quadro acima apresentado, nos deparamos com este outro quadro que desenha o caminho de uma propositura. Uma ideia de lei nasce com a apresentação de um projeto e não há prazo final para que ele se torne lei, porém, ao entrar no sistema, necessariamente, tramita dessa forma:

Quadro 4 – Tramitação de projetos

Fonte: Neves (2013).

Um momento importante do projeto é quando chega para votação em plenário. Nessa fase obstáculos referentes à legalidade, possibilidade temática e destinação de recursos foram superadas. Em plenário ele pode ou não ser aprovado pelos pares em votação. E outra fase se inicia. Se aprovado, segue para o governador que sanciona ou veta. Se não aprovado, segue para o arquivo e poderá voltar a ser discutido em outro momento político, a depender da janela de oportunidade que se abrirá e trará ao tema visibilidade.

A descrição detalhada orienta o procedimento correto pelo qual toda e qualquer proposta legislativa deve passar. Há exceções, previstas no Regimento Interno, que transformam a tramitação ordinária em tramitação de urgência e essa modificação depende única e exclusivamente dos interesses dos parlamentares ou, ainda, de se tratar de tema de comoção social ou se tornar pauta de trabalho interno. Sobre essa alteração o artigo 50 da Resolução nº 576/1970 que disciplina o Regimento Interno, trata da ordem de execução dos trabalhos, estabelecendo que “essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria em regime de urgência ou de prioridade, a requerimento de qualquer de seus membros”.

Neste contexto e cenário o espaço – casa legislativa – recebe interesses diversos, para discutir, analisar e propor iniciativas. O procedimento, descrito no quadro 3, exposto no capítulo 4 é o modo de organização para executar tecnicamente o surgimento de uma lei por meio de um processo legítimo legislativo-político.

No sentido de descrever e analisar os projetos de lei de cultura, o SPL é um de nossos instrumentos e o outro é a pesquisa com deputados conforme veremos na próxima seção. A pesquisa por palavra-chave no sistema está ilustrada nas figuras abaixo.

A interface do SPL, acessada por pessoas autorizadas é a seguinte:

Figura 1 – Identificação no sistema

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo (2016).

São necessários usuário e senha para acessar o sistema e mais, ele só está disponível em máquinas dentro das dependências da ALESP. Por meio da plataforma de acesso restrito. Para ter acesso pela primeira vez, um formulário com assinatura do responsável pela unidade administrativa é necessário. O usuário tem que ter usuário, senha e matrícula válida no momento do acesso.

Ao preencher todos os requisitos, a autorização pelo departamento de informática, valida as informações e ao entrar no sistema, o usuário tem acesso a banco de dados, conforme quadro abaixo.

Note que nesta plataforma localizamos as ferramentas necessárias para o andamento do processo legislativo. Chegamos aos dados utilizados nesta pesquisa, seguindo as seguintes etapas.

1. Consulta
2. Natureza: Projeto de lei
3. Data Inicial 01/01/2001 Data final: 31/12/2016
4. Busca por assunto: cultura
5. Assuntos disponíveis
6. Selecionar todos e adicionar
7. Consultar propositura

Figura 2 – Tela de consulta/pesquisa

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Processo Legislativo

Olá Tatiana Lima Sarmento Panosso

Consultas Guia de Trânsito Ajuda Gabinetes Sair

SPL Consultas Propositura Válido apenas como informação, não produzindo efeitos legais.

Natureza: Projeto de lei Nº RGL: / Nº Legislativo: / Nº RG: / Partido: Partido: Legislatura: Andamento: Veto: Aprovação: Deliberação: Data Inicial: 01/01/2001 Data Final: 31/12/2016 Etapa: Regime: Apoiador: Autor:

Busca por Assunto [saiba mais](#)

Assunto: cultura

Selecionar Assuntos [saiba mais](#)

Assuntos disponíveis Assuntos selecionados

AÇÃO CULTURAL
AGRICULTURA
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
AGRICULTURA FAMILIAR
AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA

>> (adicionar) << (remover)

Conectores lógicos: ☐ E-todos os assuntos selecionados ☒ OU-qualquer um dos assuntos selecionados

Busca textual [saiba mais](#)

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo (2016).

Após a identificação de assessoria, a tela copiada acima aparece para manuseio e exploração de dados disponíveis na plataforma. Para localizar as

informações necessárias para a análise optamos por consultar propositura, para tanto preenchemos os campos da natureza, da data inicial e final e o assunto que nos interessa. As demais “campos” não nos interessam para a análise. Dados como autor, etapa, partido, andamento, dentre outros, aparecem e são tabulados nos quadros da próxima seção.

Os dados da busca aparecem na figura 3, conforme verificamos na sequencia. Neste momento encontramos o universo de projetos de lei a serem analisados na pesquisa. De modo que para palavra-chave cultura, apareceram 341 projetos de lei.

Figura 3 – Consulta

The screenshot shows the website of the Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. The header includes the state emblem and the text 'Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Processo Legislativo'. Below the header, there are navigation links: Consultas, Guia de Trânsito, Ajuda Gabinetes, and Sair. A search bar is visible with the text 'SPL Consultas Propositura'. The main content area displays a table of search results for the keyword 'cultura'. The table has columns for 'Publicação', 'Natureza', 'Ementa', 'Regime', and 'Autor'. The results are numbered 1 through 6, showing various legislative projects related to culture, such as 'Projeto de lei 939/2016' and 'Projeto de lei 935/2016'.

	Publicação	Natureza	Ementa	Regime	Autor
1	21/12/2016	Projeto de lei	Projeto de lei 939/2016 RGL: 5260 /2016 Dispõe sobre incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares no Estado. Documento Juntado - Projeto de lei 385 /2012 Último andamento 14/02/2017: Anexado ao Projeto de lei 385/2012.	Tramitação Ordinária	Cezinha de Madureira
2	20/12/2016	Projeto de lei	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 935/2016 RGL: 5235 /2016 Declara de utilidade pública a "APC - Associação Brasileira de Desenvolvimento de Projetos Culturais", na Capital. Fase atual: Comissão - CCJR Último andamento 02/05/2017: Enviado de PC-PROTOCOLO DAS COMISSÕES para Gabinete Rita Passos (guia 3926/2017)	Tramitação Ordinária	Rita Passos
3	16/12/2016	Projeto de lei	Projeto de lei 918/2016 RGL: 5190 /2016 Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a "Feira de Artes e Artesanato de Embu das Artes". Fase atual: Prontos para Ordem do Dia Último andamento 18/08/2017: PRONTO PARA A ORDEM DO DIA	Tramitação Ordinária	Leci Brandão
4	15/12/2016	Projeto de lei	Projeto de lei 908/2016 RGL: 5128 /2016 Determina que a música calpira de raiz seja incluída na Virada Cultural do Estado. Fase atual: Comissão - CFOP - Marco Vinholi Último andamento 21/02/2018: Recebido do relator, Deputado Marco Vinholi, pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, com voto favorável	Tramitação Ordinária	Gil Lancaster
5	06/12/2016	Projeto de lei	Projeto de lei 878/2016 RGL: 4910 /2016 Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado, os costumes, o esporte, as manifestações culturais e a gastronomia do bairro da Mooca, na Capital. Fase atual: Conclusão Acompanhamento - Convertido na Lei nº 16651 / 2018, publicada em 13/01/2018 Último andamento 16/01/2018: Recebido por STAM-SERV.TEC. AUX. MESA (Guia 78/2018)	Tramitação Urgência	Chico Sardelli
6	01/12/2016	Projeto de lei	Projeto de lei 863/2016 RGL: 4858 /2016 Dispõe sobre a divulgação de qualquer incentivo do Governo do Estado às produções	Tramitação Ordinária	André Soares

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo (2016).

A coleta de dados que teve como período ideal, 16 anos. As informações estão disponíveis e podem ser coletadas e analisadas a qualquer tempo. A pesquisa dentro do sistema teve como parâmetro, a natureza da propositura e o assunto. Após a primeira inserção de dados no sistema, o resultado trazido foi o de 341 proposições que carregam o termo “cultura” em seu conteúdo.

Notamos que o sistema apresenta a consulta utilizando como parâmetro a propositura mais recente até a mais antiga, em seguida a natureza da

proposição, o teor, a tramitação e na última coluna o autor que não será identificado na análise, uma vez que optamos por apresentar os dados e identificá-los por meio dos partidos.

Esta seção, ao tratar do parlamento paulista, nos apresenta por quais agremiações partidárias estamos sendo representados no período estabelecido pela pesquisa. Nossos interesses e condução da vida em sociedade foram administradas por 28 partidos conforme já analisamos e que são responsáveis pela criação do arcabouço legal a partir de obrigações constitucionais e dos anseios sociais. O resultado disso é a pluralidade e heterogeneidade de iniciativas legislativas que a ALESP produz submetida à avaliação explorada nos quadros 2 e 3. Na próxima seção trataremos das proposições legislativas próprias da política pública de cultura e/ou com aderência ao tema, bem como contextualizaremos a opinião do mandato de 29 parlamentares que voluntariamente nos auxiliou respondendo questionários que dialogam com os objetivos desta pesquisa.

5 POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA NA ALESP. PROJETOS DE LEI E REPRESENTANTES

Em regra, as proposições legislativas chegam, por meio de iniciativa popular, aos parlamentares que instruem o procedimento, tramitando pelas comissões internas que possuem relação ao tema. Ao final, a propositura é encaminhada para votação em plenário com ciência de todos os pares que votam favorável ou contrária a aprovação.

Os projetos de lei selecionados, conforme demonstrado acima, são elementos fundamentais para analisar o papel do legislativo paulista na produção de políticas públicas conforme objetivo deste trabalho.

Verificamos, porém, que o poder legislativo como ente federativo está subordinado ao artigo 61, §1º, II, da Constituição Federal e do artigo 24, §2º, I da Constituição Estadual de São Paulo. Ambos tratam das instituições e suas atribuições e restrições no âmbito da competência legal para legislar.

Na Constituição Federal, observamos que o artigo 61, §1º, II, determina que o chefe do poder executivo é o responsável por “criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração”, vedando e tornando inconstitucional aquilo que seja de iniciativa legislativa e se relacione ao preceito constitucional. Na Constituição Estadual, no artigo 24, §2º, I, o preceito relatado atribui exclusivamente ao governador a “criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração”. E caso iniciativas que versem sobre isso são propostas pelo legislativo gera veto do Governador com a justificativa de vício de iniciativa cabendo ou não discussão acerca da relevância da matéria. O projeto é devolvido ao parlamento que avalia a possibilidade de derrubada do veto pelos pares, ou seja, o veto feito pelo Governador pode ser derrubado dentro do poder legislativo. Quando discutimos sobre iniciativas privativas, estamos discutindo também sobre o equilíbrio e a organização e divisão dos poderes, conforme abordado na segunda seção.

Essa informação e discussão é fundamental para clarear e compreender acerca do papel do legislativo na criação de políticas públicas.

Em linhas gerais, políticas públicas consistem em criar estruturas que dialogam com o texto constitucional e, se criadas pelo legislativo podem estar sujeitas à veto pelo Governador por entender que leis que gera ônus orçamentário é atribuição exclusiva do Executivo. Projetos de lei vetados retornam para a ALESP e, se for houver concordância e composição entre os parlamentares, o veto é derrubado (linguagem própria do legislativo). A lei que tem o veto derrubado pode ser questionada na esfera judicial, no STF ou no STJ por se tratar de matéria constitucional e ser declarada a inconstitucional – aquilo que vai de encontro com a Constituição –, tornando-a incapaz de produzir efeitos na sociedade, sem observar suas potencialidades e melhorias para a sociedade. E por quê? Porque nossa Constituição Federal e Estadual determina que seja assim.

Essa constatação inviabilizaria o trabalho e a análise em questão.

Acreditamos que não seja bem assim e que a interpretação constitucional e jurídica pode ser alterada quando se trata de políticas públicas. O argumento a ser tratado, desenvolvido e defendido está em ser o Legislativo ente formador do estado e, portanto com obrigação em legislar sobre política pública, estabelecer normas e destinar recursos. Na elaboração de leis, o julgamento passa pelo executivo que sanciona, veta parcialmente ou decide pelo veto total, sem encerrar definitivamente o processo conforme argumentamos neste trabalho. Não podemos esquecer o papel do judiciário que ao analisar caso a caso, legitima e cria jurisprudência que valida leis que regulamentam iniciativas legislativas.

Cavalcante Filho (2013) alimenta essa discussão ao relatar o posicionamento do STF em julgados acerca de políticas públicas, de modo que

uma nova fase do entendimento do STF sobre o tema: não mais se aceita uma interpretação ampliada das hipóteses de iniciativa privativa; já começa a haver um debate sobre a possibilidade, ou não, de se relativizar a jurisprudência tradicional da Corte acerca do tema; e, principalmente, já se avança a possibilidade de distinguir entre a criação de um órgão, a fixação de suas atribuições e a criação de política pública dentro das atribuições já fixadas para um órgão já existente (CAVALCANTE FILHO, 2013, p.19).

Notamos que o entendimento sobre projetos de lei que legislam acerca de políticas públicas vem sofrendo alterações e rompe a tradição dos julgamentos. A elaboração de leis que tem por finalidade a criação de políticas

públicas encontra um caminho no legislativo quando se alicerça em estrutura já existente, otimizando ou reorganizando o sistema, o ministério e mais precisamente a secretaria da cultura do estado de São Paulo.

Ao entendermos política pública para além das definições clássicas e utilizadas neste trabalho, ressaltamos seu aspecto jurídico também. Amplamente podemos falar em normas, em atividades e em atos da administração pública que gera programas de ação governamental, conforme trazido por Bucci (2007) e explorado na seção anterior. A autora examina políticas públicas com o objetivo de alterar socialmente um ambiente, aproximando o programa aos direitos fundamentais. Enfim, política pública é o meio necessário para efetivação de direitos e sua criação não consiste, necessariamente, a instalação de novos órgãos e estruturas. Acreditamos ainda que propor políticas públicas de cultura permite, otimiza e conecta órgãos já existentes e subutilizados gerenciando ações, planos e programas que garantam o direito social à cultura, agregando e formando gestores.

A descrição e exploração dos projetos de lei nesta análise estão fundamentados e alicerçados nos objetivos de análise do comportamento, das ações, dos interesses e do fomento que a ALESP direciona ao objeto. Os projetos de lei e os questionários nos permitirão discutir e analisar a conduta e as ações desta instituição acerca da cultura, conforme identificaremos mais adiante nessa seção.

5.1 Discussão metodológica

A análise fez referência ao período de 2001-2016, especificamente sobre cultura na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, bem como um questionário com perguntas abertas distribuído nos gabinetes dos 94 deputados eleitos.

De acordo com Bardin (2009) ao utilizarmos a análise de conteúdo como método de exploração dos dados, devemos iniciar por uma organização do material a ser analisado e classificá-lo em três blocos a partir da experimentação: “1. A pré- análise; 2. A exploração do material; 3. O

tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2009, p.121).

A pré-análise integra a pesquisa desde o momento da elaboração do projeto, visando responder aos objetivos alicerçados no direcionamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) na temática da cultura, por meio das iniciativas legislativas no período de 2001-2016. O universo da análise está alicerçado nos projetos de lei que guarda relação com o questionamento de a ALESP fazer ou não políticas públicas de cultura. Para tanto realizamos um recorte do material, por meio de abordagem empírica, organizando-o e se familiarizando com o contexto. Selecionamos os projetos de lei, todos eles, que tivesse como 'assunto' - pois é assim que o SPL realiza a varredura - e constatamos existirem 341 projetos de lei. Selecionamos todos eles e exploramos cada um, categorizando-os conforme os objetivos pretendidos.

Na etapa seguinte, referenciamos e tabulamos os dados (iniciativas parlamentares) que se aproximavam mais da hipótese de a ALESP, na missão da representatividade, propor políticas públicas de cultura. Oito indicadores foram criados e agrupados levando em consideração, primeiramente, a quantidade de proposições para cada um deles. Separamos, classificamos e recortamos o material para comparação e categorização. Conforme objeto da análise, os temas foram preparados e padronizados em 105 projetos que chamamos de concorrentes, 79 temas que tratam de patrimônios e festas, 45 de educação, 40 de políticas públicas de cultura, 33 autorizativos, 18 de utilidade pública, 16 de renúncia fiscal e 05 de caráter indefinido. A exploração dessa classificação verificaremos no próximo item.

Na sequência editamos o material, numeramos os elementos e individualizamos o conteúdo. Ainda sobre a metodologia abordada, Urquiza e Marques (2016) nos orientam que

Para que haja êxito no esforço de codificação, há técnicas que precisam ser seguidas. A primeira delas é o recorte, que pode ser uma frase, uma palavra isolada, palavras em conjunto, que indiquem uma relevância para a análise. Por meio do recorte é que são selecionadas as unidades de registro e as unidades de contexto. A segunda técnica que o pesquisador precisa ter em mente ao empreender a categorização é a da enumeração: o modo de se contar. Por exemplo: Pode contar quantas vezes uma palavra aparece nas mensagens, ou, em que posição aparece nos textos do

corpus, etc. A última técnica a ser empregada na codificação é a classificação e agregação; ao aplicar essa técnica, o pesquisador avança no esforço de formar categorias. Por exemplo: ele seleciona todos os sintagmas que guardem referência com a palavra dor. Todo recorte que se referir a dor será separado, depois se seleciona dentro do vocábulo dor, os recortes que se refiram a dor de cotovelo, física e psicológica, separando ambas. Em tese, há duas categorias, uma que agregará tudo que se referir ao cotovelo que dói e a outra à dor dos sentimentos de amor não correspondido. Mas a codificação deve ser feita, tanto para as unidades de registro quanto para as unidades de contexto. É importante ressaltar que o analista deve ter em mente que a ordem para fazer os recortes é sempre semântica (das significações), se não indicar um signo, deve ser revista a escolha do sintagma (URQUIZA e MARQUES, 2016, p. 120-121).

O caminho percorrido é descrito pelos autores que nos ensinam as técnicas necessárias para recortar, isolar, categorizar, enumerar, codificar e classificar o objeto encontrado. Tais ensinamentos foram utilizados tanto na análise dos projetos de lei quanto nos questionários respondidos pelos parlamentares. Veremos adiante que as categorias foram criadas a partir do próprio material coletado.

O estudo consistiu em um levantamento bibliográfico, análise e agrupamentos de 341 projetos de lei que tem em seu texto a inserção da palavra cultura. E ainda, um questionário aberto com 05 (cinco) questões (Apêndice 1) e anônimos distribuído para os 94 deputados estaduais.

Na Constituição Estadual do estado de São Paulo em vigor desde 1989 nos deparamos com uma sequência de artigos que disciplinam o processo legislativo, do artigo 21 ao 29. No artigo 24, por exemplo, encontramos o rol de proposições legislativas da ALESP. Outro exemplo está no artigo 22, ao tratar de quem pode propor Emenda à Constituição. O inciso V determina que a emenda pode ser de iniciativa “de cidadãos, mediante iniciativa popular, assinada, no mínimo por um por cento dos eleitores”. A participação popular em tese de legislar aparece também no artigo 24, conforme já citado, no §3º, inciso I

a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco décimos de unidade por cento do eleitorado do Estado, assegurada a defesa do projeto por representante dos respectivos responsáveis, perante as Comissões pelas quais tramitar; (SÃO PAULO, Constituição Estadual, artigo 24, §3º, I).

Essa previsão constitucional assegura a participação direta da sociedade civil no processo legislativo. Não é tarefa fácil preencher essa

exigência. A opção mais fácil consiste em procurar um parlamentar que tenha aderência ao tema e este, caso se interesse, propõe a lei. É importante observar que ao parlamentar não há obrigações e nem sanções, caso não dê encaminhamento ao solicitado, podendo os grupos organizados cobrar ação, mas não obrigam a agir.

Continuando a análise do rol de artigos, constatamos que o artigo 25 prevê que “nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos”. Esse artigo é amplamente discutido e utilizado na justificativa de vetos de projetos de lei de parlamentares, inclusive aqueles que propõem políticas públicas.

O governador tem a prerrogativa de solicitar urgência nos projetos enviados à Assembleia para que seja deliberado na frente dos demais. O artigo 28 demonstra o que chamamos de “submissão” institucional (e não de harmonia e independência) do poder legislativo ao Executivo. Senão vejamos:

Artigo 28 - Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, será ele enviado ao Governador que, aquiescendo, o sancionará e promulgará.

§ 1º - Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, comunicando, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa, o motivo do veto.

[...]

§ 5º - A Assembleia Legislativa deliberará sobre a matéria vetada, em único turno de votação e discussão, no prazo de trinta dias de seu recebimento, considerando-se aprovada quando obtiver o voto favorável da maioria absoluta de seus membros (SÃO PAULO, Constituição Estadual, artigo 28).

O processo legislativo tem o fluxo conforme já apresentado nesta seção, porém a Constituição prevê excepcionalidades para projetos vetados pelo Governador. O projeto de lei vetado volta ao parlamento e pode ser rediscutido e, com o aceite da maioria – por meio de votação, o veto pode ser derrubado e a proposta se torna lei.

Acerca do método, proposto por Bardin (2009), identificamos e tabulamos os 341 projetos de lei em oito indicadores que exploraremos na próxima etapa bem como a interpretação e inferências específicas que compõe a ultima fase da análise do conteúdo trazido pela autora.

5.2 Dos 341 projetos selecionados

Os projetos de lei em análise são posteriores ao ano de 2001. Estamos nos referindo a 16 anos de projetos de lei que possuem aderência, no sentido de semântica, com o conteúdo da cultura.

No banco de dados de origem do Sistema do Processo Legislativo (SPL) apresentado anteriormente nesta seção foram localizados 341 projetos. Para uma compreensão da análise, recorrendo aos pólos trazidos por Bardin (2009), a opção foi explorar o material a partir da formação de grupos por temas/ assuntos que se repteem, categorizando-os. Foi possível esquematizar oito categorias relacionadas ao conteúdo:

Categorias	Tabulação*
1. Temas concorrentes = 105	(anexo 2)
2. Patrimônio/ Festas = 79	Quadro 5
3. Educação 45	Quadro 6
4. Política Pública = 40	Quadro 7
5. Autorizativo = 33	Quadro 8
6. Utilidade Pública = 18	Quadro 9
7. Renuncia Fiscal = 16	Quadro 10
8. Indefinido = 5	(anexo 3)

* A tabulação será explorada a partir do subitem 4.2.1, ou seja, próximo estágio da pesquisa e os anexos, ao final do trabalho.

Os projetos de lei que chamamos de temas concorrentes e de temas indeterminados, estão disponíveis para conhecimento nos anexos 2 e 3 e estes se referem a objetos que não serão analisados e somam 110 projetos de lei classificados por falta de aderência ao tema, ou seja, aqueles que trazem no seu preâmbulo tema e texto relacionado à agricultura. Também não serão analisados os categorizados como indefinido por tratarem de conteúdo relacionado a consumo, revogação de leis e decreto-lei em vigor nos anos de 1971 e 1969 acerca da Secretaria da Agricultura.

A análise, caracterização, regulamentação e procedimentos correspondentes à classificação de acordo com políticas públicas de cultura determinadas para o estudo versaram sobre aspectos legais, temporais e de

conteúdo. A classificação total se propõe a identificar a quantidade de projetos de lei e de leis que cada partido apresentou/ aprovou no período. A tramitação diz respeito à localização técnica “geográfica” e procedimental do projeto. Os projetos arquivados estão aguardando o interesse de seus autores ou grupos organizados que ‘reclamem’ por eles para retornar à discussão. Os projetos aguardam uma janela, uma oportunidade de o assunto retornar à discussão. É mais ou menos uma analogia com a discussão acerca de políticas públicas e políticas públicas de cultura. É possível que existam projetos de lei instituindo políticas públicas arquivadas nas instituições competentes que aguardam uma janela de oportunidade para retornar ao espaço legislativo e ser debatido, atualizado e votado em plenário, produzindo efeito na sociedade.

Antes de passarmos à análise dos projetos de lei obtidos nas 6 categorias preestabelecidas, alguns termos comuns referentes à tramitação precisam ser interpretados. O primeiro deles é “ordem do dia” que se refere ao projeto ter tramitado por todas as comissões pertinentes, ter os pareceres que indicam a constitucionalidade, a capacidade e a adequação do tema na comissão correspondente e no fim, o parecer relacionado a impactos financeiros e econômicos. Vencidas essas etapas, o projeto está pronto para discussão e votação e disponível para entrar na agenda diária da sessão do plenário. O segundo termo comum é “arquivado”, isso indica que o projeto cumpriu as etapas de análise nas comissões, não entrou na ordem do dia e acabou a legislatura. Em outras palavras, o projeto fica dormindo até o momento em que seu autor ou um conjunto de deputados decidam por retomar a discussão, voltando o projeto para a ordem do dia. Ressaltamos que mesmo o projeto pronto para discussão e aprovação em plenário, ele só é pautado com anuência do autor. São inúmeros projetos elaborados anualmente, pois há assessorias orientadas a propor ao menos 1 projeto por semana ou 1 projeto por mês. Considerando a segunda hipótese, um parlamentar propõe anualmente 12 projetos e tem que eleger entre eles 1 ou 2 para virarem lei. Há dois momentos de sanção de projetos de lei, por ano, por deputado – em regra, ao fim de cada semestre. Aparece ainda na tramitação dos quadros o termo “conclusiva” que é explicado e contextualizado por Figueiredo (2011) conforme preceito constitucional.

O poder conclusivo conferido às comissões foi considerado um grande avanço no processo legislativo, uma vez que contribui para racionalizar a produção legislativa, constituindo um mecanismo eficiente de descentralização. Cabe lembrar que tal poder refere-se à autonomia outorgada às comissões de concluir a apreciação de determinados projetos de lei, os quais, anteriormente à Constituição de 1988, seriam destinados à deliberação do pleno da Casa (FIGUEIREDO, 2011 p.27).

A Constituição Federal no artigo 58 permite ao parlamentar decidir – por meio das comissões permanentes – de forma definitiva, a aprovação da lei sem que a mesma seja discutida em plenário, juridicamente denominamos o poder conclusivo das comissões por atribuição interna *corporis* (internamente por cada poder, sendo questões próprias). Essa autonomia é constitucional e se relaciona a projetos que denominam lugares e que não causa impacto, tampouco emendas que alteram a lei. O trecho constitucional do artigo 58, §2º diz que

Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa (BRASIL, Constituição Federal, artigo 58, §2º).

O único momento em que um projeto não precisa passar pela discussão e votação em plenário é exatamente quando a iniciativa for de caráter conclusivo.

Por fim, identificamos como objeto desta etapa da análise os projetos de lei que compreendem as categorias 2, 3, 4, 5, 6 e 7. Localizamos 231 projetos que possuem relação com cultura e destes, 40 projetos que fomentam políticas públicas de cultura em seu preâmbulo.

5.2.1 PL Patrimônio/ Festas/ Feiras Municipais

Deparamo-nos com 79 projetos de lei que tratam de declarar, de caráter cultural, comemorações religiosas, regionais, gastronômicas, artísticas, ambientais, folclóricas. São projetos comuns no corpo legislativo da ALESP por não esbarrar em cláusulas de inconstitucionalidade e principalmente porque a iniciativa não gera despesa para o estado. O reconhecimento de espaços e eventos culturais é importante para os grupos organizados e também para os municípios que serão contemplados com a lei. Essas iniciativas guardam

relação com políticas públicas por fortalecer, muitas vezes, atividades regionais, inserindo-as no calendário estadual. Todos os projetos de lei que foram sancionados pelo Executivo e se tornaram lei, estão destacados na tramitação dos quadros apresentados a partir desse momento.

Quadro 5 – PL Patrimônio/ Festas/ Feiras municipais (continua...)

	Legislatura	Projeto	Tramitação	Partido
1	16/12/2016	Projeto de lei 918/2016 Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a "Feira de Artes e Artesanato de Embu das Artes".	Ordem do Dia	PCdoB
2	15/12/2016	Projeto de lei 908/2016 Determina que a música caipira de raiz seja incluída na Virada Cultural do Estado.	Comissão CFOP	DEM
3	06/12/2016	Projeto de lei 878/2016 Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado, os costumes, o esporte, as manifestações culturais e a gastronomia do bairro da Mooca, na Capital.	* Lei nº 16651/2018, publicada em 13/01/2018	PV
4	21/05/2016	Projeto de lei 425/2016 Declara o programa de rádio "O Samba pede Passagem" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.	Ordem do Dia	PCdoB
5	01/04/2016	Projeto de lei 249/2016 Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a "Festa de Iemanjá".	Instrução completa	PCdoB
6	19/03/2016	Projeto de lei 186/2016 Declara o "Evangelho" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.	Ordem do Dia	DEM
7	11/03/2016	Projeto de lei 141/2016 Declara a "Linguíça de Bragança Paulista" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.	Comissão CCJR	DEM
8	04/03/2016	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 113/2016 Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Semana da Cultura Caiçara", na região da Baixada Santista, Vale do Ribeira e demais municípios do Litoral do Estado.	Lei nº 16290/2016, publicada em 21/07/2016	PSB
9	03/03/2016	Projeto de lei 108/2016 Institui o "Dia de Evangelização Global".	Lei nº 16516/2017, publicada em 13/09/2017	DEM
10	04/11/2015	Projeto de lei 1427/2015 Institui a "Virada Cultural Católica".	Ordem do Dia	PV
11	10/10/2015	Projeto de lei 1335/2015 Declara a Música Gospel como patrimônio cultural imaterial do Estado.	Ordem do Dia	DEM
12	21/08/2015	Projeto de lei 1158/2015 Institui a "Semana da Cultura Gospel".	Lei nº 16106/2016 publicada em 14/01/2016	PT
13	14/08/2015	Projeto de lei 1132/2015 Dispõe sobre a criação da "Virada Cultural Gospel" no âmbito do Estado.	Ordem do Dia	PRB

Quadro 5 – PL Patrimônio/ Festas/ Feiras municipais (continua...)

14	13/08/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1122/2015 Institui o "Dia Estadual da Cultura Gospel".	Lei nº 16077/2015, publicada em 23/12/2015	PT
15	08/08/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1116/2015 Institui a "Semana da Cultura Lowrider".	Lei nº 16076/2015, publicada em 23/12/2015	DEM
16	03/07/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1081/2015 Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Evento Anime Friends", na Capital.	Lei nº 16065/2015, publicada em 17/12/2015	PSDB
17	28/03/2015	Projeto de lei 360/2015 Define o "Funk" como movimento cultural e musical de caráter popular.	Comissão CEC	PCdoB
18	28/03/2015	Projeto de lei 359/2015 Declara o Terreiro de Candomblé Ile Alaketu Asé Airá, mais conhecido como Axé Batistini, em São Bernardo do Campo, como patrimônio cultural imaterial do Estado.	Ordem do Dia	PCdoB
19	24/03/2015	Projeto de lei 233/2015 Declara a "Capoeira" como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.	Arquivado	PSDB
20	21/03/2015	Projeto de lei 202/2015 Dispõe sobre a divulgação do nome do compositor de obras musicais.	Ordem do Dia	PSOL
21	20/03/2015	Projeto de lei 177/2015 Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de São Paulo os espaços teatrais que especifica.	Ordem do Dia	PSOL
22	20/12/2014	Projeto de lei 1441/2014 Define o "Funk" como movimento cultural e musical de caráter popular.	Arquivado	PCdoB
23	10/12/2014	Projeto de lei 1414/2014 Declara a "Capoeira" como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.	Documento Juntado - Projeto de lei 1259 /2009	PSDB
24	11/12/2014	Projeto de lei 1407/2014 Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado os espaços teatrais que especifica.	Arquivado	PSOL
25	03/09/2014	Projeto de lei 1201/2014 Declara o Terreiro de Candomblé Ile Alaketu Asé Airá, mais conhecido como Axé Batistini, em São Bernardo do Campo, patrimônio cultural imaterial do Estado.	Arquivado	PCdoB
26	14/06/2014	Projeto de lei 870/2014 Institui o Sistema Estadual de Cultura no Estado.	Arquivado	DEM
27	10/04/2014	Projeto de lei 354/2014 Institui a "Semana Estadual Amácio Mazzaropi".	Ordem do Dia	DEM
28	09/04/2014	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 342/2014 Dá a denominação de "Ademar Boaventura Michels" à Fábrica de Cultura de Diadema, naquele Município.	Arquivado	PSB
29	20/03/2014	Projeto de lei 180/2014 Declara Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Estado a Bacia Hidrográfica do Rio Pardo.	Ordem do Dia	PSOL

Quadro 5 – PL Patrimônio/ Festas/ Feiras municipais (continua...)

30	06/12/2013	Projeto de lei 922/2013 Declara o samba patrimônio cultural imaterial do Estado.	Lei nº 15690/2015 publicada em 06/02/2015	PCdoB
31	08/11/2013	Projeto de lei 814/2013 Declara a "Corrida de São Silvestre" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.	Lei nº 16112/2016, publicada em 15/01/2016	PSDB
32	08/11/2013	Projeto de lei 813/2013 Declara a "Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.	Ordem do Dia	PSDB
33	03/10/2013	Projeto de lei 695/2013 Declara Irapuru "Capital Caipira do Oeste Paulista".	Ordem do Dia	PV
34	12/09/2013	Projeto de lei 616/2013 Declara o "Teatro Oficina" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.	Ordem do Dia	PSOL
35	11/09/2013	Projeto de lei 613/2013 Declara a Companhia de Teatro "Os Satyros" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.	Ordem do Dia	PSOL
36	02/08/2013	Projeto de lei 465/2013 Dispõe sobre a divulgação do nome dos compositores das obras musicais veiculadas em sua programação pelas emissoras e retransmissoras de rádio, de televisão, de mídia virtual, bem como nos eventos culturais de qualquer espécie no Estado.	Arquivado	PSOL
37	05/04/2013	Projeto de lei 191/2013 Institui a "Semana da Cultura Evangélica".	Ordem do Dia	PV
38	08/02/2013	Projeto de lei 27/2013 Cria a "Segunda Cultural Paulista".	Ordem do Dia	PSB
39	24/03/2012	Projeto de lei 169/2012 Dispõe sobre a criação do projeto "GRAFITARTE" e a utilização de viadutos, muros e paredes públicos de equipamentos estaduais para aplicação da arte em grafite no Estado.	Ordem do Dia	PSOL
40	10/02/2012	Projeto de lei 29/2012 Declara patrimônio cultural do Estado a "Igreja Matriz Nova de Santo Antônio de Americana", naquele Município.	Ordem do Dia	PSDB
41	25/11/2011	Projeto de lei 1097/2011 Confere ao Estado de São Paulo o título de Berço da Música e da Cultura Caipira Raiz.	Arquivado	PSOL
42	20/10/2011	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1011/2011 Inclui no Calendário Oficial do Estado o evento "Expovelha".	Lei nº 15335/2014, publicada em 13/03/2014	PSD
43	12/10/2011	Projeto de lei 984/2011 Declara o Município de Ibiúna "Capital da Agricultura Orgânica".	Ordem do Dia	PSDB
44	29/09/2011	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 935/2011 Inclui no Calendário Turístico do Estado a Representação Cultural "Passos da Paixão", em Poá.	Lei nº 14812/2012, publicada em 26/06/2012	PT

Quadro 5 – PL Patrimônio/ Festas/ Feiras municipais (continua...)

45	13/08/2011	Projeto de lei 753/2011 Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural do Estado.	Arquivado	PCdoB
46	15/04/2011	Projeto de lei 316/2011 Dispõe sobre a criação do "Programa Turístico Costa Oeste Paulista".	Arquivado	PSDB
47	19/06/2010	Projeto de lei 533/2010 Declara o município de Bastos "Capital do Ovo" no Estado.	Ordem do Dia	PP
48	08/12/2009	Projeto de lei 1377/2009 Declara o município de Suzano "Capital Cultural" do Estado.	Ordem do Dia	PT
49	04/12/2009	Projeto de lei 1302/2009 Inclui no Calendário Oficial da Secretaria da Cultura a "Expo Hair - Feira e Exposição da Beleza", de Ribeirão Preto.	Lei nº 14580/2011, publicada em 08/10/2011	PMDB
50	28/11/2009	Projeto de lei 1259/2009 Declara a "Capoeira" patrimônio imaterial do Estado.	Ordem do Dia	PSB
51	28/10/2009	Projeto de lei 1004/2009 Declara o município de Taubaté "Capital da Literatura".	Ordem do Dia	PP
52	28/10/2009	Projeto de lei 1003/2009 Declara o município de Monteiro Lobato "Capital da Literatura Infantil".	Ordem do Dia	PP
53	09/10/2009	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 925/2009 Inclui no calendário turístico do Estado o "Festival Gastronômico do Guarujá".	Lei nº 14043/2010, publicada em 16/04/2010	PSDB
54	18/09/2009	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 822/2009 Inclui no calendário turístico do Estado a "Feira Preta Cultural".	Lei nº 14191/2010, publicada em 28/08/2010	PT
55	25/08/2009	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 697/2009 Inclui no calendário turístico do Estado a Sumaré Rodeo Festival.	Lei nº 13.882/2009, publicada em 19/12/2009	PV
56	18/06/2009	Projeto de lei 466/2009 Torna obrigatória a execução vocal do Hino Nacional, semanalmente, nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada de ensino fundamental e de ensino médio no Estado.	Ordem do Dia	PSDB
57	29/05/2009	Projeto de lei 415/2009 Classifica como estância turística o Município de Penápolis.	Documento Juntado - Projeto de lei 161 /2011	PSDB
58	13/05/2009	Projeto de lei 338/2009 Declara a Associação Os Independentes como "Entidade Mantenedora da Cultura Sertaneja Raiz no Estado de São Paulo", em Barretos.	Arquivado	PT
59	05/03/2009	Projeto de lei 118/2009 Institui a "Feira Literária de Autores Brasileiros - FLAB".	Arquivado	PPS
60	19/11/2008	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 741/2008 Inclui no calendário oficial do Estado a "Maratona Cultural Satyríanas".	Arquivado	PSOL

Quadro 5 – PL Patrimônio/ Festas/ Feiras municipais (continua...)

61	01/07/2008	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 477/2008 Inclui no calendário oficial da Secretaria de Cultura do Estado o Campeonato Regional de Vôlei de São José do Rio Pardo.	Arquivado	PMDB
62	29/03/2008	Projeto de lei 190/2008 Cria a Escola Superior de Restauração do Estado.	Ordem do Dia	PT
63	11/12/2007	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1401/2007 Institui o "Dia do Streetball".	Arquivado	PSDB
64	07/12/2007	Projeto de lei 1380/2007 Cria a Fundação "Nove de Julho de Rádio e Televisão Legislativa - F9JL". Parecer nº 945, de 2008, da Comissão de Redação.	Conclusão Inserir Docto	Mesa
65	27/10/2007	Projeto de lei 1262/2007 Institui o Festival de Cultura e Arte Estudantil.	Ordem do Dia	PT
66	22/09/2007	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1129/2007 Inclui no calendário turístico do Estado o Festival Santista de Curtas Metragens - Curta Santos, naquele Município.	Arquivado	PSDB
67	22/03/2007	Projeto de lei 83/2007 Declara o Município de Quadra como "A Capital do Milho Branco".	Ordem do Dia	DEM
68	15/09/2006	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 602/2006 Institui o "Dia da Cultura Coreana".	Arquivado	PV
69	30/09/2005	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 690/2005 Institui o "Dia da Cultura da Paz".	Lei nº 14383/2011, publicada em 30/03/2011	PPS
70	11/11/2004	Projeto de lei 676/2004 Declara o Município de Tatuí como "Capital da Música" no Estado de São Paulo.	Lei nº 12544/2007, publicada em 31/01/2007	PTB
71	06/11/2004	Projeto de lei 671/2004 Declara o Município de Tupã como a Capital da Mandioca.	Ordem do Dia	PTB
72	12/09/2003	Projeto de lei 791/2003 Cria a Casa de Cultura Sertaneja.	Ordem do Dia	PMDB
73	20/08/2003	Projeto de lei 679/2003 Declara patrimônio cultural o acervo de premiações das entidades, associações e clubes esportivos do Estado.	Ordem do Dia	PMDB
74	29/11/2002	Projeto de lei 693/2002 Mensagem nº 145/02. Institui o Prêmio Cultural Sérgio Motta.	Ordem do Dia	Governador
75	20/09/2002	Projeto de lei 597/2002 Inclui no Mapa Cultural do Estado o Festival de Inverno Um Friuzinho Esquentadô, que se realiza anualmente, no mês de julho, em São Luiz do Paraitinga.	Arquivado	PSDB
76	20/09/2002	Projeto de lei 591/2002 Inclui no Mapa Cultural do Estado o Festival de Inverno "Acordes na Serra", na Estância Climática de Cunha.	Arquivado	PSDB

Quadro 5 – PL Patrimônio/ Festas/ Feiras municipais (conclusão)

77	21/09/2001	Projeto de lei 585/2001 Inclui no calendário turístico do Estado a "Feira Internacional da Cultura e Beleza Negra" que se realiza na Capital.	Lei nº 11143/2001, publicada em 25/04/2001	PL
78	13/06/2001	Projeto de lei 350/2001 Declara o "Palácio 9 de Julho", sede do Poder Legislativo Paulista, patrimônio cultural do Estado.	Lei nº 10881, publicada em 20/09/2001	Mesa
79	02/06/2001	Projeto de lei 322/2001 Inclui no Mapa Cultural do Estado, a Semana de Óptica - Semóptica, que realiza-se anualmente na 2ª quinzena de agosto, em São Carlos.	Arquivado	PSDB

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo – SPL. Tabulação e interpretação própria.

Dos 79 projetos de lei agrupados no quadro acima que têm como objeto instituir, incluir declarar, criar ações e programas que reconhecem lugares e datas, festas, feiras e espaços relevantes para a cultura paulista. Nesta categoria identificamos 19 iniciativas que se tornaram leis, destacando a lei 14.191/2010 que “inclui no calendário turístico do Estado a ‘Feira Preta Cultural’”, idealizada pelo Partido dos Trabalhadores e que é realizada anualmente no mês de novembro, coincidindo com o dia da consciência negra, instrumentalizando, favorecendo o autorreconhecimento e promovendo debates. A feira fortalece e valoriza a cultura negra no Brasil, transformando identidade em produtos, serviços e soluções criativas, conforme defendido pelo Instituto Feira Preta (<http://feirapreta.com.br/>).

O regulamento que versa sobre este tipo de projeto de lei em vigor na Assembleia Legislativa não limita e não estabelece requisitos específicos para que determinado objeto possa ter seu reconhecimento previsto em lei. Não é necessário juntar documentação que comprove o fato como já observado em outros tipos de propositura. As informações que alimentam o projeto de lei são subjetivas e são trazidas pelos grupos, representantes do segmento. O obstáculo mais comum em projetos de lei dessa natureza é propor lei sobre tema já regulamentado. Propor lei sobre lei que já existe. E se isso ocorrer, as comissões parlamentares emitirão pareceres justificando a impossibilidade da aprovação da lei e direcionando-a ao arquivo sem exame de mérito, objeto, materialidade e forma.

Projetos dessa natureza seguem modelo previamente sugerido pelas normas técnicas da ALESP. A ALESP tem um manual de proposições legislativas, incluindo exemplo de formatação de texto. Para esse tipo de propositura, sugere-se que siga o modelo abaixo.

MODELO B

PROJETO DE LEI Nº , DE 2003

Inclui no Calendário Turístico do Estado a Feira de Produtos Artesanais, na Capital.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA: Artigo 1º - Fica incluída no Calendário Turístico do Estado a Feira de Produtos Artesanais que se realiza, anualmente, na segunda quinzena de abril, na Capital.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Apresentar os argumentos que demonstrem a conveniência, a oportunidade, a necessidade e a relevância da proposição.

Sala das Sessões, em

Deputado (SÃO PAULO, ALESP, 2004, p. 91).

A estrutura não tem complexidades e talvez isso explique porque 18 proposições dessa natureza são leis atualmente. É uma sugestão que pode e geralmente é melhorada pelas assessorias parlamentares no intuito de personalizar o objeto

A declaração, o reconhecimento e a inclusão de bens culturais no ordenamento jurídico paulista são proposições comuns e de fácil aceitação e aprovação dentre os pares, ou seja, um parlamentar que possui aderência ao tema do projeto de lei proposto tem sua vontade respeitada, de modo que os pares não apreciam negativamente a proposição. Nestes casos, especificamente, os deputados são procurados por grupos que representam o “movimento” dando publicidade, exposição, existência jurídica e social, assegurando espaço dentro da sociedade paulista. Destacamos que em algumas situações, o grupo organizado que almeja tal reconhecimento não é unânime e nem sempre representa todos os envolvidos. Podemos exemplificar a análise ao verificarmos a quantidade de projetos de lei relacionados à reconhecimentos religiosos.

5.2.2 PL Educação

As proposições relacionadas à educação aparecem na busca ao terem em seu teor a palavra cultura. Esses 45 itens asseguram acesso à cultura por

meio de atividades educacionais. Notamos que nesse quadro não há projetos de lei que se transformaram em lei, apesar do tema de meia-entrada ser lei aplicada atualmente, porém, por alegação de gerar despesa e custo ao executivo, algumas não são concluídas pelo processo legislativo obrigatório da ALESP. Exemplo disso são os itens 2, 3, 5, 8, 13, 18,42. Outra parcela está pronta para ordem do dia, mas muitas já foram apresentadas pelo Executivo e aprovadas, perdendo o objeto, a discussão e a participação da sociedade civil, como o exemplo do item 37 que, por iniciativa parlamentar assegura aos professores gratuidade nos espetáculos de cultura promovidas pelo estado. Neste caso o estado não é onerado e sim deixa de obter receita, um incentivo relacionado ao tema de política pública estadual analisada na discussão acerca do ProAC.

Quadro 6 – PL Educação (continua...)

	Legislatura	Projeto	Tramitação	Partido
1	18/09/2015	Projeto de lei 1256/2015 Assegura aos professores e servidores do Centro Paula Souza o pagamento de meia-entrada em espetáculos e eventos culturais, esportivos e de lazer.	Ordem do Dia	PR
2	12/06/2015	Projeto de lei 955/2015 Institui o pagamento de meia-entrada para os portadores de câncer e doenças degenerativas em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exhibições cinematográficas e demais manifestações culturais e esportivas.	Comissão CEC	DEM
3	13/05/2015	Projeto de lei 668/2015 Obriga as escolas da rede pública do Estado que ofereçam o ensino fundamental regular a manter os alunos em suas dependências durante todo o turno em que estejam matriculados, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.	Comissão CFOP	PEN
4	14/04/2015	Projeto de lei 435/2015 Dá nova redação a dispositivo da Lei nº 3730, de 1983, que dispõe sobre a cessão de dependências de unidades escolares estaduais para atividades de caráter cultural ou para práticas recreativas ou desportivas.	Ordem do dia	PTB

Quadro 6 – PL Educação (continua...)

5	07/12/2013	Projeto de lei 933/2013 Altera o § 2º do artigo 1º da Lei nº 7844, de 1992, que assegura aos estudantes o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer no Estado.	Documento Juntado - Projeto de lei 393 /2005	PMDB
6	23/04/2013	Projeto de lei 234/2013 Altera a Lei 7.844, de 1992, que assegura aos estudantes o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer.	Ordem do Dia	PT
7	16/03/2013	Projeto de lei 132/2013 Dispõe sobre a destinação de espaço físico em unidades da rede estadual de ensino e de cultura às entidades da sociedade civil organizada, movimentos populares, associações e conselhos, para o desenvolvimento de atividades de ensino, formação, aperfeiçoamento, preparação, lazer e recreação.	Ordem do Dia	PT
8	10/02/2012	Projeto de lei 36/2012 Institui a meia entrada para doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, esporte e lazer do Estado.	Documento Juntado - Projeto de lei 633 /2005	PTB
9	17/12/2011	Projeto de lei 1231/2011 Obriga todas as Escolas da Rede Pública Estadual a emitirem o RG Escolar para todos os alunos a partir do 1º ano do ensino fundamental ou a partir da efetivação da matrícula.	Arquivado	PSD
10	05/03/2010	Projeto de lei 191/2010 Assegura aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Estado o pagamento de meia entrada para o ingresso em casas de diversão, de espetáculos teatrais, musicais e circenses, de exibição cinematográfica, praças esportivas e áreas de esporte, cultura e lazer do Estado de São Paulo.	Ordem do Dia	PTB
11	02/06/2009	Projeto de lei 421/2009 Dispõe sobre o pagamento de meia entrada para o quadro de apoio escolar das escolas da rede estadual para ingresso em espetáculos circenses, teatrais, esportivos, cinematográficos, musicais e culturais.	Ordem do Dia	PSOL

Quadro 6 – PL Educação (continua...)

12	05/05/2009	Projeto de lei 302/2009 Dispõe sobre critérios para ingresso em estabelecimentos estaduais de ensino médio, técnico e superior para pessoas com deficiência.	Ordem do Dia	PSDB
13	25/04/2009	Projeto de lei 275/2009 Altera a redação da Lei nº 7.844, de 1992, que assegura a estudantes o direito ao pagamento de meia-entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer, estendendo seus benefícios a professores.	Documento Juntado - Projeto de lei 393 /2005	PSC
14	24/04/2009	Projeto de lei 274/2009 Autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade da ETEC, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, em Itapetininga.	Ordem do Dia	PMDB
15	24/04/2009	Projeto de lei 273/2009 Autoriza o Poder Executivo a implantar uma Faculdade de Tecnologia - FATEC, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, em Itapetininga.	Ordem do Dia	PMDB
16	17/04/2009	Projeto de lei 261/2009 Autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Tecnologia - FATEC, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, em São Miguel Paulista.	Ordem do Dia	PSD
17	02/04/2009	Projeto de lei 212/2009 Torna obrigatória a inserção de mensagens educativas, sobre o uso indevido das drogas e substâncias entorpecentes, durante shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizados no Estado. Parecer nº 1855, de 2009, da Comissão de Redação.	Arquivado	DEM
18	02/04/2009	Projeto de lei 208/2009 Institui cota para alunos egressos de escolas públicas para ingresso nas universidades públicas estaduais e nas faculdades de tecnologia e estabelece cotas sociais.	Documento Juntado - Projeto de lei 530 /2004	PSOL
19	02/04/2009	Projeto de lei 203/2009 Autoriza o Poder Executivo a criar o cargo de Técnico em Agropecuária no quadro de pessoal da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.	Ordem do Dia	PV

Quadro 6 – PL Educação (continua...)

20	02/04/2009	Projeto de lei 196/2009 Autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Tecnologia - FATEC, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, em Itanhaém.	Ordem do Dia	PSOL
21	02/04/2009	Projeto de lei 193/2009 Autoriza o Poder Executivo a implantar uma Faculdade de Tecnologia - FATEC, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, em Angatuba.	Ordem do Dia	PV
22	21/02/2009	Projeto de lei 81/2009 Fica garantida, na rede estadual de ensino e de cultura, a destinação de espaço físico para a realização de atividades voltadas ao ensino, formação, aperfeiçoamento, preparação, lazer, recreação e outras, de natureza não religiosa ou político-partidária, que tenham por objetivo o desenvolvimento da comunidade e o exercício da cidadania.	Arquivado	PT
23	07/02/2009	Projeto de lei 35/2009 Cria o "Programa Pilha de Livros", de coleta de pilhas e baterias nas escolas da rede pública estadual de ensino.	Ordem do Dia	PSDB
24	05/10/2007	Projeto de lei 1194/2007 Inclui a disciplina Ciência Política na grade curricular das escolas públicas estaduais.	Arquivado	PSC
25	05/09/2007	Projeto de lei 912/2007 Autoriza o Poder Executivo a criar o programa "Cesta Pedagógica", que será composto por um acervo de livros para educadores como complemento de sua formação profissional.	Ordem do Dia	PSOL
26	11/07/2007	Projeto de lei 689/2007 Institui programa de estágio destinado aos alunos do ensino médio das escolas públicas.	Ordem do Dia	PSD
27	06/07/2007	Projeto de lei 678/2007 Autoriza o Poder Executivo a criar a Faculdade de Tecnologia - FATEC como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, em São Vicente.	Ordem do Dia	PTB

Quadro 6 – PL Educação (continua...)

28	06/07/2007	Projeto de lei 677/2007 Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica (ETEs), como unidade de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, em São Vicente.	Ordem do Dia	PTB
29	06/07/2007	Projeto de lei 674/2007 Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica Estadual - ETEC, como unidade de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, em Lorena.	Ordem do Dia	PDT
30	28/06/2007	Projeto de lei 626/2007 Determina a inclusão de disciplina sobre Educação Ambiental, na grade curricular das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental, como condição para que os municípios possam firmar convênios com as Secretarias Estaduais de Meio-Ambiente e de Agricultura e Abastecimento.	Arquivado	PV
31	26/06/2007	Projeto de lei 606/2007 Estende aos servidores públicos integrantes do Quadro do Magistério da Fundação Paula Souza, os efeitos do artigos 68 e 69 da Lei 10.261, de 1968.	Ordem do Dia	PT
32	26/06/2007	Projeto de lei 605/2007 Institui o programa Jornal e Educação nas unidades escolares da rede estadual de ensino.	Ordem do Dia	PSDB
33	26/06/2007	Projeto de lei 604/2007 Institui a aula de Empreendedorismo no conteúdo curricular das escolas da rede estadual de ensino.	Ordem do Dia	PSDB
34	23/06/2007	Projeto de lei 591/2007 Obriga a inserção de mensagens educativas sobre o uso indevido das drogas e substâncias entorpecentes, antes do início de qualquer sessão cinematográfica e durante shows, eventos culturais e esportivos, voltados preferencialmente para o público infanto-juvenil.	Arquivado	DEM
35	18/06/2005	Projeto de lei 393/2005 Altera dispositivos da Lei nº 7.844 de 1992, que assegura a estudantes o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos, eventos esportivos, culturais e de lazer.	Ordem do Dia	PSDB
36	08/12/2004	Projeto de lei 761/2004 Inclui, como atividade extracurricular obrigatória dos cursos de ensino fundamental e médio da rede estadual, a visita a museus, centros culturais e instituições congêneres.	Ordem do Dia	PSDB

Quadro 6 – PL Educação (conclusão)

37	20/11/2004	Projeto de lei 702/2004 Assegura aos professores da rede pública estadual a gratuidade para o ingresso em espetáculos culturais promovidos, patrocinados ou incentivados pelo poder público do Estado.	Ordem do Dia	PRB
38	11/12/2003	Projeto de lei 1293/2003 Altera a redação da Lei nº 7844, de 1992, que assegura a estudantes o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer.	Arquivado	PT
39	04/10/2003	Projeto de lei 1017/2003 Dispõe sobre a previsão, reserva e destinação de área específica, nos estabelecimentos de ensino, destinada à prática de educação ambiental.	Ordem do Dia	PL
40	12/09/2003	Projeto de lei 808/2003 Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino do Estado, da temática "História e Cultura Afro-brasileira".	Ordem do Dia	PCdoB
41	12/09/2003	Projeto de lei 806/2003 Institui o Fundo de Auxílio Financeiro ao Estudante do Ensino Superior no Estado de São Paulo (FAFEES).	Arquivado	PSDB
42	16/04/2003	Projeto de lei 223/2003 Assegura aos professores da rede pública estadual a gratuidade para o ingresso em espetáculos culturais do Estado.	Comissão CEC	PSDB
43	14/12/2002	Projeto de lei 737/2002 Obriga a inclusão da temática: "História e Cultura Afro-Brasileira", no currículo oficial da Rede de Ensino do Estado.	Arquivado	PCdoB
44	15/12/2001	Projeto de lei 867/2001 Altera a redação de dispositivos da Lei n.º 9.849, de 1967, que autoriza o Executivo a constituir a Fundação "Padre Anchieta" Centro Paulista de Rádio e TV-Educativa.	Arquivado	PT
45	12/10/2001	Projeto de lei 668/2001 Altera o artigo 2º da Lei nº 8819, de 1994, com o objetivo de instituir apoio Estadual ao evento do carnaval, bem como o incentivo à criação e manutenção das fanfarras.	Arquivado	PMDB

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo – SPL. Tabulação e interpretação própria.

Foram apresentadas 45 iniciativas em que cultura e educação se complementam no quadro acima. Destacamos que este é o único agrupamento que não teve projetos transformados em lei pelo poder legislativo, porém os

projetos elaborados pelos parlamentares que visam garantir a meia entrada de alunos e professores em estabelecimentos de cultura é uma realidade, no município de São Paulo em parceria entre Estado/Município, garantindo o acesso. As ETEC's, FATEC's fazem também parte deste rol por serem a educação e a cultura instrumentos de formação do cidadão e tramitarem em comissão legislativa que tratam da educação e cultura como segmentos semelhantes.

O projeto de lei 761 de 2004, que trata de incluir visitas a museus e equipamentos culturais aos estudantes, por exemplo, poderia ser uma realidade na vida escolar, pois sabemos que não é raro alunos de escola pública só terem acesso a atividades culturais se estas estiverem previstas no programa e planejamento escolar. A experiência em museus, centros culturais e o interesse por cultura é sim função da escola. Para fins de discussões e comissões permanentes da ALESP, educação e cultura estão juntas, bem como o ensino estar inserido em cultura e vice-versa.

5.2.3 PL Política pública

Consideramos que 40 das 341 propostas analisadas pelo SPL possuem vínculo com política pública. Estamos falando em pouco mais de 11% das iniciativas. Desse total, destacamos o projeto de lei nº 770 de 2005 (representados no quadro abaixo pelo item 27) que se tornou a lei nº 12.268 de 2016, instituindo o PAC que é de iniciativa do Executivo. Um PL de iniciativa do executivo entra na pauta da ALESP para discussão, recebimento de emendas, audiência pública, recebendo por meio dos anseios da população, propostas de emenda que são debatidas entre os parlamentares e inseridos ou rejeitados do texto original e por fim é sancionada pelo Legislativo.

O projeto ressaltado acima recebeu emendas dos parlamentares da ALESP, conforme cópia da página de tramitação da ALESP abaixo. Desta tramitação destacamos que o relator da propositura foi um parlamentar que é da base política de oposição do governador e que as 33 emendas por ele propostas, foram rejeitadas na Comissão de Constituição e Justiça.

Figura 4 – Tramitação de projeto de lei

Norma Lei nº 12268 de 21/02/2006 Ementa Institui o "Programa de Ação Cultural - PAC". Regime Tramitação Urgência Indexação AÇÃO CULTURAL, ARTE, CULTURA, PAC (PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL), PROGRAMA Autor(es) Governador Apoiador(es) Fase atual: Arquivado na Caixa: 15.1.114 Último Andamento 04/06/2018 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 015.01.114						
Pareceres						
	Nº Legislativo	Resultado	Resumo	Relator	Comissão	Ver
1	3301 / 2005	favorável ao projeto e contrário às emendas	favorável ao projeto e contrário às 33 emendas apresentadas	Vicente Cândido	Comissão de Constituição e Justiça	
1	518 / 2006	favorável	favorável ao veto referente ao inciso VI do art. 5º e art. 17 e contrário ao veto do art. 12	Cândido Vaccarezza	Comissão de Constituição e Justiça	
1	64 / 2006	propondo redação final	propondo redação final	Vicente Cândido	Comissão de Redação	

Documentos Acessórios						
	Publicação	Natureza	Nº Legislativo	Ementa	Autor	Ver
31	01/11/2005	Emenda de Pauta	5 /2005		Campos Machado	
32	01/11/2005	Emenda de Pauta	4 /2005		Beth Sahão	
33	01/11/2005	Emenda de Pauta	3 /2005		Beth Sahão	
34	01/11/2005	Emenda de Pauta	2 /2005		Beth Sahão	
35	01/11/2005	Emenda de Pauta	1 /2005		Romeu Tuma	
36	21/02/2006	Lei	12268		Governador	
37	07/02/2006	Ofício	527	Ofício ao Projeto de lei numero 770/2005		
38		Ofício	2651 /2015	Governador		

Fonte: Sistema do Processo Legislativo – SPL. Tramitação Lei nº 12.268/2006

Destacamos também que cabe ao relator apresentar a proposta de redação final para sanção do governador, cabendo a ele a sanção que ocorreu em 21/02/2006. Importante destacar ainda que alterações, aprimoramento, fiscalização, acompanhamento do PAC como política pública de cultura podem ser de iniciativa legislativa, por exemplo, os projetos de lei nº 478 de 2016, nº 358 de 2016 e nº 334 de 2016 (representados no quadro abaixo pelos itens 1, 2 e 4). Um projeto de lei que tinha o mesmo objetivo atingido pelo PAC foi apresentado em 2003, através do PL nº 854/2003, demonstrando que política pública de cultura nasce no legislativo.

Quadro 7 – PL Política pública (continua ...)

	Legislatura	Projeto	Tramitação	Partido
1	08/06/2016	Projeto de lei 478/2016 Dá nova redação ao inciso V do artigo 4º da Lei nº 12.268, de 2006, que institui o Programa de Ação Cultural - PAC, incluindo o artesanato no rol de atividade cultural para obtenção de benefícios.	Lei nº 16381/2017, publicada em 01/02/2017	PT

Quadro 7 – PL Política pública (continua ...)

2	28/04/2016	Projeto de lei 358/2016 Altera a redação do "caput" do artigo 9º da Lei nº 12.268, de 2006, que institui o Programa de Ação Cultural - PAC.	Ordem do Dia	PV
3	28/04/2016	Projeto de lei 357/2016 Inclui artigo na Lei nº 10.294, de 1968, que dispõe sobre o amparo à cultura.	Comissão CFOP	PV
4	19/04/2016	Projeto de lei 334/2016 Altera a redação do artigo 4º da Lei nº 12.268, de 2006, que institui o Programa de Ação Cultural - PAC.	Ordem do Dia	PV
5	13/04/2016 exemplo	Projeto de lei 305/2016 Institui o Código Estadual de Cultura.	Comissão CEC	DEM
6	08/12/2015	Projeto de lei 1567/2015 Institui o Programa de Proteção de Mestres dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares.	Documento Juntado - Projeto de lei 829 /2007	PT
7	04/12/2015 + incentivo	Projeto de lei 1537/2015 Cria o Programa "100 (cem) Cópias Sem Custo" de incentivo à produção literária e cultural.	Ordem do Dia	PSDB
8	01/10/2014	Projeto de lei 1290/2014 Institui o Código Estadual de Cultura.	Arquivado	DEM
9	17/05/2014	Projeto de lei 664/2014 Consolida a legislação referente à Cultura, que passa a ser denominada Estatuto da Cultura.	Arquivado	PSD
10	03/09/2013	Projeto de lei 584/2013 Institui o Estatuto da Juventude e cria o Sistema Estadual de Juventude no Estado.	Ordem do Dia	PMDB
11	07/08/2013	Projeto de lei 483/2013 Institui a Política Cultural Paulista, destinada a promover a produção, a difusão e o acesso aos direitos culturais dos diferentes núcleos comunitários de cultura.	Ordem do Dia	PCdoB
12	05/06/2012	Projeto de lei 388/2012 Cria o Programa "Preserva São Paulo". Parecer nº 1132, de 2014, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.	Lei nº 15565/2014, publicada em 26/09/2014	DEM
13	13/08/2011	Projeto de lei 754/2011 : 4675 /2011 Institui o Programa SP-Digital.	Ordem do Dia	PCdoB
14	01/07/2011	Projeto de lei 677/2011 Institui a criação de Bibliotecas Comunitárias (circulantes) em favelas e bairros considerados de baixa renda.	Arquivado	PSD
15	15/03/2011	Projeto de lei 63/2011 Cria o "Projeto Cultura-Cidadã" no Estado.	Arquivado	PT
16	24/11/2009	Projeto de lei 1225/2009 Cria o "Programa de Resgate e Preservação das Culturas Étnicas".	Ordem do Dia	PTB

Quadro 7 – PL Política pública (continua ...)

17	12/09/2009	Projeto de lei 800/2009 Institui o projeto "Revelando São Paulo".	Arquivado	PSDB
18	11/06/2009	Projeto de lei 450/2009 Cria o Conselho Estadual de Direitos Autorais - Ceda.	Arquivado	PT
19	03/04/2009	Projeto de lei 218/2009 Inclui a campanha "Teatro é um barato" nos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Cultura.	Ordem do Dia	PSD
20	21/02/2009	Projeto de lei 80/2009 Institui a "Biblioteca-cidadã".	Ordem do Dia	PT
21	07/03/2008	Projeto de lei 132/2008 Institui a Política Estadual do Livro.	Ordem do Dia	PSDB
22	21/08/2007	Projeto de lei 829/2007 Institui o "Registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres da Cultura Tradicional Popular" no Estado.	Ordem do Dia	PT
23	26/06/2007	Projeto de lei 607/2007 Propõe a implantação de espaços esportivos, culturais e de lazer nos piscinões a serem construídos pelo Governo do Estado.	Ordem do Dia	PT
24	29/03/2007	Projeto de lei 140/2007 Institui a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo, que possibilita aos alunos da rede pública o acesso ao patrimônio cultural, artístico e turístico do Estado.	Documento Juntado - Projeto de lei 0141 /2004	DEM
25	16/12/2006	Projeto de lei 745/2006 Cria o Conselho Estadual das Cidades de São Paulo - CEC/SP.	Ordem do Dia	PT
26	28/06/2006	Projeto de lei 394/2006 Institui o Programa Estadual de Apoio à Implantação de Bibliotecas a ser coordenado pela Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Cultura do Estado.	Ordem do Dia	PPS
27	27/10/2005	Projeto de lei 770/2005 Institui o "Programa de Ação Cultural - PAC".	Lei nº 12268 , publicada em 21/02/2006	Governador
28	09/07/2005	Projeto de lei 468/2005 Cria o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Divulgação da História, da Cultura e das Tradições do Caiçara.	Ordem do Dia	PT
29	09/06/2005	Projeto de lei 372/2005 Cria o Banco de Talentos.	Ordem do Dia	PSB
30	08/12/2004	Projeto de lei 764/2004 Obriga a permanência de intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, para atendimento de pessoas com deficiência auditiva, nas instituições públicas e privadas, destinadas à promoção cultural.	Documento Juntado	PR

Quadro 7 – PL Política pública (conclusão)

31	03/12/2004	Projeto de lei 743/2004 Cria o Núcleo "Milton Santos" de Estudos, Pesquisas e Divulgação sobre a História, a Cultura e as Tradições do Negro.	Ordem do Dia	PT
32	19/02/2004	Projeto de lei 53/2004 Cria o Banco do Livro no Estado de São Paulo.	Ordem do Dia	DEM
33	05/11/2003	Projeto de lei 1127/2003 Cria o "Fundo Estadual de Arte e Cultura de São Paulo".	Ordem do Dia	PT
34	12/09/2003	Projeto de lei 876/2003 Institui o Fundo de Investimento Cultural FIC-SP.	Ordem do Dia	PSC
35	12/09/2003	Projeto de lei 854/2003 Institui o Programa de Incentivo para Atividades Culturais - PIAC.	Ordem do Dia	PT
36	26/03/2003	Projeto de lei 77/2003 Cria o Projeto "Cultura para Todos".	Ordem do Dia	PMDB
37	15/03/2003	Projeto de lei 64/2003 Institui mecanismos de incentivo à Cultura e ao Esporte.	Arquivado	PSDB
38	12/02/2003	Projeto de lei 13/2003 Cria o Projeto Cultura para Todos - sistema de adoção de bibliotecas e equipamentos culturais por empresas com responsabilidade social.	Arquivado	PMDB
39	15/12/2001	Projeto de lei 872/2001 Dispõe sobre a criação do Núcleo de Apoio Cultural, Esportivo e Turístico na cidade de Avaré.	Arquivado	PP
40	04/12/2001	Projeto de lei 826/2001 Dispõe sobre a inserção dos templos de qualquer culto no contexto cultural do Estado.	Ordem do Dia	PRB

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo – SPL. Tabulação e interpretação própria.

Notamos que outros programas que existem hoje no estado também tiveram iniciativa no legislativo. A promoção da produção, difusão e acesso aos direitos culturais foi proposta por meio do PL nº 483 de 2013 (representado no quadro acima pelo item 11). A criação de bibliotecas circulantes, ou seja, ônibus-biblioteca que na ALESP foram de iniciativa legislativa por meio dos PL's nº 677 de 2011 e nº 80 de 2009 (representado no quadro acima, respectivamente pelos itens 14 e 20), e é programa nas esferas governamentais. O Programa de Resgate e Preservação das culturas étnicas também é lei e está no rol de programas na Secretaria de Cultura.

As iniciativas de políticas públicas de cultura do legislativo estão abarcadas nos programas da Secretaria de Cultura. Observamos que nenhuma

dessas iniciativas foi vetada pelo governador. A rotina parlamentar nos faz acreditar que tais propostas deixaram de ser prioridade em algum momento pelos parlamentares e as hipóteses para isso passam por decisões políticas que não são transparentes no processo e também não serão consideradas na pesquisa.

As três leis aprovadas acerca de política pública de cultura tabuladas nesse bloco estão relacionadas ao PAC, correspondendo a 7,5% das iniciativas com maior aderência de política pública no estado.

5.2.4 PL Autorizativo

Estudos jurídicos e técnicos da Assembleia Legislativa classificam tais proposições como vício de iniciativa e/ou de inconstitucional.

No campo jurídico/ legal, a discussão de projetos dessa natureza percorreu entendimentos acerca da sua legitimidade. O vício de iniciativa de projeto de lei autorizativo justifica-se pelas normas relacionadas à competência constitucional. Isso significa que uma atribuição legalmente do governo do estado está sendo requerida em esfera adversa e portanto “ilegal”, observando os limites constitucionais. O projeto de iniciativa autorizativa burla, mascara as atribuições previstas na Constituição Estadual.

Autorizar o governador do estado a fazer algo que é de sua iniciativa é inconstitucional. Se já é de sua competência e o vício é material, explícito, irrefutável, o projeto é vetado sem análise da matéria. A forma de proposição é equivocada e basta como justificativa ao veto.

Mesmo conhecendo essas especificidades, constatamos 33 projetos de lei autorizativos e destes 6 são leis.

Quadro 8 – PL Autorizativo (continua...)

	Legislatura	Projeto	Tramitação	Partido
1	12/10/2016	Projeto de lei 768/2016 Autoriza o Poder Executivo a criar o Núcleo " Rei do Baião" de estudos, pesquisas e divulgação sobre a história, a cultura e as tradições nordestinas.	Ordem do Dia	DEM
2	17/09/2016	Projeto de lei 721/2016 Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa Vila Dignidade em Rio Claro.	Juntado - Projeto de lei 360/2009	DEM

Quadro 8 – PL Autorizativo (continua...)

3	17/09/2016	Projeto de lei 720/2016 Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa Vila Dignidade em Mogi Guaçu.	Juntado - Projeto de lei 360 /2009	DEM
4	10/06/2015	Projeto de lei 948/2015 Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins socioculturais, o imóvel onde está instalado o "Espaço Comum Casa Amarela", na Capital.	Comissão CCJR	PSOL
5	21/03/2015	Projeto de lei 209/2015 Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins socioculturais, o imóvel onde está instalado o "Núcleo Bartolomeu de Depoimentos", na Capital.	Comissão CCJR	PSOL
6	21/03/2015	Projeto de lei 208/2015 Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins ambientais e culturais, terreno para incorporação ao "Parque Burle Marx", na Capital.	Comissão CCJR	PSOL
7	21/03/2015	Projeto de lei 207/2015 Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins ambientais e culturais, terreno situado entre as Ruas David Perez e Salvador Dali, na Capital, para criação do "Parque dos Búfalos".	Comissão CCJR	PSOL
8	21/03/2015	Projeto de lei 190/2015 Autoriza o Poder Executivo a criar Programa de Incentivo às Semanas Culturais do Orgulho LGBT e de Inclusão Social da Diversidade nos municípios do Estado.	Ordem do Dia	PSOL
9	20/03/2015	Projeto de lei 178/2015 Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins sociais, culturais e ambientais, o terreno situado entre as ruas Augusta, Caio Prado e Marquês de Paranaguá, na Capital de São Paulo, para criar o "Parque Augusta".	Relator Especial	PSOL
10	03/08/2011	Projeto de lei 695/2011 Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa de Intercâmbio Cultural" entre as Secretarias da Segurança Pública e da Educação.	Ordem do Dia	PDT
11	10/06/2010	Projeto de lei 505/2010 Autoriza o Poder Executivo a criar um Programa Permanente de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Científico e Cultural no Estado.	Ordem do Dia	PTB

Quadro 8 – PL Autorizativo (continua...)

12	28/11/2009 exemplo	Projeto de lei 1261/2009 Autoriza o Poder Executivo a incluir no Plano de Governo do Estado para a Pessoa Idosa o "Espaço de Convivência Intergeracional" - FUTURIDADE.	Ordem do Dia	PSB
13	27/11/2009	Projeto de lei 1249/2009 Autoriza o Poder Executivo a instituir em caráter permanente, no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, o Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença.	Lei nº 14947/2013, publicada em 30/01/2013	PTB
14	28/08/2008 + incentivo	Projeto de lei 573/2008 Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Programa Tributo Cidadão (PTC)", com o objetivo de angariar recursos destinados a programas sociais e/ou ações emergenciais nas áreas da saúde, da agricultura e da segurança pública.	Arquivado	PSDB
15	21/05/2008	Projeto de lei 359/2008 Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, ao Município de Limeira, imóvel naquela localidade, onde se encontra instalado o Centro Cultural Municipal integrado pelo Museu Histórico e Pedagógico Major Levy Sobrinho, pela Biblioteca Pública Municipal e Infantil Professor João de Souza Ferraz, pelo Centro de Memória Histórica e pela Escola Municipal de Cultura e Artes - EMCEA.	Lei nº 13033/2008, publicada em 30/05/2008	Governador
16	30/04/2008 + incentivo	Projeto de lei 313/2008 Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro aos Institutos Históricos e Geográficos. Parecer nº 2007, de 2009, da Comissão de Redação.	Lei nº 13853/2009, publicada em 04/12/2009	DEM
17	20/03/2008	Projeto de lei 172/2008 Autoriza o Poder Executivo a doar o acervo dos museus estaduais aos municípios onde se localizem os respectivos equipamentos culturais.	Lei nº 13209/2008, publicada em 30/09/2008	Governador
18	09/11/2007	Projeto de lei 1296/2007 Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, ao Município de Santos, três imóveis nele situados, a serem destinados à implantação, após restauro, de projeto cultural dedicado ao esporte e à história do futebol.	Lei nº 12798/2008, publicada em 11/01/2008	Governador

Quadro 8 – PL Autorizativo (continua...)

19	14/08/2007	Projeto de lei 784/2007 Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com governos federal, estaduais e municipais e com empresas privadas, tendo como finalidade a implantação de Centros Culturais e de Receptivo Turístico nas Estações Ferroviárias Históricas do Alto Tietê, Vale do Paraíba e da Serra da Mantiqueira. Parecer nº 710, de 2009, da Comissão de Redação.	Arquivado	SD
20	03/07/2007	Projeto de lei 655/2007 Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria de Estado da Melhoria.	Arquivado	DEM
21	28/06/2007	Projeto de lei 628/2007 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa "Caminho das Artes", nas escolas da rede estadual de ensino.	Ordem do Dia	PSDB
22	26/05/2007	Projeto de lei 485/2007 Autoriza o Poder Executivo a criar a Gravadora Estadual.	Ordem do Dia	PSOL
23	26/05/2007	Projeto de lei 484/2007 Autoriza o Poder Executivo a criar a Editora Estadual.	Arquivado	PSOL
24	22/06/2006	Projeto de lei 369/2006 Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, precedida de certame licitatório e por preço não inferior ao da avaliação, imóvel situado em Martinópolis, destinado à instalação da Biblioteca e do Departamento Municipal de Educação.	Arquivado	Governador
25	22/02/2006 + incentivo	Projeto de lei 66/2006 Autoriza o Governo do Estado a conceder incentivo fiscal às empresas que financiarem projetos para o carnaval de rua promovido por escolas de samba.	Ordem do Dia	PSC
26	01/07/2005	Projeto de lei 442/2005 Autoriza o Poder Executivo a criar o Museu Estadual da Cultura, da História e das Tradições Caiçaras, no litoral paulista.	Ordem do Dia	PT
27	19/04/2005	Projeto de lei 189/2005 Autoriza o Poder Executivo a criar o "Espaço Sagrado", local público para realização de manifestações de religiosidade do Candomblé e da Umbanda.	Ordem do Dia	PTB
28	04/12/2004	Projeto de lei 748/2004 Autoriza a criação do "Museu Estadual de Cultura das Tradições Nordestinas".	Arquivado	PFL

Quadro 8 – PL Autorizativo (conclusão)

29	02/12/2004	Projeto de lei 733/2004 Autoriza o Poder Executivo a criar o "Museu Estadual da Cultura e das Tradições do Negro".	Arquivado	PT
30	12/03/2003	Projeto de lei 54/2003 Autoriza a instituir a Fundação Centro de Tradições Paulistas.	Arquivado	PHS
31	07/06/2002	Projeto de lei 369/2002 Autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria da Cultura, Oficinas Culturais da Terceira Idade, na Zona Leste da Capital.	Arquivado	PTB
32	22/09/2001	Projeto de lei 588/2001 Autoriza o Poder Executivo a trocar ingresso para cinemas, teatros e afins por notas fiscais emitidas no Estado.	Arquivado	PL
33	18/04/2001	Projeto de lei 206/2001 Mensagem nº 87/01. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, à Prefeitura Municipal de Assis, terreno e área construída para fins de instalação do Centro Cultural da localidade.	Lei nº 10929/2001, publicada em 18/10/2001	Governador

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo – SPL. Tabulação e interpretação própria.

Os objetos das leis autorizativas de iniciativa parlamentar que tratam de cultura disciplinam um fórum de discussões que abrange religiões e liberdade de crença, imóveis para instalação de equipamentos culturais, fomento por meio de orçamento, sendo todos eles não obrigatórios, pois esta é uma característica de lei autorizativa.

Existem iniciativas exclusivas/ reservadas de cada um dos poderes. No campo político o problema de vício ou inconstitucionalidade pode ser revisado ou reformado e se o Governador permitir, autorizar ou concordar o projeto é sancionado e vira lei ordinária.

Pois bem, a inconstitucionalidade é explícita, a vedação constitucional é comum e projetos continuam sendo apresentados com essas características. A reflexão deixa o campo jurídico/ legal e entra na esfera política que dá o tom e sanciona o projeto, transformando-o em lei. Validar isso, ou seja, sancionar e regulamentar ação constitucionalmente equivocada só se explica e justifica por meio da política. Uma lei derivada de autorização é plenamente eficaz. Sua

declaração de inconstitucionalidade somente ocorre e a eficácia é suspensa ante uma decisão prolatada pelo Poder Judiciário

Os aspectos que “fundamentam” o veto ou a sanção de um projeto de natureza autorizativo atravessam consensos e apoio nas e das causas, partidos, alianças e interesses diversos, incluindo é claro, a janela de oportunidade e sensibilidade ao tema conforme fatos sociais e com repercussão midiática.

Observemos que no quadro 8 já apresentado, há 6 projetos convertidos em lei que fomentam a cultura, mesmo presente o vício de iniciativa exposto. A sanção, em tese, termina com a discussão acerca de vícios. Importante também ressaltar que uma lei autorizativa não gera nenhuma obrigação/responsabilidade de execução ao Governador, porque a natureza da iniciativa é dele e, portanto cabe a ele inserir na agenda de governo ou mesmo na agenda política.

A lei autorizativa pode entrar em vigor, mas pode ser questionada juridicamente. As ações diretas de inconstitucionalidade servem para fazer essa discussão no campo da legalidade nos julgados pelos tribunais. Por exemplo, os interessados beneficiados pela lei podem ingressar com ação judicial para garantir um direito gerado pela sanção e o contrário também é possível, a sanção de uma lei pode gerar prejuízo ou risco de atividades relacionadas a ele e esses podem acionar o judiciário e defender o *status quo*. Ao analisar o conteúdo, o judiciário conclui pela inconstitucionalidade, impossibilitando que a lei tenha efeitos na vida civil.

Diante de todo esse imbróglio que é uma lei autorizativa, a reflexão que permanece e que talvez motive tal ação é a possibilidade de sobrevivência das alianças entre Executivo e Legislativo para convivência harmonicamente ou ainda, moeda de troca para sanar interesses. O campo político, no momento da negociação de uma sanção legal é de tensão, todos lançam suas apostas e todos defendem seus interesses.

A pressão popular, a democracia participativa pode estar também pressionando a sanção ou o veto. O conflito, a pressão e participação dos grupos neste momento, maior ou menor faz com que o representante se mova e pressione os pares.

Tomemos como exemplo a lei nº 14.947/2013 (item 13 da tabela), que “Autoriza o Poder Executivo a instituir em caráter permanente, no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, o Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença”. Não há questionamentos quanto ao objeto que para política pública de cultura é relevante, reconhecido e legítimo. O problema é formal. O problema está em autorizar o poder executivo. A proposição não teria esse viés inconstitucional se, por exemplo, ela fosse grafada da seguinte maneira: Institui, em caráter permanente, no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, o Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença. Poderíamos discutir nesse modelo outros problemas e outros motivos para ser vetado, mas não o caráter autorizativo – inconstitucional.

Resumidamente, um projeto de lei autorizativo nasce condenado a morrer por inconstitucionalidade, a menos que seu objeto encontre na política de governo um fundamento moral, civil e torne-se legal e justo a ponto de uma sobrevida, reforma ou reformulação. Leis sancionadas e condenadas por sua formulação não assumem garantias no ordenamento jurídico e, conseqüentemente a sua execução está condicionada aos ânimos ou conveniências do Governador como Chefe do Poder Executivo.

Temos o seguinte cenário: de um lado, o argumento dos parlamentares que pretendem afastar o patente vício de iniciativa da proposição que gerou tal lei; de outro lado, o senso confortável da CE que o ampara quando se verifica a promulgação e a publicação da “lei autorizativa”, pois a CE o ampara acerca da inconstitucionalidade e da aceitação da tese da não obrigatoriedade de execução dessa lei. Caso seja pressionado a executá-la, irá imediatamente alegar o vício de iniciativa perante o Judiciário.

5.2.5 PL Utilidade pública

Dos 18 projetos de lei classificados por utilidade pública, 8 foram sancionados e são leis. Observamos que todos eles são de caráter conclusivo, que dispensam discussão em plenário, tendo a tramitação mais célere desde que seja prioridade do parlamentar, conforme explicado anteriormente nesta

seção por meio da contribuição de Figueiredo (2011) ao discorrer sobre descentralização e autonomia das comissões.

Quadro 9 – PL Utilidade pública (continua...)

	Legislatura	Projeto	Tramitação	Partido
1	20/12/2016	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 935/2016 Declara de utilidade pública a "APC - Associação Brasileira de Desenvolvimento de Projetos Culturais", na Capital.	Comissão CCJR	PSD
2	24/09/2016	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 742/2016 Declara de utilidade pública a "Associação Cultura e Arte - ACA", em São Vicente.	Comissão CCJR	PSDB
3	21/05/2016	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 423/2016 Declara de utilidade pública a "Associação Folclórica Tradição Cultural Popular de Franca", naquele Município.	Lei nº 16353/2016, publicada em 31/12/2016	PSDB
4	14/04/2016	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 309/2016 Declara de utilidade pública o "Centro de Esporte e Cultura da Capoeira Meninos Guerreiros Brasil/Suíça - CECLCAMEGBS", em Cubatão.	Lei nº 16300/2016, publicada em 30/08/2016	PEN
5	19/12/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1631/2015 Declara de utilidade pública o "Centro Cultural As Águas de São Paulo", na Capital.	Lei nº 16628/2017, publicada em 21/12/2017	PTB
6	18/12/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1623/2015 Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Promoart", em Barueri.	Comissão CCJR	DEM
7	16/06/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 973/2015 Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Cant-Art de Juquiá (ACCART)", naquele Município.	Comissão - CCJR	PSDB
8	31/03/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 374/2015 Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Filhos de Ganga Zumba - AFOXÉ", em Cubatão.	Lei nº 16234/2016, publicada em 02/06/2016	PcdoB
9	28/03/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 367/2015 Declara de utilidade pública o "Centro de Educação Cultura e Artes - CECA", em Elias Fausto.	Comissão CCJR	DEM

Quadro 9 – PL Utilidade pública (conclusão)

10	11/10/2013	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 727/2013 Declara de utilidade pública o "Centro Cultural Negro Municipal de São Carlos", naquele Município.	Arquivado	PSDB
11	08/10/2013	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 709/2013 Declara de utilidade pública o "Instituto Usina dos Sonhos", em Dois Córregos.	Lei nº 15417/2014, publicada em 13/05/2014	PSD
12	03/04/2013	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 184/2013 Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos do Centro Cultural Irmãos Quagliato - APACCIQ", em Ourinhos.	Documento Juntado - Projeto de lei 263 /2015	PSDB
13	27/06/2012	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 442/2012 Declara de utilidade pública a "Associação de Cultura Popular Seguidores do Professor José Sant'anna", em Olímpia.	Lei nº 15226/2013, publicada em 26/11/2013	PMDB
14	25/05/2012	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 349/2012 Declara de utilidade pública a "Associação de Assistência ao Adolescente de Brodowski", naquele Município.	Lei nº 14902/2012, publicada em 09/11/2012	PSDB
15	23/05/2012	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 339/2012 Declara de utilidade pública a Associação de Arte, Cultura e Esporte de Ribeirão Preto - AACE, naquele Município.	Arquivado	SD
16	09/12/2010	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 817/2010 Declara de utilidade pública a "Casa de Cultura", em Votorantim.	Arquivado	PT
17	23/04/2010	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 348/2010 Declara de utilidade pública o "Grupo de Capoeira Esportivo e Cultural Águia de Fogo", em Catanduva.	Arquivado	PT
18	05/12/2003	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1265/2003 Declara de utilidade pública a "SAEG - Sociedade Cívico Cultural Amigos de Engenheiro Goulart", na Capital.	Lei nº 12944/2008, publicada em 25/04/2008	PSDB

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo – SPL. Tabulação e interpretação própria.

Um projeto de lei e, conseqüentemente, uma lei que transforma uma organização sem fins lucrativos em utilidade pública representa que a essa organização seja tratada de forma diferenciada e passe a concorrer a projetos

de forma a realizar parcerias com poder público em esfera municipal, estadual e federal, candidatando-se a programas e projetos de financiamento governamental.

Um projeto de lei de declaração de utilidade pública de associações/ entidades que prestam trabalho assistencial na área da cultura deve anexar documentos que preencham requisitos específicos previstos na lei nº 2574/1980 e lei complementar nº 846/1998 que estabelecem normas para a declaração em análise. Tais diplomas legais elencam requisitos burocráticos, documentais relacionados à personalidade jurídica, ao regular funcionamento, às atividades artísticas, filantrópicas e assistenciais desenvolvidas em caráter beneficente.

Os benefícios das associações declaradas 'de utilidade pública' por meio da lei grifadas no quadro acima, por exemplo, possuem desconto em cobranças mensais de tarifas de luz e água, isenção da contribuição destinada à seguridade social, isenção de imposto de renda garantidos também por leis específicas que regulamentam uma utilidade pública. Oito dos dezoitos projetos propostos se tornaram leis. Da data da propositura até a sanção governamental, o lapso temporal é unicamente acerca da juntada dos documentos exigidos e atualizados.

Uma entidade que se torna utilidade pública é um mecanismo de reconhecimento dos serviços prestados relevantes à sociedade e reconhecidos pelo estado. No campo do processo legislativo, os obstáculos que impedem a organização social de se tornar de utilidade pública é a que menos enfrenta disputa política, pois não gera por si só nenhum ônus para o estado e é de livre iniciativa parlamentar. O impedimento versa somente acerca dos requisitos documentais extremamente rígidos.

5.2.6 PL Renúncia fiscal

Os 16 projetos de lei abaixo identificados tratam do objeto tratado no capítulo 3 que incide sobre incentivos fiscais ou em renúncia fiscal quando falamos em estimular a cultura pelo setor privado. Captar recursos para executar projetos, resumidamente o estado abre mão de gerar receitas estabelecidas em lei, renunciando o tributo.

Quadro 10 – PL Renúncia fiscal (continua...)

	Legislatura	Projeto	Tramitação	Partido
1	01/12/2016	Projeto de lei 863/2016 Dispõe sobre a divulgação de qualquer incentivo do Governo do Estado às produções artísticas.	Ordem do Dia	DEM
2	21/03/2015	Projeto de lei 191/2015 Concede incentivos fiscais para estabelecimentos que incentivem música ao vivo no âmbito do Estado.	Relator Especial	PSOL
3	02/08/2012	Projeto de lei 478/2012 Disciplina a cobrança de taxa de conveniência ou similar e a concessão de exclusividade aos clientes de patrocinadores ou de qualquer parceiro comercial pelas empresas prestadoras de serviço de venda de ingressos no Estado.	Ordem do Dia	PSDB
4	08/04/2011	Projeto de lei 252/2011 Concede incentivo fiscal a bares, restaurantes, casas-noturnas e similares, e aos condomínios de shopping-centers, no Estado, que incentivem a realização de eventos culturais com música ao vivo durante suas atividades e funcionamento.	Arquivado	PSOL
5	15/10/2009	Projeto de lei 940/2009 Institui incentivo fiscal a ser concedido a bares, restaurantes, casas-noturnas e similares, e aos condomínios de shoppings que incentivem a realização de eventos culturais com música ao vivo durante suas atividades e funcionamento.	Arquivado	PSOL
6	25/09/2009	Projeto de lei 856/2009 Assegura aos doadores de medula óssea o direito de pagamento de meia-entrada em eventos culturais, esportivos ou recreativos realizados no Estado.	Ordem do Dia	PSDB
7	26/08/2009	Projeto de lei 699/2009 Altera o inciso IV, do artigo 4º da Lei nº 12.685, de 2007, modificado pela Lei nº 13.441, de 2009, objetivando incluir as entidades paulistas culturais ou desportivas, sem finalidades lucrativas, nos benefícios do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.	Lei nº 13758/2009, publicada em 20/10/2009	PCdoB
8	05/08/2009	Projeto de lei 563/2009 Assegura aos doadores regulares de sangue o pagamento de meia entrada em cinemas, teatros, estádios e outros locais de acesso ao público que realizem eventos de natureza cultural, esportiva ou recreativa no Estado.	Documento Juntado - Projeto de lei 633 /2005	PSDB

Quadro 10 – PL Renúncia fiscal (conclusão)

9	15/12/2007	Projeto de lei 1430/2007 Altera a redação do artigo 6º da Lei nº 12.268, de 2006, estendendo ao contribuinte detentor de créditos de ICMS a possibilidade de adesão ao Programa de Ação Cultural - PAC.	Ordem do Dia	PV
10	22/08/2007	Projeto de lei 833/2007 Propõe concessão de desconto aos policiais civis e militares na aquisição de ingresso para espetáculos, exposições e eventos esportivos, de cultura e de lazer no Estado.	Ordem do Dia	DEM
11	16/06/2007	Projeto de lei 576/2007 Estabelece que teatros, salas de cinema, cultura e casas de espetáculos e shows artísticos, deverão destinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de seus lugares para uso exclusivo de pessoas com deficiência físico-motora.	Ordem do Dia	PSDB
12	01/12/2006	Projeto de lei 713/2006 Institui meia-entrada, para doadores regulares de sangue, em eventos culturais, esportivos e de lazer, no Estado.	Documento Juntado - Projeto de lei 633 /2005	PSDB
13	16/09/2005	Projeto de lei 633/2005 Institui meia-entrada, em locais públicos de cultura, esporte e lazer, mantidos pelas entidades e órgãos das administrações direta e indireta do Estado, para doadores regulares de sangue.	Arquivado	PPS
14	04/12/2003	Projeto de lei 1256/2003 Proíbe a cobrança da contribuição destinada ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD aos usuários de música em shows e eventos realizados no Estado.	Ordem do Dia	PSDB
15	12/03/2002	Projeto de lei 127/2002 Assegura o direito à isenção no pagamento de entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer aos idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.	Ordem do Dia	PSDB
16	03/05/2001	Projeto de lei 234/2001 Revoga os artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.904, de 30 de dezembro de 1997, que dispõem sobre a Taxa Educação e Cultura destinada ao custeio da programação educacional e cultural da Rádio e TV Cultura.	Arquivado	PT

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo – SPL. Tabulação e interpretação própria.

Proposituras legislativas que influenciam diretamente em questões orçamentárias são as mais complexas por alterarem receita e despesa que

devem estar previstas no conjunto de leis orçamentárias. As previsões orçamentárias devem compor o PPA, a LDO e a LOA que são amplamente discutidas, emendadas e de maior obstrução da oposição para que demandas parlamentares (sociais e de segmentos específicos) sejam alteradas e recursos realocados. Os incentivos fiscais se caracterizam como modalidade de fonte de captação que se configura como uma renúncia fiscal, ou seja, o governo deixa de arrecadar tributos. Essa “isenção tributária” é destinada a entidade e projetos sociais.

As proposições listadas acima, por exemplo, estão com instrução completa e prontas para serem votadas ou estão arquivadas. Depararemos-nos com o aprofundamento dos dados percorridos no quadro 9 acerca dos projetos de lei que possuem aderência com política pública de cultura. Porém, utilizamos como exemplo o projeto de lei nº 1430/2007 (item 9 do quadro) disciplina: “O contribuinte do ICMS poderá, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo, destinar a projetos culturais credenciados pela secretaria de estado da cultura parte do valor do ICMS a recolher, bem como, a integralidade do valor de eventual saldo credor relativo a créditos de ICMS”. É um caso de política pública de cultura que visa o aprimoramento e um modo de aperfeiçoar o processo para aqueles contribuintes que desejam destinar recursos ao PAC.

A análise dos 341 projetos de lei que tratam de cultura, conforme já tratado no item 4.2 e nos subitens correspondentes desta seção, foram separados e distribuídos nos quadros 5, 6, 7, 8, 9 e 10, somente 40 projetos de lei tratam de cultura como política pública. Isso representa 11% das proposições em 16 anos, uma média de 2,5 projetos ao ano. Importante questionarmos ainda que destes 40 projetos, somente 3 foram aprovados destacando o Programa de Ação Cultural - PAC/ProAC. Esses dados não isentam o parlamento paulista da obrigação/ atribuição/ competência de desenvolver/ incentivar/ legislar sobre políticas públicas sobre cultura, através de iniciativas legislativas que fortaleçam a área. Sobre a missão do estado democrático, que representa os interesses da sociedade conforme ressaltamos nesta pesquisa Bucci (2013) nos adverte da necessidade das instituições realizarem seus expedientes, de modo que

A ascensão de um Estado emergente ao patamar de Estado desenvolvido, vivendo plenamente a democracia, reclama uma cultura política e social fortemente entrelaçada com práticas jurídicas efetivas e progressivamente institucionalizadas (BUCCI, 2013, p. 29).

O direito brasileiro é forte e legítimo, porém apresenta fragilidades diz a autora. E, em relação às políticas públicas isso se desenha por meio de políticas públicas de cultura prontas para serem implementadas e que não entram na agenda – comparativamente com a lei quando ela "pega ou não pega". Se por um lado, a política pública de cultura ocorre no momento político, jurídico e econômico ideal, todas as forças convergem para seu sucesso e apadrinhamento. Por outro lado, se uma janela de oportunidade se abre e a política pública está madura o suficiente, ela também é implementada e se torna um sucesso, atendendo aos anseios da sociedade. Vejam que estes são os caminhos desenhados no cenário paulista (e brasileiro) para a efetividade das políticas públicas e também para a efetividade das leis.

Em comum políticas públicas de cultura versam sobre temas e investigações comuns à política pública em geral, passando pela ação governamental, atores, função institucional e social, entre outros elementos essenciais à sua atuação e execução e ao mesmo tempo, inova, e se renova por meio das instituições de poder.

5.3 Entrevistas/ Questionários

Elegemos, ainda, levantar dados do poder legislativo paulista por meio de entrevistas/questionários que abordassem o pensamento do parlamentar acerca do tema. Para tanto elaboramos um rol de 5 perguntas para serem respondidas pelos mesmos. A rotina e a experiência dentro da casa legislativa nos fizeram optar por analisar o pensamento e as prioridades do mandato do deputado. Entendemos que a assessoria é, também, parte do mandato e portanto os questionários foram apresentados nos 94 gabinetes e apenas em 1 deles, entregue diretamente nas mãos do parlamentar que informou “após a análise da assessoria, responderemos e entraremos em contato para retirada”.

O início da entrega ocorreu no dia 08/05/2018 para uma amostra de 4 gabinetes como pré-teste. Após sete dias úteis, não houve questionamentos e

nem esclarecimentos acerca das questões. Um retornou respondido, outro retornou sem respostas com a informação de que não era área do deputado e ele preferiu não responder e os outros dois não responderam, não devolveram e informaram que, em caso de respostas ou dúvidas, entrariam em contato pelo número de telefone ou endereço eletrônico indicado na folha do questionário.

A entrega para os demais gabinetes ocorreu nos dias 18 e 19 de maio e o pré-teste foi indicativo para acrescentar no questionário a observação “informamos que receberemos até o dia 30/05/2018”.

No momento da entrega dos questionários, sugerimos retornar para retirar as respostas no dia 24 e 25 de maio de 2018. Nas datas apontadas, retiramos 13 questionários dos gabinetes e destes 2 sem responder e a justificativa foi nenhuma aderência ao tema.

Nesta oportunidade, enfatizamos que o prazo final era o dia 30 e houve um agendamento determinando em qual data voltar.

No último dia estabelecido recebemos 13 questionários respondidos. Nesta data, especificamente, a informação e a justificativa mais utilizada esteve relacionada à greve dos caminhoneiros que o País enfrentou e que teve como consequência a falta de combustível, motivo pelo qual o parlamentar não esteve na ALESP e, portanto, não respondeu ao questionário.

Nossa sugestão, a partir deste dado, foi a de retornar nos gabinetes em caráter excepcional nos dias 04 e 05 de junho e fomos respondidos que dessa forma o deputado responderia.

Outra observação importante a ser considerada é que no dia 30 de maio, os gabinetes que não concordaram com o retorno nos dias preestabelecidos, declararam que entrariam em contato por telefone ou endereço eletrônico informando sobre as respostas e caso não utilizassem dessas duas ferramentas de contato, significaria que não responderiam. O contato telefônico na ALESP, em muitos casos, é mais eficiente do que o presencial. Durante todo o período da pesquisa, recebemos 9 contatos telefônicos para a retirada do material.

Retomando aos dias 4 e 5 de junho, recebemos mais 4 questionários respondidos, destes, 2 fizeram contato telefônico indicando a retirada do questionário. Uma assessoria também entrou em contato por telefone

informando que o parlamentar não responderia em razão do prazo, mas ao ser questionado, não informou opção de prazo desejável.

O resultado final obtido com os questionários foi o seguinte:

- a) 1 não foi aplicado, por ser o gabinete no qual a pesquisadora trabalha;
- b) 4 foram devolvidos sem respostas;
- c) 20 afirmaram que não responderiam e não devolveram o questionário;
- d) **29 foram devidamente respondidos (e detalhados a partir do subitem 4.4.1);**
- e) 40 afirmaram entrar em contato por telefone ou *email*, caso respondessem, mas não responderam nem justificaram o motivo.

Dos dados acima, ressaltamos que todos os 93 gabinetes tiveram contato com o questionário, excetuando-se o descrito acima (a), por ser o gabinete em que a pesquisadora presta serviços. Destes, 53 (b + c + d) gabinetes nos receberam, nos deram a resposta escrita ou declinaram da resposta alegando, na grande maioria dos casos, falta de aderência do mandato do parlamentar com o tema. Ou seja, podemos entender que 24 (b + c) deputados não têm interesse em políticas públicas de cultura na ALESP e um deles, infelizmente não foi possível mensurar, pois a assessoria atribuída a responder as questões propostas é composta por essa pesquisadora e a tentativa de obter a resposta por outra fonte é viciada, pois todos sabem o objeto desta pesquisa e já discutimos o tema inúmeras vezes durante os últimos 2 anos, caracterizando-se como uma inferência do tratamento dos resultados conforme já abordado em Bardin (2009). Os outros 30 (e) parlamentares não nos ofereceram dados para entender a motivação de não terem respondido ou feito qualquer tipo de contato.

Cabe, aqui, outra observação. Percebemos que o primeiro contato com os mandatos não foram amistosos em sua totalidade, sendo possível observar em poucos casos algo que poderíamos classificar como desconfiança e tentativas de saber mais acerca da origem da pesquisa. Talvez seja devido a outro fato peculiar ocorrido no mês de maio na ALESP. A Globo Comunicação e Participação S.A. esteve trabalhando na ALESP durante o mês de maio, conforme reportagem intitulada "Um mês na Assembleia de São Paulo". Um

parlamentar inclusive questionou se nós não éramos da reportagem da citada emissora, gerando um tom de preocupação na situação, do tipo, "você tem certeza que não está aqui para coletar dados para produzir mais uma matéria negativa sobre nós?". Para responder a esta preocupação, recorriamos à carta de apresentação no anteverso do questionário contendo apresentação da pesquisa com os dados das pesquisadoras. (disponível em <http://especiais.g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/por-dentro-da-assembly-legislativa-de-sao-paulo/>).

Para questões de acompanhamento numeramos os questionários por ordem aleatória. Pensamos em numerá-los por ordem alfabética ou a partir do recebimento, porém isso identificaria o respondente e confrontaria o que chamamos de “A identificação de Vossa Excelência será mantida em sigilo por esta pesquisadora”, conforme o texto de apresentação da pesquisa que todos receberam e que foi enfatizado na entrega. A numeração é de 1 a 29.

O apanhado das respostas e conjunto de técnicas de análise realizado se fundamenta nos ensinamentos de Bardin (2009), ao tratar dados como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 47).

Os dados obtidos na pesquisa foram categorizados objetivando agrupar e interpretar e compreender as mensagens obtidas. O procedimento para realização do questionário considerou a riqueza das mensagens/respostas, permitindo a inferência trazida pela autora. No questionário, interpretamos e categorizamos conforme já vimos, alguns indicadores por semântica e agrupamos, sistematizando os resultados com foco nos objetivos iniciais, construindo respostas acerca dos objetos analisados, tratando-as e interpretando os documentos.

Apontamos grupos que nos facilitam a exploração e análise das questões.

4.3.1 Questão n. 1

Na primeira pergunta foi:

É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim ()

Não ()

Por quê?

O objetivo foi o de entender se é papel da ALESP fazer política pública, em sentido genérico. Podendo ser interpretado, por exemplo, estabelecimento de normas por meio de projetos de lei. 26 parlamentares responderam que sim à pergunta e 3 responderam que não.

As respostas foram categorizadas em cinco grupos, da seguinte forma:

A) Sim. Fazer política pública em conjunto: Executivo + Legislativo = Estado: 8 respostas;

B) Sim. O Legislativo faz política pública: 12;

C) Sim. Sem justificativa: 2;

D) Não: 3;

E) Sim. Com justificativa genérica: 4;

Esta classificação foi possível após análise dos dados, das quais, para cada grupo destacamos as contribuições abaixo.

Do item A (Sim. Fazer política pública em conjunto: Executivo + Legislativo = Estado: 8 respostas):

Oito respostas indicaram que políticas públicas são feitas pelas vias do poder executivo e do poder legislativo e que estes juntos representam o Estado. As respostas são coerentes com a Constituição Federal e a Constituição Estadual e isso foi amplamente analisado na segunda seção deste trabalho. O entendimento da independência e de harmonia entre as instituições é visível entre estas posições. As respostas dos questionários números 1, 5, 15 28, são um retrato dessa harmonia, tal como segue:

Entendo que políticas públicas é uma soma de atividades do governo, **o parlamento fiscaliza o executivo** por consequência não tem como se dissociar disso (Parlamentar 1).

Embora caiba ao Executivo colocar seu projeto de governo em ação e materializar suas políticas públicas, quando o faz por meio de projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa, os **deputados podem apresentar emendas e aperfeiçoar a proposta** do governo. Podem depois também **fiscalizar as políticas públicas implantadas pelo Executivo** (Parlamentar 5).

Porque o **Legislativo é um dos Poderes que compõem o Estado** e, portanto, responsável por traçar as políticas públicas a serem implementadas pelo Executivo (Parlamentar 15).

Compete ao Legislativo acompanhar todas as ações do Poder Executivo, principalmente focado nos programas que beneficiam as classes menos favorecidas. O Governo deve implementar Políticas Públicas - diretrizes, procedimentos e regras que determinam as relações entre o Estado e os atores sociais a que se destinam as aplicações de recursos públicos e os benefícios sociais. Portanto, **competete também ao Poder Legislativo definir políticas públicas, como forma de exercer o poder político frente a diferentes interesses de setores sociais conflitantes em agendas restritivas de gasto, equilíbrio entre receitas e despesas**. Cito como exemplo, um projeto de minha autoria, o 194/2017, que define políticas públicas para organizar a assistência social no Estado, como forma obrigatória do Poder Público prestar atendimento à classe menos favorecida (Parlamentar 28).

A resposta do Parlamentar 28, por exemplo, comprova a relação e o entendimento que atravessou toda a pesquisa, ou seja que cabe ao poder legislativo fazer (apresentar projetos de lei) política pública de cultura. O legislativo cria um projeto de lei que define política pública e que passará pela tramitação na ALESP e que dependerá do Governador sua aprovação. Ressalta a importância de políticas públicas e de programas, justificando que permanecemos no contexto sempre presente nas discussões acerca da cultura - as classes sociais.

Localizamos também respostas que preveem o debate no governo e, de novo, os atores que representam o estado, criando condições de governabilidade, fiscalizando e defendendo o que já existe em políticas públicas, possibilitando o acesso a e da população.

Do item B (Sim. O Legislativo faz política pública: 13)

O legislativo faz política pública, foi opinião de 13 parlamentares. Ser competência e dever do legislativo, atender o interesse público, representar a população é uma justificativa que aparece na maioria das respostas, além disso, os destaques dos respondentes 7, 13, 18, 20, conforme transcrito abaixo, demonstram que os parlamentares conhecem suas obrigações enquanto representantes da sociedade e do interesse público. O parlamentar de número 20, ao analisar o que entende por "fazer" reconhece as ações inerentes à instituição e a importância dos mecanismos internos que devem dialogar com a sociedade.

Entre as atribuições dos deputados, **enquanto representantes eleitos do povo, está a formação de leis**. Não sendo as leis apenas normativas, mas intervenções que alteram a realidade social, então **é sim papel do legislativo fazer políticas públicas** (Parlamentar 7).

Em minha opinião, a principal função dos deputados e deputadas é criar leis que melhorem a qualidade de vida da população. **Criada a lei, fica instituída a política pública que beneficia a todos** (Parlamentar 13).

Os **representantes do povo no parlamento deve auxiliar, desenvolver e fomentar políticas públicas**, por meio inclusive de leis de suas competências originais (Parlamentar 18).

Sim, porque o Poder Legislativo, institucionalmente, ou os seus membros, individualmente ou por meio de comissões ou frentes parlamentares, detém representatividade para defender temas e preocupações relevantes para a sociedade. **O verbo fazer pode, neste caso, englobar muitos significados e alguns deles, como propor, cobrar, fiscalizar, aprovar leis de incentivo e orçamentos, se encaixam na função do Legislativo para fins de fazer política pública** (Parlamentar 20).

Os destaques das respostas justificam e explicam o que faz o Legislativo pelas lentes dos parlamentares. Uma explicação genérica, porém, objetiva encontramos no questionário 25 que acredita que executivo e legislativo atuam juntos em política pública de cultura. E juntos, para fins desta pesquisa, significa dizer que, ressaltando de novo, o parlamentar 20, ao legislativo “compete também ao Poder Legislativo definir políticas públicas, como forma de exercitar o poder político frente a diferentes interesses de setores sociais”. Nas palavras do (Parlamentar 25) que transcrevemos: “O Poder Legislativo faz política pública no sentido de estabelecer normas em política pública. Há um problema de competência por questão constitucional”, o fazer é conjunto. Enquanto analisamos respostas que nos orientam a pensar que executivo e legislativo fazem políticas públicas juntas, este acredita que tais ações geram conflito de competência, mesmo respondendo positivamente à questão.

Do item C (Sim. Sem justificativa):

Nesta categoria, dois parlamentares acreditam que o legislativo deve fazer política pública, sem explicações adicionais.

Do item D (Não: 3):

As respostas negativas somam 3. A mesma justificativa que foi usada para "não", também poderia ter sido usada para "sim". As justificativas são:

Não. A competência para 'fazer política pública' é do Poder Executivo. Cabe ao Legislativo fiscalizar, conforme Constituição Federal (Parlamentar 12).

Não. Esse não é o papel do Poder Legislativo e sim do Poder Executivo, muito embora o Legislativo possa desempenhar em papel auxiliar (Parlamentar 23)

Com isso, fazer política pública seria função do Executivo fundamentada na Constituição Federal; ao legislativo caberia fiscalizar e colaborar. Tais argumentos podem ser interpretados como se fosse o legislativo, um auxiliar, um apoiador, um assistente de uma instituição maior. Há de se ponderar seja estrutura legislativa tem essa finalidade, embora a crítica de ser uma extensão do executivo existe.

Do item E (Sim. Com justificativa genérica):

A última categoria criada para a primeira pergunta surge com o intuito de considerar todas as contribuições. Quatro parlamentares reconhecem que a instituição faz política pública e justificam conforme abaixo transcrito.

A cultura preserva nossa identidade (Parlamentar 2).

Porque política pública não é só entre políticos. Pertence a todos, sem exceção (Parlamentar 6).

Porque é uma das obrigações do poder público (Parlamentar 11).

É um poder constitucional político (Parlamentar 14).

A primeira pergunta do questionário nos trouxe informações que se conectam com a análise feita até o momento. Do todo, três parlamentares justificam que não estão no legislativo para fazer política pública, porém tais justificativas poderiam ser as mesmas para uma resposta afirmativa.

Consideramos que não há total clareza das funções e atribuições políticas e/ou constitucionais de alguns representantes do povo. Por outro lado, quase 90% dos parlamentares nesta etapa acreditam que o legislativo faz políticas públicas.

4.3.2 Questão n. 2

A questão 2 foi:

2. Na concepção do Senhor Deputado, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim ()

Não ()

Por quê?

Nesta questão, tentamos entender se é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo. Esta questão guarda relação com incentivo, orçamento e destinação de recursos financeiros para programas e ações nesta área. As respostas positivas somaram 25 e 4 foram negativas.

As respostas foram categorizadas - como na questão anterior - em cinco grupos, da seguinte forma:

- A) Não. É papel do Executivo: 2 respostas;
- B) Sim. Valorização da cultura: 9;
- C) Sim. Criar leis, destinar recursos e equipamentos: 11;
- D) Não. Sem justificativa: 2;
- E) Sim. Com justificativa genérica: 5;

Esta classificação foi possível após análise dos dados, das quais, para cada grupo destacamos as contribuições abaixo.

O fomento é entendido como incentivo e até como destinação de recursos. O poder legislativo faz isso por meio de emendas parlamentares, pressão - junto com a sociedade - para destinar mais recursos da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo grupos organizados e orientando e intermediando parcerias entre as organizações não-governamentais e o estado, por exemplo. Esta pergunta é anterior a que trata de fazer política pública de cultura porque queremos saber se independentemente de criar programas e ações na cultura, o parlamentar exerce alguma ação que movimenta as já existentes. O ProAC já é uma política pública de cultura no estado e está apto a receber emendas orçamentárias, tanto é que nas audiências públicas do orçamento que ocorre nas regiões administrativas do estado, parlamentares ouvem solicitação de recursos destinados aos grupos organizados que levam suas prioridades aos representantes. Isso é uma forma de fomento.

Do item A (Não. É papel do Executivo: 2 respostas):

Quatro parlamentares acreditam que não é papel da ALESP fomentar a cultura. Não acreditamos que fomento é opcional, facultativo, é discricionário. A cultura assim como objetos de maior apelo como veremos na questão 5 que se trata de saúde e educação também vinculam o orçamento do estado. No anexo das metas e prioridades por programa, localizamos a cultura e a destinação de recursos para ela de forma obrigatória. A incógnita a se colocar relaciona-se a ser ou não prioridade do governo executar os recursos ali discriminados e portanto a representatividade e a ação parlamentar é fundamental. O parlamentar tem recursos a ele vinculados para destinar para qualquer entidade de qualquer área que preencham requisitos burocráticos. No ano de 2017 aprovaram na ALESP o orçamento impositivo. O governador se obriga a entregar os recursos destinados aos parlamentares para aqueles indicados.

A justificativa acima é para tentar desconstruir o sentido de que se aplica discricionariedade para fomentar cultura, bem como não ser instituição auxiliar do Executivo, enfatizando que esse argumento já foi analisado na questão anterior. Porém, a discussão é e deve ser enfrentada.

Não. O executivo com seu poder discricionário tem o papel do fomento da cultura, cabe ao parlamento a indicação de propositura (Parlamentar 1).

Não. Pode o Poder Legislativo buscar e apontar meios de fomento da cultura, bem como fiscalizar as entidades que desenvolvem parcerias e convênios com o Poder Executivo (Parlamentar 23).

Essas duas justificativas foram utilizadas para negar o fomento à política pública de cultura. Percebemos que a responsabilidade está sendo transferida para outro ente.

Do item B (Sim. Valorização da cultura: 9):

A valorização da cultura aparece em 9 respostas como forma de incentivo. Destacamos as respostas 4, 20, 22, 28 que defendem mais cultura no orçamento. A ALESP tem ferramentas que permitem a discussão e a inserção da cultura nas prioridades dos atores institucionais (parlamentares), talvez seja necessária mais pressão de todos os interessados para inserir a

cultura na agenda governamental. O atendimento das demandas promovem e valorizam a cultura, inclusive como formação humana, é a opinião dos selecionados.

Sim. Tem sido uma das **áreas com menor participação no orçamento** do Estado e deveria ser valorizada uma vez que colabora para mudar valores no exercício da cidadania (Parlamentar 4)

Sim. Da mesma forma como dito anteriormente, o **Poder como instituição ou os parlamentares dispõem de ferramentas diversas que permitam esse fomento**. Na medida em que a Cultura é, e sempre será, demandada pela sociedade, a ALESP pode/deve buscar atender a essa necessidade (Parlamentar 20).

Fomentar, considerando a semântica de **estimular, apoiar, impulsionar ou promover, poderá fazer parte das atribuições legislativas** por meio da promoção e difusão, seminários, debates, audiências públicas, frentes parlamentares e criação de mecanismos de fomento à cultura (Parlamentar. 22).

Sim. A Cultura é um dos pilares da formação do caráter das pessoas. É através da cultura que se observa e se insere nos movimentos sociais. É como as pessoas convivem com os seus iguais na sociedade. A Cultura determina o comportamento das pessoas. E a Assembleia Legislativa, representada por seus atores principais, que são **os deputados, deve fomentar a Cultura** para influenciar os bons costumes e levar as pessoas a um crescimento intelectual e pessoal perante a sociedade (Parlamentar 28).

Também na proposta de valorização nos deparamos com a cultura cumprindo papel auxiliar para outras áreas "maiores". Ela pode ser um desdobramento da educação, da inclusão social, do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida.

Do item C (Sim. Criar leis, destinar recursos e equipamentos: 11):

Em relação ao fomento por meio de leis, de destinação de recursos, houve 11 parlamentares utilizando essa justificativa. Este é o maior grupo de respostas para essa questão. Destaque para as respostas 05, 19, 25, 26, pois são as que representam as outras. Ações relacionadas a elaboração, discussão e aplicação de leis, conforme prevê a Constituição do Estado, é papel do parlamento e é o meio de fomentar a cultura.

Em alguns casos e para determinadas iniciativas, podem ser apresentadas emendas parlamentares ao **Orçamento do Estado para auxiliar entidades encarregadas de promover Cultura** no Estado (Parlamentar 05).

O incentivo à cultura é um dos pontos que pode ser abordado. O papel fundamental da ALESP é a criação, aprovação e a aplicabilidade das leis. Assim, podem ser criadas e **aprovadas leis**

que incentivem atividades culturais e a cultura em si (Parlamentar 19).

Sim, com **base** nas competências da **Constituição do Estado** (Parlamentar 25).

Porque **é papel da ALESP fomentar a cultura** no Estado por meio de proposições, debates e audiências públicas em diálogo constante com a sociedade e os fazedores de cultura (Parlamentar 26)

- A) Não. É papel do Executivo. Não é prioridade: 7 respostas;
- B) Sim. Genérico. Muito pouco: 7;
- C) Sim. Por meio de recursos: 3;
- D) Sim. Faz projeto de lei. Aprova projeto de lei: 9;
- E) Sim. Por meio de eventos: 3.

Do item A (Não. É papel do Executivo. Não é prioridade: 7 respostas):

Nos deparamos com o conflito, novamente, entre ser papel do executivo fazer e fomentar políticas públicas. Continuamos com a defesa de que é papel do Legislativo e é papel do Executivo tratar dessas ações. Porém, acreditar que é só o poder executivo que faz política pública desobriga e retira obrigações constitucionais do Legislativo de fazê-lo.

Entendem ser obrigação do executivo, dois respondentes. O primeiro responde que "não, exatamente porque se trata de ato exclusivo do executivo" e o outro responde "não. Porque quem executa/faz políticas públicas é o Poder Executivo" (Parlamentar 26).

Os demais respondem não e não justificam e outros 2 dizem que "não". Há, ainda, uma visão limitada que a identifica com a realização de eventos. Não se debate o plano estadual de cultura e prioridades" (Parlamentar 4). Outro responde "não. Porque não temos um parlamentar com essa formação" (Parlamentar 6). A cultura como realização de eventos, a falta de debate sobre o tema e ser o parlamento formado de pessoas que não tem formação em cultura" e por ultimo temos "Não. A ALESP tem atuação muito pontual relativamente a cultura, não tendo uma atuação efetiva junto a população" (Parlamentar 15). Resta demonstrado nessas opiniões que o representante do povo não é eficaz no trato com programas e ações culturais.

Abrimos um parêntese aqui para informar que há na ALESP um representante que é artista e se apresenta como tal, porém não conseguimos sucesso e não pudemos analisar sua visão por não ter respondido nosso questionário.

Do item B (Sim. Genérico. Muito pouco: 7):

Em algumas respostas, identificamos que a ALESP faz, mas muito pouco, políticas públicas de cultura, inclusive por não ser prioridade. Para tanto

destacamos as respostas 7, 13 e 17 que retrata algum esforço dos parlamentares em legislar sobre políticas públicas de cultura, mas falta engajamento coletivo bem como atenção e cobrança do executivo nas questões culturais.

Em alguma medida, **alguns deputados tem projetos que contemplem culturas** específicas e temos também comissão de educação e cultura, mas falta, de fato, uma política institucional voltada a cultura (Parlamentar 7).

Os deputados da **ALESP fazem políticas públicas para o setor**, porém o setor **não tem a atenção necessária** dos poderes executivo e legislativo (Parlamentar 13).

Há vários projetos apresentados neste sentido. No entanto, os que são aprovados **esbarram no veto e na falta de regulamentação** por parte do Executivo (Parlamentar 17).

Para concluir esta categoria citamos ainda que há parlamentares que acreditam que a ALESP faz política pública de Cultura, por ser inevitável. O termo inevitável pode ser positivo, pois demonstra que a cultura está viva e presente no debate e pode ser negativa ao pensar que há parlamentares com outras prioridades e a destinação de recursos e discussões em cultura retardam ou impedem a realização de suas ações e promessas.

Do item C (Sim. Por meio de recursos: 3):

Ao descrever que a ALESP faz política pública de cultura por meio de recursos, destacamos as respostas 5 e 22 pois ambos relatam o procedimento exposto nos capítulos 1 e 2 deste trabalho. Vejamos:

A medida que o deputado apresenta projetos de lei, faz emendas aos projetos de lei encaminhados pelo governo e destina recursos por meio de emendas orçamentárias a entidades ligadas à cultura, esse papel de fazer política pública está sendo realizado (Parlamentar 5)

A ALESP cria mecanismos para o fomento da cultura, tais como a Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Lei n 12268/06), audiências públicas para discussão de temas afins, inclusões das necessidades culturais o orçamento estadual, entre outras ações (Parlamentar 22)

Ambos alicerçam suas justificativas nas proposições legislativas, na destinação de recursos, na discussão e no incentivo que encontra espaço no Programa de Ação Cultural - PAC que tem entre seus objetivos o apoio e o

patrocínio da produção cultural e artística por meio de recursos específicos designados no orçamento anual.

Do item D (Sim. Faz projeto de lei. Aprova projeto de lei: 9):

Política pública de cultura por meio de projetos de lei são 9 das respostas analisadas, destacando 11, 16, 18, 21 por todos eles justificarem que o caminho está em elaborar e voltar leis que tratam da cultura.

Porque várias **leis elaboradas pela ALESP** ou votadas por ela tratam da **área cultural** no Estado (Parlamentar 11).

Ela cria diversas leis de datas culturais comemorativas, há diversos **projetos de lei na área cultural** que é legislação concorrente. Projetos de patrimônio cultural e imaterial do Estado de SP (Parlamentar 16).

Através de **programas de ação cultural como a lei 12268/06 que visa apoiar e patrocinar a renovação cultural** (Parlamentar 18).

Há também uma resposta que trata de competência concorrente para executivo e legislativo e citam projetos de própria autoria que guardam relação com esse trabalho. “Com certeza, inclusive sou autor de projeto de lei que reconhece e estimula a cultura caipira” (Parlamentar 21) ao justificar sua resposta.

Do item E (Sim. Por meio de eventos: 3):

Há parlamentares que acreditam que realizam políticas públicas de cultura também realizando eventos e sessões internas na ALESP. Três respostas vão nesse sentido. A primeira nos diz que “através de PL e ações e sessões internas, apesar de ainda de uma forma acanhada. É preciso maior participação e apoio por parte da ALESP”(Parlamentar.8), o segundo e o terceiro relatam que

Através da ALESP, podem ser realizados **eventos de grande diversidade cultural**, tais como projetos de incentivo a atividades culturais específicas, festividades, exposições, apresentações musicais, teatrais e solenidades (Parlamentar 19).

A ALESP passa a ser um meio (um elo) para discussões de grupos para o **desenvolvimento de políticas públicas**. Cabe dizer que em algumas ocasiões o **espaço físico da ALESP** é cedido para **ações culturais** (Parlamentar 23).

O executivo e a ALESP por variados caminhos conforme analisado nesta questão faz política pública de cultura, pelo menos do ponto de vista das

estados e da federação. Importante ressaltar que há objetos de políticas públicas que são regulamentados nas três esferas de poder. Dentre elas ressaltamos:

O Programa de Ação Cultural – PAC, instituído pela lei 12.268/2006, e também conhecido por ProAC foi o mais citado entre os parlamentares e é um programa que reúne condições para receber emendas do Orçamento. Há exemplos relacionados a museus, quartéis, pontos MIS, virada cultural, oficinas culturais, bibliotecas, fábrica de cultura reconhecimento da música caipira e especificamente acerca da escola de música do estado, conforme transcrita a resposta abaixo.

Sim. Como exemplo, conheço e apoio o **excelente trabalho feito pela Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM**. Inclusive apresentei emenda parlamentar orçamentária a esta entidade em 2015, no valor de R\$2.231.628,00 (Parlamentar 5).

A informação orçamentária indicada pelo parlamentar é relevante e de atribuição constitucional conforme já apresentado no capítulo anterior. Esta resposta nos indica que a Escola de Música do Estado de São Paulo é uma opção dentre as prioridades do deputado.

Do item D (Sim. Genérico: 3 respostas):

Na categoria de respostas genéricas, ressaltamos um exemplo que explica os mecanismos de tramitação da ALESP, conforme já explicado nas seções anteriores e pode ser verificado na resposta do parlamentar 28.

Existem muitas ações, como disse acima, de deputados e comissões da Assembleia para o **desenvolvimento de políticas públicas** voltadas a todos os setores da atividade humana, **inclusive a de cultura**. Devemos enxergar cultura não apenas como movimento esteticista, mas como ações que norteiam a vida do ser humano. Cito como exemplo o ConPAZ Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz, um órgão da Assembleia Legislativa, instituído pela Resolução 829/2002, composto por 36 organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e representantes de diversas tradições religiosas, e parlamentares. A Cultura de Paz está relacionada à prevenção e à resolução não-violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em um conjunto de valores da democracia e compromissos com o exercício e o respeito dos direitos e deveres humanos (Parlamentar 28).

As comissões internas da ALESP são mecanismos de discussão de projeto de lei, o CONPAZ foi uma iniciativa deste parlamento com base nas

orientações da UNESCO que criou o Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz, porém este exemplo não está relacionado diretamente à política pública de cultura. Ainda no campo das respostas positivas e genéricas, transcrevemos, “em nosso meio trabalhamos muito com a cultura evangélica, mas não deixamos de lado as política que beneficiam a população” (Parlamentar 10).

Do item E (Sim. Crítica: um):

Esta resposta merece, ao nosso entendimento, uma categoria específica. Ela foi a única que obtivemos que acredita que a ALESP faz política pública de cultura, porém faz uma crítica ao governo que não promove o tema.

Diminutas. Entretanto a opção política do governo do Estado de São Paulo é de não promover a cultura e/ou políticas públicas culturais para o Estado, com o objetivo de manutenção da cultura dominante do *status quo* (Parlamentar 26).

Os partidos de oposição da ALESP são representados por essa resposta. Concluímos isso devido ao seu posicionamento diante dos temas abordados nas sessões de plenário. O embate é constante.

4.3.5 Questão n. 5

A questão 5 foi:

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª

2ª

3ª

O intuito com esta questão foi conhecer quais são as três áreas prioritárias para cada mandato. Todos os respondentes preencheram esta questão e o resultado em ordem decrescente se apresenta abaixo.

Tabela 1 – Áreas prioritárias

PRIORIDADES	REPETIÇÕES
Saúde	18
Educação	14
Social 2 promoção social 2, assistência social 2, desenvolvimento social, interesse social, justiça social	09
Segurança e segurança pública	7
Meio ambiente	7
Cultura	6
Emprego 3, Trabalho 1, Renda 1	5
Moradia 2, Habitação 1, Reforma urbana 1	4
Criança e adolescente 2; Família 1, Terceira idade 1	4
Reforma agrária 2, agrária	3
Cidadania	3
Esporte 2, lazer 1	3
Transporte, mobilidade	3
Atividades econômicas, tributária, economia solidária 1	3
Defesa do consumidor	2
Ciência 1, Tecnologia	2
Direito das mulheres: 1;	1
Redução das desigualdades: 1;	1
Agronegócio: 1;	1
Políticas públicas: 1;	1
Agricultura familiar: 1;	1
Segurança alimentar: 1; e	1
1. Direitos humanos	1

Fonte: Elaboração própria (2018).

As áreas de prioridade e participação dos parlamentares são saúde e educação. Acerca dessas duas temáticas, os representantes da população sempre atuam, senão por meio de projetos de lei, mas no discurso, pois os temas de saúde e educação estão na ordem do dia dos políticos brasileiros e paulistas, conforme objeto da análise.

Em terceiro lugar, agrupamos todas as citações que se relacionaram ao social e sua interpretação é baseada no que Soares e Assunção (2015) nos apresentam na seção 2, acerca das inovações do pensar e do agir da lei no século XXI. Segurança pública e meio ambiente aparecem com igual número de citações entre as prioridades parlamentares.

Acreditamos que os primeiros cinco itens da lista representam aquilo que os deputados recebem de demanda e de pedido de interferência governamental para que melhore as condições básicas de vida da população.

A cultura aparece em sexto lugar, sendo prioridade para 6 dos respondentes. A questão 3 trata especificamente de indagar se o legislativo faz políticas públicas de cultura e 22 deles, ou seja quase 76% do grupo

responderam sim, e 6 priorizam a cultura em seus mandatos de modo que eles consideram que é papel do outro, e não deles próprios, fazer política pública de cultura.

Emprego, moradia, demografia e reformas, mobilidade, lazer, economia podem ser classificadas num só grupo levando em consideração o número de repetições. Esses assuntos são gerais para fins de discurso mais comuns entre os parlamentares que têm prioridade com minorias e exclusão social. Esse dado talvez explique, ligeiramente, a posição partidária dos respondentes.

No outro extremo temos um leque de prioridades relacionadas aos direitos humanos e às desigualdades que se repetem timidamente, porém com alguma relevância na concepção do grupo.

A gráfico abaixo ilustra e demonstra o que se debate no parlamento paulista nos dias atuais, sendo a cultura relevante para 6 parlamentares do grupo, justificando de alguma forma que política pública de cultura é importante e o parlamento deve se debruçar sobre ela, mas na prática isso não se verifica.

Gráfico 1 – Áreas prioritárias

Concluímos a análise dos dados retomando Chauí (1996) que nos ensina e faz refletir e questionar a função do estado – do Legislativo – como representante do povo.

Ele sintetiza numa realidade coletiva a totalidade dos interesses individuais, familiares, sociais, privados e públicos. Somente nele o cidadão se torna verdadeiramente real e somente nele se define a existência social e moral dos homens (CHAUÍ, 1996, p. 18).

O Estado é a essência dos indivíduos e seus representados precisam ouvir os cidadãos que necessitam para ver seus interesses sendo, ao menos, discutidos neste parlamento. Acreditamos que saúde e educação possuem maior preocupação e necessidades de mais políticas públicas em relação às demais áreas, por outro lado não nos traz conforto saber que dos 341 projetos de lei que versam sobre cultura – que durante toda a pesquisa foi justificado como pressupostos de representatividade – sejam os 40 tabulados e analisados, suficientes para atender e gerar o direito à cultura como dever do Estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas e/ou sociais visam a garantia de direitos e de desenvolvimento social, tornando-as aliadas das democracias jovens ou em redemocratizações, observando o processo de intensas limitações econômicas, como no caso da América Latina, e do próprio Brasil.

De acordo com o que foi discutido, o parlamento é um dos lugares da democracia embasada na manifestação política, pública, econômica e comportamental. É também o cenário de representação política que regulamenta a vida em sociedades democráticas por meio de instrumentos normativos. Consideramos que, um dos caminhos para se fazer política pública de cultura é por meio da lei. Não estamos negando que política pública de cultura também tenha seu nascimento em outras fontes, porém, retornando aos conceitos discorridos ao longo da análise, ela é sinônimo de ação e de decisão governamental, se consolidando na estrutura da lei e demais mecanismos juridicamente regulados.

Partindo da premissa que as políticas públicas de cultura tem sua procedência em lei, as proposições trazidas neste estudo demonstram o quanto o campo é heterogêneo. Ao consideramos os projetos de lei da ALESP, identificamos que a temática pode ser desenvolvida por diversas áreas, tais como: patrimônio, festas e feiras; educação; política pública; autorizações ao poder executivo; utilidade pública; e renúncia fiscal.

De forma geral, é positivo o levantamento legislativo apresentado uma vez que os projetos de lei são respostas aos anseios de uma certa/determinada sociedade representada. Na concepção teórica e constitucional, por exemplo, as áreas acima descritas recebem atenção por parte do legislativo paulista gerando impactos na vida social e garantindo o direito aos grupos de cultura atendidos, como dever do Estado. As iniciativas legais em curso contribuem para a formação e diversidade cultural, bem como para a cidadania, dependendo dos interesses representados.

De outra parte, os 231 projetos de lei sobre cultura distribuídos e propostos no período de 16 anos, nos revelaram que – em média – 14,4 projetos desta natureza foram criados anualmente e especificamente sobre política pública de cultura, este número é bem menor. Contabilizamos 2,5

projetos criados ao ano, considerando 40 projetos divididos em entre os anos de 2001-2016. Porém alguns elementos devem ser considerados e ponderados: primeiro, a função basilar constitucional do legislativo é legislar, esperamos que se ele não legisla em cultura, legisla em outras áreas, como por exemplo, educação, saúde e área social, conforme o gráfico das áreas prioritários localizado na seção anterior; segundo, para além de legislar ele também fiscaliza o executivo – o Governador –, e tem por obrigação discutir e realocar recursos das peças orçamentárias compreendidas no PPA, na LDO e na LOA, pois nesses instrumentos estão a previsão de recursos e investimentos precisa constar, inclusive para o campo da cultura; e terceiro, se as iniciativas legislativas no campo das políticas públicas em questão são suficientes e contemplam a cultura no estado de São Paulo.

É complexo e indefinido apontar resposta no sentido de a ALESP fazer política pública de cultura com base em menos de três projetos apresentados ao ano dentro do período. Ao recorrermos aos questionários, em que 29 parlamentares o responderam, identificamos que 27 consideram papel do poder legislativo do estado de São Paulo fazer política pública; 25 consideram também papel da ALESP fomentar a cultura e 22 acreditam que a instituição faz política pública de cultura. Ao considerar que os respondentes aos questionários simbolizam o pensamento do parlamento nos deparamos com o fato, o impasse entre o que se faz na prática parlamentar diferentemente do que se pressupõe numa teoria embasada nas competências constitucionais.

Ora, analisamos que os questionários são positivos e, muitas vezes categóricos, fundamentando que dentre as ações do parlamento está a de produzir política pública de cultura, como exercício do poder político, como equilíbrio social, como representantes do interesse do povo, como aquele que faz e que aprova leis, como instituição que incentiva, estimula e apoia, ora com o reconhecimento de que é função do legislativo, mas não tem a atenção necessária e em alguma medida nos deparamos com respostas que relatam não ser função do parlamento produzir tais políticas, fundamentando constitucionalmente e no campo teórico a defesa de suas ideias.

De acordo com o marco legal trazido neste trabalho, mais especificamente acerca da competência para legislar sobre cultura, consideramos polêmico o papel do parlamento na criação de política pública de

cultura, porém argumentamos ao longo da análise que é perfeitamente possível a competência para formulação, indicação e realização de recursos, organização e reorganização da estrutura existente são atribuições dos parlamentares, sobretudo diante da omissão do Executivo em fazê-lo. A Constituição Estadual disciplina como exclusivo do Executivo aquilo que gera despesa e cria cargos e estruturas, porém cabe ao Estado (executivo e legislativo) reconhecer seus papéis e desempenhá-los cumprindo obrigações, aperfeiçoando e otimizando os núcleos gestores da máquina administrativa.

A ausência de política pública de cultura no estado pode ser explicada e não justificada pelo próprio funcionamento da política no parlamento e, portanto, os grandes protagonistas nesse cenário não são os partidos de ideologias opostas e que a sociedade civil sabe como votam, tampouco os partidos de base governista pelo mesmo motivo, mas sim as bancadas de centro (que apoiam negociam seus votos e suas demandas a depender dos interesses e promessas políticas) rompendo os princípios democráticos de representatividade estabelecidos com as promessas para obter o voto. Outra constatação é que a máquina pública está sob a influência e comando do chefe do executivo que pauta e delibera suas prioridades. As secretarias e cargos de diretoria são exemplos de acordos e de negociação e valem muito na hora de decidir se votam com o governo ou com a oposição. Isso não é ilegal na política e nas normas jurídicas, talvez seja imoral. O sistema atual das instituições políticas - executivo, legislativo e judiciário – reproduz em alguma medida desse comportamento e isso é do jogo democrático e da negociação política e de disputa do poder. Durante o período da pesquisa, observamos, por exemplo, que a presidência da ALESP esteve sob a gestão (presidência para fins administrativos e condutor dos trabalhos em plenário) do parlamentar do mesmo partido do chefe do Executivo.

Para além dos acordos políticos, o papel da ALESP na formação da cultura (popular ou erudita) no estado deveria ser mais inclusiva, baseando-se na representatividade dos cidadãos. Há certa estagnação e esquecimento das promessas de melhoria de vida das pessoas que os elegeram e que convivem com práticas culturais próprias e à margem do poder público. O desenvolvimento da análise nos levou a considerar que as iniciativas nesse sentido são raras e, para alguns representantes, inexistente. Ou seja, na

prática o legislativo não tem política pública de cultura no rol de prioridades, revelando que o exercício do direito à cultura não tem estado na agenda do parlamento paulista. Não identificamos, infelizmente, ações que contestem tal afirmação tampouco sua sustentabilidade.

O arranjo institucional legislativo causa na sociedade certa indignação a depender das bandeiras defendidas não serem transparentes e não representarem seus eleitores. Leis e políticas públicas são aprovadas sem ouvir os interessados e ponderar a opinião daqueles que terão suas vidas alteradas (e talvez pioradas) por uma lei ruim, respondendo por interesses corporativos e não sociais.

A instituição teve no último ano do período analisado, ou seja, 2016 aproximadamente um bilhão de reais (de acordo com a Lei Orçamentária Anual - LOA de 2016) para manter sua infraestrutura e remunerar servidores e parlamentares, de um total de quase 200 bilhões para distribuídos em ações e programas que atendam a população paulista. É possível afirmar que neste custo está inserido o processo de tomada de decisão e as negociações para que a governabilidade esteja assegurada e administrada por interesses de carreira dos parlamentares e desconhecidos dos eleitores. Observamos que o parlamento se tornou uma carreira e, para fins democráticos, essa constatação é negativa.

Podemos argumentar, com base nos indicadores apresentados ao longo deste trabalho, que há conflitos acerca da representatividade nas iniciativas legislativas. Além disso, há representantes que legislam em causa própria e; os representados estão afastados e desacreditados na instituição construída por eles. Este último fator é o mais grave. Eleger é requerer, como princípio da cidadania, participação na vida pública e leis que melhorem a vida em sociedade. Tratar de questões contemporâneas como a crise da representatividade é um desafio tendo em vista a instabilidade das instituições políticas atualmente e considerando o atual cenário.

Não acreditamos que haja uma saída fácil para inserir legislações de política pública de cultura na ALESP. Uma constatação da análise é que a cultura não foi e não é uma prioridade no campo legislativo no período 2001 a 2016. Um possível problema está na representatividade pessoal que tomou o

lugar da social, independentemente de posição partidária, pois no todo é escasso o trabalho que garante a democracia cultural.

Acreditamos que apesar das diversas limitações apontadas, há soluções em longo prazo e que demandam a participação e a mudança na representação e nos representantes parlamentares. Uma das poucas possibilidades de ações está na escolha dos representantes que além de promessas, sejam sensíveis à causa, possibilitando o diálogo como proposta desafiadora. A autonomia do legislativo nos parece um pouco perigosa, o poder e a imunidade colaboram para um cenário de pouca transparência e responsividade. Algumas sugestões são apontadas na tentativa de fortalecer o legislativo com base nas suas atribuições. Primeiro, a governabilidade, o controle e a fiscalização da instituição deve, ao menos deveria, ser exercida pelo Ministério Público e pelo Judiciário, porém tais instituições optam pela harmonia entre os poderes e, nem tão curiosamente assim, mas digna de citação é a questão de que leis que alteram o funcionamento e preveem melhoria nessas instituições, inclusive o aumento de salário e as gratificações são decididas na esfera legislativa.

Resta, para os representados e principais lesados nessa estrutura de organização de poderes em crise, exercer a cidadania e recorrer ao peso e voz ativa no monitoramento e acompanhamento do mandato parlamentar e do funcionamento do Poder Legislativo, combatendo a falta de transparência dos gastos e da produção de leis. A análise feita acerca do processo legislativo nos apresentou o quanto é burocrático e obscuro o surgimento de um projeto de lei, e mais, a aprovação e discussão dessas leis entram em pauta no plenário por meio de decisão feita às portas fechadas, numa negociação entre líderes partidários sem qualquer transparência. O resultado disso: a sociedade não acompanha sequer a matéria que será discutida e votada, participando do processo somente no momento da discussão transmitida pela emissora da ALESP. Defendemos que a transparência das atividades parlamentares é o caminho mais otimista e menos custoso para colocar a sociedade no debate, informação qualificada é positiva para a democracia e possibilita eleger conscientemente os representantes. É tempo de fortalecer as instituições por meio do controle social, eleitoral e institucional como elementos de confiança na democracia.

REFERÊNCIAS

ARGUELLES, Diego Werneck; LEAL, Fernando. O argumento das "capacidades institucionais" entre a banalidade, a redundância e o absurdo. *Direito, Estado e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 38, jan-jun, 2011.

ASSIS, Luiz Gustavo Bambini. *Processo legislativo e orçamento público: função de controle do Parlamento*. São Paulo: Saraiva, 2012.

AVRITZER, Leonardo. *Instituições Participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, n. 1, junho, 2008, p. 43-64.

BAPTISTA, Maria Manuel. Estudos culturais: o quê e o como da investigação, *Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement*, nº spécial, automne / hiver 2009, pp. 451-461. Disponível em: <<http://carnets.web.ua.pt/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria Geral de Sistemas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 18 ago. 2015.

_____. Portal do Ministério da Cultura. Legislação. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. Ministério da Cultura. *Discurso do Ministro Gilberto Gil a divulgação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais*. Rio de Janeiro, 29 nov. 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-divulgacao-do-sistema-de-informacoes-e-indicadores-culturais-84644/10883>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. Emenda Constitucional nº 48 de 10 de agosto de 2005. *Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. Emenda Constitucional nº 71 de 29 de novembro de 2012. *Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. *Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. *Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8029cons.htm>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. *Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. *Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. *Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. Câmara dos deputados. PEC 150/2003. *Acrescenta o artigo 216-A à Constituição Federal, para destinação de recursos à cultura.* Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=131237>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. Projeto de Lei 6.722 de 29 de janeiro de 2010. *Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - Procultura, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=465486>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. FUNARTE: Fundação Nacional das Artes. *Sobre a instituição*, 2010. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/a-funarte/> Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. *Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. *Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. Decreto nº 5.520 de 24 de agosto de 2005. *Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm>. Acesso em: 22 mai. 2018.

_____. Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016. *Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8837.htm>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. Câmara Dos Deputados. *CPI – Lei Rouanet. Relatório Final*. Brasília, 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *O conceito de política pública em direito: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____, Maria Paula Dallari. *Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: *I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - I ENECULT*. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CALVACANTE FILHO, João Trindade. *Limites da iniciativa parlamentar sobre políticas públicas Uma proposta de releitura do art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal*. Núcleo de Estudos e Pesquisas, Senado Feral, 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-122-limites-da-iniciativa-parlamentar-sobre-politicas-publicas-uma-proposta-de-releitura-do-art.-61-ss-1o-ii-e-da-constituicao-federal>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

CARVALHO, José Murilo. *Ciudadanía en Brasil. El largo camino*. La Habana: Fondo Editorial: Casa de las Américas, 2004.

CEVASCO, Maria Eliza. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. O papel dos colegiados na definição dos incentivos públicos à cultura. *Políticas Culturais em Revista*, 1(1), p.73-87, 2008.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FREITAG, Bárbara. *Política educacional e indústria cultural*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FIGUEIREDO, Elza Carneiro dos Santos. *Sistema de Comissões e o Poder Conclusivo na Câmara dos Deputados*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca, 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.3: *Notas sobre Maquiavel e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GLOBO Comunicações. *Por dentro da Assembleia Legislativa de São Paulo*. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/por-dentro-da-assembly-legislativa-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 10 jun.2018.

HALL, Stuart. *Da diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. A construção de um estado democrático para o desenvolvimento no século XXI, In: GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto Rocha (Orgs.). *Capacidades Estatais e Democracia. Arranjos Institucionais de Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 2014, p. 83-105.

HOHLFELDT, Antônio. A fermentação cultural da década brasileira de 60. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre. 1999.

LASWELL, H. D. *Politics. Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, p.63-93.

MATTELART, A. ; NEVEAU, E. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MORIN, Edgar. *A indústria cultural. Cultura de Massa no Século 20*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

NEVES, Marcelo. *A formação das leis*. 2013. Disponível em: <<http://marcelonevesgestaopublica.blogspot.com.br/2013/07/a-formacao-das-leis.html>>. Acesso em: 02 out. 2017.

OLIVEIRA, Bruno Batista da Costa. *A participação popular no processo legislativo*. São Paulo: USP, 2010. Dissertação de mestrado em direito.

PEREIRA, Hamilton de. *Políticas Públicas de Cultura para o Século XXI*. Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2014/08/19/politicas-publicas-de-cultura-para-o-seculo-xxi/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

RIZEK JUNIOR. Rubens Naman. *O processo de consolidação e organização legislativa*. São Paulo: USP, 2009.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. *Para Aprender Políticas Públicas*. Volume I: Conceitos e Teorias. Brasília. IGEPP, 2013. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

SÃO PAULO. *Constituição Estadual de 1989*. Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/a2dc3f553380ee0f83256cfb00501463/46e2576658b1c52903256d63004f305a?OpenDocument>>. Acesso em 20 nov. 2015.

_____. Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. s/d.

_____. *Programa de Ação Social – ProAC*. Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. http://www.proac.sp.gov.br/proac_icms/principal/. Acesso em: 27 de jun. 2018.

_____. ALESP - Assembleia Legislativa Do Estado De São Paulo. 15ª Sessão Legislativa (2003-2007). *Parte II – Espécies De Proposições: Modelos*, 2004, p 91. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/arquivos/documentacao/estudos-e-manuais/manual-processo-legislativo/manual_proclegis_0.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. Resolução – ALESP nº 576, de 26 de JUNHO de 1970. *XIV Consolidação do Regimento Interno, de 18 de junho de 2011*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/1970/compilacao-resolucao.alesp-576-26.06.1970.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. Lei nº 2.574, de 04 de dezembro de 1980. *Estabelece normas para a declaração de utilidade pública*.

_____. Lei Complementar nº 846, de 04 de junho de 1998. *Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1998/lei.complementar-846-04.06.1998.html>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

_____. Lei 12.268 de 20 de fevereiro de 2006. *Institui o Programa de Ação cultural – PAC, e dá providências correlatas*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12268-20.02.2006.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Atribuições*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/assembleia/atribuicoes/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Processo Legislativo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/processo-legislativo/#saiba_mais>. Acesso em: 27 ago. 2015.

_____. Decreto nº 54.275/09, de 27 de abril de 2009. *Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006, que instituiu o Programa de Ação Cultural – PAC*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/157606>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

SÃO PAULO. Serviço Social do Comércio. Administração Regional no Estado de São Paulo. *AGENDA 21 DA CULTURA*. Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural. Barcelona: 2004. Disponível em: <<http://centrodepesquisaformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/146/13759000391889842866.pdf>>. Acesso em: 26/01/2018.

SANTOS, Milton. *Da cultura à indústria cultural*. São Paulo: Folha de São Paulo, 19 de março de 2000.

SCHIER, Paulo Ricardo. *Comissões Parlamentares de Inquérito e o conceito do fato determinado*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ABREU, Luiz Eduardo. A novidade do antigo ou as muitas formas de representar o papel do Estado na cultura. In: SILVA, Frederico A. Barbosa da; ABREU, Luiz Eduardo (Orgs.). *As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ipea, 2011, p. 17-48.

SILVA, Luis Inácio Lula da. Em BH, lançamento do Memorial da Democracia celebra lutas e conquistas do povo brasileiro, 2017. Disponível em: <<http://institutolula.org/em-bh-lancamento-do-memorial-da-democracia-celebra-lutas-e-conquistas-do-povo-brasileiro>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

SOARES, Fabiana de Menezes; ASSUNÇÃO, Linara Oeiras. *A qualidade da lei no contexto do desenvolvimento: desafios para o Brasil no século XXI*, 2015.

SOARES, José de Ribamar Barreiros. *O que faz uma CPI*. 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

_____. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (Orgs.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 65-86.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Partidos políticos registrados no TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

URQUIZA, Marconi de Albuquerque. MARQUES, Denilson Bezerra. Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. *Entretextos*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 115-144, jan./jun. 2016, p. 120-121.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

WILLIAMS, Raymond. *A Cultura é de Todos (Culture is Ordinary)*. Trad. de “Culture is Ordinary”, in: Norman Mackenzie (ed.), *Convictions*. London: MacGibbon and Gee, 1958, republicado como “Culture is Ordinary”, in: Raymond Williams, *Resources of Hope*. London: Verso, 1989.

WILLIAMS, Raymond. *Palavra-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. O futuro dos Estudos Culturais, in: *Política do Modernismo: contra os novos conformistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. Tradução de Politics and Modernism: against the new conformists.

APÊNDICE 1 - Questionários

EACHEscola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

1

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? Entendo que políticas públicas é uma soma de atividades do governo, o parlamento fiscaliza o executivo por consequência não tem como se dissociar disso.

2. Na concepção do Senhor Deputado, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☐)Não (☒)

Por quê? O executivo com seu poder discricionário tem o papel de fomento da cultura / cabe ao parlamento a indicação de propostas.

3. Na concepção do Senhor Deputado, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☐)Não (☒)

Por quê? Exatamente porque se trata de ato exclusivo do executivo.

4. O senhor deputado conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Se sim, qual ou quais? Programas de missão da Secretaria da cultura.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

- 1ª Segurança pública, guarda Civil Metropolitana
- 2ª Apoio a políticas públicas para terceira idade.
- 3ª Apoio ao emprego no interior paulista

EACH Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

2

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? A cultura preserva nossa identidade local.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? Porque a cultura preserva as nossas tradições e é como um fator de unificação social.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? - muito pouco

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Se sim, qual ou quais? Legislação do patrimônio histórico,
preços e valores históricos importantes recuperados.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª Saúde

2ª Juventude

3ª Meio Ambiente / Educação

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☐)

Não (☒)

Por quê?

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☐)

Não (☒)

Por quê?

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☐)

Não (☒)

Se sim, qual ou quais? _____.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª FAMÍLIA

2ª MEIO AMBIENTE

3ª CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? É uma de suas competências mais importantes, uma forma de atender ao interesse público, garantir a participação, a cidadania e a realização de ações de desenvolvimento.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? Tem sido uma das áreas com maior prioridade no orçamento do Estado e é uma área valorizada uma vez que colabora para mudar valores no exercício da cidadania.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☐)

Não (☒)

Por quê? Há, ainda, uma visão equivocada de que a identificação com a realidade dos eventos, não se trata de prioridade na atuação de cultura e prioridade.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Se sim, qual ou quais? Programas de fomento cultural (Festas, eventos, festivais, corais, etc.) e formação de profissionais (músicos, dançarinos, etc.).

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª Saúde

2ª Educação, Ciência e Tecnologia.

3ª Reforma política e meio ambiente

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO DA TESE DE MESTRADO DA EACH USP – Maio/2018

PESQUISADORA: TATIANA LIMA SARMENTO PANOSSO – Mestranda em Estudos Culturais

QUESTÕES/RESPOSTAS

1. (SIM)

Por que? Embora caiba ao Executivo colocar seu projeto de governo em ação e materializar suas políticas públicas, quando o faz por meio de projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa, os deputados podem apresentar emendas e aperfeiçoar a proposta do governo. Podem depois também fiscalizar as políticas públicas implementadas pelo Executivo.

2. (SIM)

Por que? Em alguns casos e para determinadas iniciativas, podem ser apresentadas emendas parlamentares ao Orçamento do Estado para auxiliar entidades encarregadas de promover Cultura no Estado.

3. (SIM)

Por que? À medida que o deputado apresenta projetos de lei, faz emendas aos projetos de lei encaminhados pelo governo e destina recursos por meio de emendas orçamentárias a entidades ligadas à cultura, esse papel de fazer política pública está sendo realizado.

4. (SIM)

Por que? Como exemplo, conheço e apoio o excelente trabalho feito pela Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP TOM JOBIM. Inclusive apresentei emenda orçamentária a esta entidade em 2015, no valor de R\$ 2.231.628,00.

5. Áreas prioritárias de minha atuação:

1. SEGURANÇA
2. CIDADANIA
3. SAÚDE

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? Porque Política não é só entre políticos.
Pertence a todos sem exceção.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? A política faz parte de um todo
que consiste nas obrigações de um político.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☐)

Não (☒)

Por quê? Porque não temos um parlamentar
com esta preocupação

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☐)

Não (☒)

Se sim, qual ou quais? _____.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª Tributária

2ª Promoção Social

3ª Educação

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? Entre as atribuições dos deputados, enquanto representantes eleitos do povo, está a formação de leis. Não sendo as leis apenas normativas, mas intervenções que alterem a realidade social, então é sim papel do legislativo fazer política pública.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? A cultura, de forma ampla, é o modo de vida de uma sociedade, de um grupo. É uma realidade social e portanto objeto de incidência do trabalho dos deputados dentro essa com ações.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)

Não (☒)

Por quê? Em alguma medida, alguns deputados têm projetos que contemplam cultura específicos e temos também a Comissão de Educação e Cultura, mas falta, de fato, uma política institucional voltada à cultura.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Se sim, qual ou quais? Caso de Cultura não tem exemplo, mas indiretamente apesar de ser mesmo Estado, ficam restritos à capital e RMSP. O projeto mais recente, da ALESP, é um projeto de uma política do meu mandato, de fomentar a cultura. Lembro ao garantir que a festa das usinas, de Grimalto, faz um bom exemplo de como fazer, mas não conseguimos.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor da Cultura, Deputado?

1ª SAÚDE;

2ª MEIO AMBIENTE;

3ª CULTURA;

DEPUTADO MARCOS MARTINE

... = 33

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

É papel do Estado criar ações ou programas assegurando os direitos da cidadania a cultura

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

Através de Projetos, Indicações, Projeto de Lei ou votando Lei do executivo fomentar o desenvolvimento da cultura para o acesso da população

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

Através de PL e ações e sessões internas, apesar que ainda de uma forma acanhada. É preciso maior participação e apoio por parte da ALESP

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Se sim, qual ou quais?

Visitas Monitoradas a museus e galerias da Capital, apresentações musicais e artísticas, Exposições de arte em geral

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

- 1ª *Segurança Pública*
- 2ª *Assistência Social*
- 3ª *Saúde.*

[Assinatura]
CORONEL TELHADA
Deputado Estadual-PP

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

TRATA-SE DE COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL CONCORRENTE AO EXECUTIVO LEGISLAM SOBRE A ÁREA DA CULTURA.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

POR ESTAR ENTRE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGISLATIVAS E TER DEVER INCENTIVAR A ALESP. A ALESP POSSUI EM SUAS DEPENDÊNCIAS MES ESPÇOS II A REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES CULTURAIS.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

APRESENTA PROJETOS DE LEI, QUE SÃO ENVIADOS ALE ENCAMINHADOS PELO EXECUTIVO.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Se sim, qual ou quais? Lei 12.268/06 que institui o

PAC - PROGRAMA DE APOIO CULTURAL, ALTERNADO NA CASA DE LEI

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª SAÚDE

2ª SEGURANÇA

3ª EDUCAÇÃO

EACHEscola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo **QUESTIONÁRIO**

10

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? PORQUE A POPULAÇÃO ESPERA ISSO DE SEUS REPRESENTANTES

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? SIM. JM DEPUTADO TEM A OBRIGAÇÃO DE TRAZER O BEM-ESTAR PARA SEUS REPRESENTADOS. E CULTURA É UMA FORMA DE BEM-ESTAR

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? SIM, A ALESP FAZ. PORÉM, ESTAMOS SEMPRE ATENTOS PARA MELHORAR NO QUE FOR NECESSÁRIO.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Se sim, qual ou quais? EM NOSSO MEIO TRABALHAMOS MUITO COM A CULTURA EVANGÉLICA, MAS NÃO DEIXAMOS DE LADO AS POLÍTICAS QUE BENEFICIAM A POPULAÇÃO.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª SAÚDE

2ª EDUCAÇÃO

3ª DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EACHEscola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

HÉLIO NISHIMOTO

22/5/18

11

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? PORQUE ESSA É UMA DAS OBRIGAÇÕES DO PODER PÚBLICO.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? PORQUE POR INICIATIVA LEGISLATIVA A ALESP PODE PROPOR, VOTAR OU APERFEIÇOAR A CULTURA (LEIS) NO ESTADO.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? PORQUE VÁRIAS LEIS ELABORADAS PELA ALESP OU VOTADAS POR ELA TRATAM DA ÁREA CULTURAL NO ESTADO.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Se sim, qual ou quais? EXEMPLO: LEI DE INCENTIVO À CULTURA ATRAVÉS DE RENÚNCIA FISCAL.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª SAÚDE

2ª ESPORTE

3ª CULTURA

EACH Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

12

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim ()

Não (☒)

Por quê? *A competência para "fazer política pública" é do Poder Executivo. Cabe ao Legislativo fiscalizar, conforme Constituição Federal.*

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim ()

Não (☒)

Por quê? *Não é "papel" da Assembleia, porém, ela fomenta de forma insistente;*

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)

Não ()

Por quê?

Através de projetos de Lei.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não ()

Se sim, qual ou quais? *Pinacoteca, Museu da Língua Portuguesa, Museu do Futebol, Museu Catavento, MAC, incentivo à produção cultural, Proac entre outros.*

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª *Social*2ª *Saúde*3ª *Educação*

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

Em minha opinião, a principal função dos deputados e deputadas é criar leis que melhorem a qualidade de vida da população. Criada a lei, fica instituída a política pública que beneficia a todos.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

Sim, através de projetos de leis direcionados à área e destinação de recursos a projetos já existentes.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

Os deputados da Alesp fazem política pública para o setor, porém o setor não tem a atenção necessária dos poderes executivo e legislativo.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Se sim, qual ou quais? Portos M1S, programa de formação e difusão audiovisual em espaços alternativos em várias cidades do Estado de São Paulo. Programa criado em 2011.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª Educação e Cultura

2ª Direitos das Mulheres, Crianças e adolescentes

3ª Apoio a Movimentos que lutam pela moradia e por terra no Estado de São Paulo

EACHEscola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo **QUESTIONÁRIO**

14

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? *Sim, pois a política pública é uma política a*

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? *Sim, pois a cultura é uma atividade humana e a ALESP tem o dever de fomentar a cultura no Estado de São Paulo.*

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê? *Sim, pois a ALESP tem o dever de fomentar a cultura no Estado de São Paulo. A ALESP tem o dever de fomentar a cultura no Estado de São Paulo. A ALESP tem o dever de fomentar a cultura no Estado de São Paulo.*

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Se sim, qual ou quais? *Programa Criança, Jovem e Mulher, Programa de Fomento à Cultura, Programa de Fomento à Cultura, Programa de Fomento à Cultura.*

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

- 1ª *Atuação do Deputado no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.*
- 2ª *Atuação do Deputado no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.*
- 3ª *Atuação do Deputado no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.*

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

Porque o Legislativo é um dos Poderes que compõem o Estado e, portanto, responsável por preparar as políticas públicas a serem implementadas pelo Poder Executivo.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

Porque a cultura é importante instrumento de educação, devendo estar entre as prioridades do Estado.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☐)

Não (☒)

Por quê?

A ALESP tem atuação muito parcial atualmente à cultura não tendo uma atuação efetiva frente à população.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☐)

Não (☐)

Se sim, qual ou quais? _____

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª Meio Ambiente

2ª Educação

3ª Redução da desigualdade

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? PORQUE ALÉM DA FUNÇÃO DE FISCALIZAR O EXECUTIVO, O PODER LEGISLATIVO TEM A FUNÇÃO DE LEGISLAR, E DENTRO DA FUNÇÃO DE LEGISLAR HÁ DIVERSAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIVERSAS ÁREAS.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? A ALESP PODE CRIAR LEIS DE FOMENTO A CULTURA OU APERFEIÇOAR A LEGISLAÇÃO EXISTENTE.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? ELA CRIA DIVERSAS LEIS DE DATAS CULTURAIS COMEMORATIVAS, HÁ DIVERSOS PROJETOS DE LEI NA ÁREA CULTURAL QUE É LEGISLAÇÃO CONCORRENTE. PROJETOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E MATERIAL DO ESTADO DE SP.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Se sim, qual ou quais? - BENEFÍCIO FISCAL ATRAVÉS DO PROAC ICMS.
(INCENTIVO À PRODUÇÃO CULTURAL)

- MUSEUS COMO A PINACOTECA, DA LINHA PORTUGUESA, MAC...

- PREMIO INEZITA BARRETO NA ALESP (ANUAL)

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª ATIVIDADES ECONÔMICAS

2ª DEFESA DO CONSUMIDOR

3ª AGRONEGÓCIO

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? Há vários projetos apresentados neste sentido. No entanto, os que são aprovados acabam no veto e na falta de regulamentação por parte do Executivo.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Se sim, qual ou quais? Uma - entrada para professores.

da rede pública estadual, projeto e que virou lei, de minha autoria.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª Transportes

2ª Agraria

3ª Interesse Social

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (2)

Não ()

Por quê? Os representantes do povo no parlamento, deve auxiliar, discutir sobre e fomentar políticas públicas, por meio inclusiva de leis de áreas com potencial orgânicas.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (2)

Não ()

Por quê? através da legislação, e participando ativamente, inclusive com a criação de espaços no próprio prédio, e levando a cultura a todos, inclusive por meio de políticas públicas.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (2)

Não ()

Por quê? através de programas de apoio cultural como a Lei 12.268/06 que visa apoiar e potencializar a memória cultural.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (2)

Não ()

Se sim, qual ou quais? a Lei 12.268/06 que institui o PAC
Programa de Apoio Cultural.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª defesa e proteção ao consumidor

2ª fomento e apoio a cultura

3ª integração do Poder de necessidades especiais a ~~os~~ mobilidade urbana

EACHEscola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

19

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê?

Porque o Poder Legislativo viabiliza recursos em benefício da população.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê?

O incentivo à cultura é um dos pontos que pode ser abordado. O papel fundamental da ALESP é a criação, aprovação e a aplicabilidade das leis. Assim, podem ser criadas e aprovadas leis que incentivem atividades culturais e a cultura em si.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê?

Através da ALESP, podem ser realizadas ações de grande diversidade cultural, tais como projetos de incentivo a atividades culturais específicas, festividades, exposições, apresentações musicais, teatrais e esportivas.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Se sim, qual ou quais?

Salvador de Cultura, Museu da Língua Portuguesa, Orquestra Cultural, entre outras.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª Saúde

2ª Políticas Públicas

3ª Esporte

20 59

Tatiana Lima Sarmiento Panosso <tatianalimas@usp.br>

20

Respostas Questionário Políticas Públicas de Cultura

1 message

Roberto Engler <imprensa@robertoengler.com.br>

Thu, May 24, 2016 at 4:40 PM

Reply-To: imprensa@robertoengler.com.br

To: tatianalimas@usp.br

Boa tarde, Tatiana. Tudo bem?

Abaixo, as respostas ao questionário, em nome do Gabinete do Deputado Estadual Roberto Engler (PSB).

Um abraço!

1 - É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim. Porque o Poder Legislativo, institucionalmente, ou os seus membros, individualmente ou por meio de comissões ou frentes parlamentares, detêm representatividade para defender temas e preocupações relevantes para a sociedade. O verbo fazer pode, neste caso, englobar muitos significados e alguns deles, como propor, cobrar, fiscalizar, aprovar leis de incentivo e orçamentos, se encaixam na função do Legislativo para fins de fazer política pública.

2 - Em sua concepção, é papel da Alesp fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim. Da mesma forma como dito anteriormente, o Poder como instituição ou os parlamentares dispõem de ferramentas diversas que permitam esse fomento. Na medida em que a Cultura é, e sempre será, demandada pela sociedade, a Alesp pode/deve buscar atender a essa necessidade.

3 - Em seu entendimento, a Alesp faz política pública de cultura?

Sim. Direta ou indiretamente, a Assembleia faz política pública de Cultura. Uma vez mais nos repetindo (por necessidade), o envolvimento dos deputados com as ações voltadas à Cultura pode ser maior ou menor, mas acaba por ser inevitável.

4 - Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim.

Projeto Guri, voltado ao Ensino Musical a Crianças e Jovens.

Conjunto de Museus Paulistas, voltado à conservação e divulgação de acervos históricos e obras de arte.

Proac, destinado ao financiamento de produções culturais por meio de dedução fiscal.

Outras ações e pequenos programas da Secretaria Estadual da Cultura, como Programa de Distribuição de Kits de Cinema, Virada Cultural Paulista, Circuito Paulista da Cultura, entre outros, em sua maioria voltados à difusão de espetáculos e produções culturais.

5 - Quais são as três áreas prioritárias de atuação do mandato do senhor deputado?

1 - Educação

2 - Saúde

3 - Cultura

--

Wildnei Teodoro

Comunicação

Deputado Estadual Roberto Engler

(11) 3886 6625/6647

Sempre ao seu lado!

www.robertoengler.com.br

www.facebook.com/robertoengler

Só imprima se necessário e ajude o meio ambiente

20 63

EACHEscola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo **QUESTIONÁRIO**

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê?

Definitivamente cabe ao Poder Legislativo criar políticas públicas de integração social, pois todo poder emana do povo, e o exercício deste deve ser em benefício.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê?

Sim, inclusive como encontra-se disposto no Art. 24, IX da Constituição Federal

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)Não (☐)

Por quê?

Com certeza, inclusive sou autor do Projeto de Lei que reconhece e estimula a cultura caipira.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)Não (☐)

Se sim, qual ou quais? Projeto de Lei 113/2016

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª Educação

2ª Saúde

3ª meio-ambiente

Respostas da pesquisa.

Orientanda: Tatiana Lima Sarmiento Panosso

22

1) É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

R: Políticas públicas são princípios norteadores da ação do poder público. Ou seja, são diretrizes, procedimentos e regras que determinam as relações entre o Estado e os atores sociais a que se destinam as aplicações de recursos públicos e os benefícios sociais, concretizados em programas, financiamentos e leis que traduzem a natureza e as prioridades. Portanto, o papel do Legislativo é criar estas leis, conduzindo a legitimação de tais políticas.

2) Em sua concepção é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

R: Fomentar, considerando a semântica de estimular, apoiar, impulsionar ou promover, poderá fazer parte das atribuições legislativas por meio da promoção e difusão, seminários, debates, audiências públicas, frente parlamentares e criação de mecanismos de fomento à cultura.

3) Em seu entendimento a Alesp faz política pública de cultura?

R: A Alesp cria mecanismos para o fomento a cultura, tais como a Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Lei nº 12.268/06), audiência públicas para discussão de temas afins, inclusões das necessidades culturais no orçamento estadual, entre outras ações.

4) Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no estado de São Paulo?

R: Fábrica de cultura, entre outras.

5) Quais são as três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1º Trabalho

2º Economia Solidária

3º Moradia

qç 109

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim ()

Não (X)

Por quê? *Essa não é o papel do Poder Legislativo e sim do Poder Executivo, muito embora o legislativo possa desempenhar um papel auxiliar*

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim ()

Não (X)

Por quê? *Pode o Poder Legislativo buscar e apontar meios de fomento da Cultura, bem como fiscalizar as entidades que desenvolvem parcerias/convenios com o Poder Executivo.*

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim ()

Não (X)

Por quê? *A ALESP passa a ser um meio (um elo) para discussões de grupos para o desenvolvimento de políticas públicas. Pode dizer que em algumas ocasiões o espaço físico da ALESP é cedido para ações culturais.*

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (X)

Não ()

Se sim, qual ou quais? *as oficinas culturais; Museu da Língua Portuguesa, orquestras e bandas musicais, conservatório municipal de Lapa, escola de música Tom Jobim entre outros*

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª *Saúde (é médico)*

2ª *Segurança pública*

3ª *Educação*

EACHEscola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo **QUESTIONÁRIO**

24

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não ()

Por quê?

Como poder constituinte do Estado, o Legislativo deve promover política pública

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não ()

Por quê?

Vide item anterior

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)

Não ()

Por quê?

Subsidiado destacando datas históricas para a cultura popular.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim ()

Não (☒)

Se sim, qual ou quais?

Exceto o indicado no item anterior

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª MOBILIDADE

2ª EDUCAÇÃO

3ª JUSTIÇA SOCIAL

97

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? *O poder legislativo faz política pública no sentido de estabelecer normas de normas de política pública. Há um problema de competência por questão constitucional.*

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? *Sim, com base nas competências da Constituição do Estado.*

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? *Não no sentido de criar uma*

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Se sim, qual ou quais? visita cultural

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª *política pública*

2ª *educação*

3ª *educação não ambiental, segurança pública, transporte*

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim () Não ()

Por quê? É função do Estado construir políticas públicas, no entanto acredito que o papel do legislativo seja o de aprofundar o debate, fiscalizar as políticas já em andamento e defender o direito e o acesso da população a essas políticas.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (X) Não ()

Por quê? Porque é papel da ALESP fomentar a cultura no Estado por meio de proposições, debates, audiências públicas em diálogo constante com a sociedade e os fazedores de cultura.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim () Não (X)

Por quê? Porque quem executa faz políticas públicas é o Poder Executivo.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (X) nenhuma Não ()

Se sim, qual ou quais? Entretanto, a equação política do governo do Estado de São Paulo é de não promover cultura e/ou políticas públicas culturais para o Estado, com o objetivo de manutenção da cultura dominante de status quo.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

- 1ª Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar
- 2ª Habitação e Reforma Urbana
- 3ª Direitos Humanos

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê?

Não só do poder legislativo, mas também do Executivo. É dever do legislativo, além de legislar, dar condições de governabilidade ao governo e ^{debater} políticas públicas.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? Em parceria com o governo do Estado e o legislativo legisla sobre cultura e debatem assuntos com participação popular.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (☒)

Não (☐)

Por quê? Sim. Debates o assunto nas comissões permanentes de interesse, floor parlamentar, audiências públicas e eventos relacionados ao tema.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (☒)

Não (☐)

Se sim, qual ou quais? 50 inúmeros, entre eles:

Disseminação da leitura, o curso de cultura através de projetos como o mestrado cultural e apoio a eventos culturais no Estado.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª Saúde

2ª Segurança pública

3ª Educação

28

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim ()

Não ()

Por quê?

Sim.

Compete ao Legislativo acompanhar todas as ações do Poder Executivo, principalmente focado nos programas que beneficiam as classes menos favorecidas. O Governo deve implementar Políticas Públicas - diretrizes, procedimentos e regras que determinam as relações entre o Estado e os atores sociais a que se destinam as aplicações de recursos públicos e os benefícios sociais. Portanto, compete também ao Poder Legislativo definir políticas públicas, como forma de exercer o poder político frente a diferentes interesses de setores sociais conflitantes em agendas restritivas de gasto, equilíbrio entre receitas e despesas. Cito como exemplo, um projeto de minha autoria, o 194/2017, que define políticas públicas para organizar a assistência social no Estado, como forma obrigatória do Poder Público prestar atendimento à classe menos favorecida.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim ()

Não ()

Por quê?

Sim. A Cultura é um dos pilares da formação do caráter das pessoas. É através da cultura que se observa e se insere nos movimentos sociais. É como as pessoas convivem com os seus iguais na sociedade. A Cultura determina o comportamento das pessoas. E a Assembleia Legislativa, representada por seus atores principais, que são os deputados, deve fomentar a Cultura para influenciar os bons costumes e levar as pessoas a um crescimento intelectual e pessoal perante a sociedade.

15-89

substituir referida festa por um evento literário. Em minha cidade -

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim ()

Não ()

Por quê?

Sim. A ALESP tem inúmeros projetos dos deputados voltados ao fomento da cultura, incentivando, principalmente, a realização de eventos influenciadores do meio social. Por exemplo: se uma cidade tem como tradição realizar festa do peão, temos que apoiar. Não adianta querer substituir referida festa por um evento literário. Em minha cidade - Votuporanga, por exemplo, acontece, anualmente, o FLIV – Festival Literário. A festa do peão não tem tanto apelo. E a ALESP tem aprovado muitos projetos que incentivam e propõem políticas públicas voltadas ao fomento da cultura.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim ()

Não ()

Se sim, qual ou quais? _____.

Sim.

Existem muitas ações, como disse acima, de deputados e comissões da Assembleia para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a todos os setores da atividade humana, inclusive a de cultura. Devemos enxergar cultura não apenas como movimento esteticista, mas como ações que norteiam a vida do ser humano. Cito como exemplo o ConPAZ Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz, um órgão da Assembleia Legislativa, instituído pela Resolução 829/2002, composto por 36 organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e representantes de diversas tradições religiosas, e parlamentares. A Cultura de Paz está relacionada à prevenção e à resolução não-violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em um conjunto de valores da democracia e compromissos com o exercício e o respeito dos direitos e deveres humanos.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª

2ª

3ª

1ª – Saúde. Porque acredito que as pessoas devem receber atendimento digno. Todos têm direito de tratamento especial e compete ao governo oferecer esse tão almejado direito que todos procuram. Tenho, como parlamentar, me dedicado ao máximo, para aumentar os recursos destinados aos municípios e santas casas para que os atendimentos pelo SUS sejam cada vez melhores.

2ª – Assistência Social. Tenho a convicção de que toda pessoa deve receber assistência enquanto passa por uma crise e, em consequência, ser ajudada a levantar-se para não viver de assistencialismo sempre. Portanto, é necessário que desenvolvamos políticas públicas para contribuir para melhorar a vida das pessoas.

3ª – Educação e Cultura. São dos pilares importantíssimos da vida das pessoas. Deles é que extraímos a formação educacional, profissional, capacitacional, cultural e comportamental. O Brasil, no meu modo de pensar, precisa investir muito em Educação e Cultura, pois só assim as pessoas vão estar aptas a viverem melhor em seu meio, alcançarem sucesso na vida profissional e serem respeitadas.

EACHEscola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

29

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O poder legislativo como mecanismo de política pública de cultura no Estado de São Paulo" que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A contribuição de Vossa Excelência é fundamental para os resultados esperados.

1. É papel do Poder Legislativo do Estado de São Paulo fazer política pública?

Sim ()

Não (X)

Por quê? É papel do Poder legislativo fazer sugestões e projetos sugerindo ao Poder legislativo realização de Políticas Públicas.

2. Em sua concepção, é papel da ALESP fomentar a Cultura no Estado de São Paulo?

Sim (X)

Não ()

Por quê? Acreditando que a cultura indiscutivelmente é um meio de projetos - melhoria da qualidade de vida da população.

3. Em seu entendimento, a ALESP faz política pública de cultura?

Sim (X)

Não ()

Por quê? Elabora projetos para incentivar a cultura junto a Secretaria devida.

4. Vossa Excelência conhece alguma política pública de cultura no Estado de São Paulo?

Sim (X)

Não ()

Se sim, qual ou quais? Bibliotecas Vira.

5. Quais são três áreas prioritárias de atuação do mandato do Senhor Deputado?

1ª Saúde

2ª - Promoção Social

3ª cultura e lazer

Ass. 01

ANEXO 1 – Agenda 21 da Cultura

AGENDA 21 DA CULTURA

Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural

Nós, cidades e governos locais do mundo, comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz, reunidos em Barcelona nos dias 7 e 8 de Maio de 2004, no IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre para a Inclusão Social, no marco do Fórum Universal das Culturas – Barcelona 2004, aprovamos esta Agenda 21 da cultura como documento orientador das políticas públicas de cultura e como contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade.

I. PRINCÍPIOS

1. A diversidade cultural é o principal património da humanidade. É o produto de milhares de anos de história, fruto da contribuição coletiva de todos os povos, através das suas línguas, imaginários, tecnologias, práticas e criações. A cultura adopta formas distintas, que sempre respondem a modelos dinâmicos de relação entre sociedades e territórios. A diversidade cultural contribui para uma “existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória” (Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, artigo 3), e constitui um dos elementos essenciais de transformação da realidade urbana e social.
2. Existem claras analogias políticas entre as questões culturais e ecológicas. Tanto a cultura como o meio ambiente são bens comuns da humanidade. A preocupação ecológica nasce da constatação de um modelo de desenvolvimento económico excessivamente predador dos recursos naturais e dos bens comuns da humanidade. Rio de Janeiro 1992, Aalborg 1994 e Joanesburgo 2002 constituíram os principais marcos de um processo que tenta dar resposta a um dos desafios mais importantes da humanidade: a sustentabilidade ecológica. A situação atual apresenta evidências suficientes de que a diversidade cultural no mundo se encontra em perigo devido a uma mundialização estandardizadora e excludora. A UNESCO afirma: “Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica

para a natureza” (Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, artigo 1).

3. Os governos locais reconhecem que os direitos culturais fazem parte indissociável dos direitos humanos e tomam como referência básica a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional Relativo aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966) e a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001). Nesse sentido, ratifica-se que a liberdade cultural dos indivíduos e das comunidades é condição essencial da democracia. Nenhuma pessoa pode invocar a diversidade cultural para atentar contra os direitos humanos garantidos pelo direito internacional nem para limitar o seu alcance.
4. Os governos locais constituem-se como agentes mundiais de primeira ordem, enquanto defensores e promotores do avanço dos direitos humanos. Além disso são porta-vozes da cidadania mundial e manifestam-se a favor de sistemas e instituições internacionais democráticos. Os governos locais trabalham conjuntamente, em rede, trocando práticas, experiências e coordenando as suas ações.
5. O desenvolvimento cultural apóia-se na multiplicidade dos agentes sociais. Os princípios de um bom governo incluem a transparência informativa e a participação cidadã na concepção das políticas culturais, nos processos de tomada de decisões e na avaliação de programas e projetos.
6. A indispensável necessidade de criar as condições para a paz deve caminhar juntamente com as estratégias de desenvolvimento cultural. A guerra, o terrorismo, a opressão e a discriminação são expressões de intolerância que devem ser condenadas e erradicadas.
7. As cidades e os espaços locais são ambientes privilegiados da elaboração cultural em constante evolução e constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto (procedências, visões, idades, géneros, etnias e classes sociais) torna possível o desenvolvimento humano integral. O diálogo entre identidade e diversidade, indivíduo e coletividade, revela-se como a ferramenta necessária para garantir tanto uma cidadania cultural planetária, como a sobrevivência da diversidade linguística e o desenvolvimento das culturas.
8. A convivência, nas cidades, implica um acordo de responsabilidade conjunta entre cidadania, sociedade civil e governos locais. O ordenamento jurídico resulta fundamental, mas não pode ser a única forma de regulação da convivência nas cidades. Como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 29): “O indivíduo

tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade”.

9. O patrimônio cultural, tangível e intangível, é o testemunho da criatividade humana e o substrato da identidade dos povos. A vida cultural contém, simultaneamente, a riqueza de poder apreciar e acumular tradições dos povos com a oportunidade de permitir a criação e a inovação das suas próprias formas. Esta característica descarta qualquer modalidade de imposição de padrões culturais rígidos.
10. A afirmação das culturas, assim como o conjunto das políticas que foram postas em prática para o seu reconhecimento e viabilidade, constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social. O carácter central das políticas públicas de cultura é uma exigência das sociedades no mundo contemporâneo. A qualidade do desenvolvimento local requer a imbricamento entre as políticas culturais e as outras políticas públicas –sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas.
11. As políticas culturais devem encontrar um ponto de equilíbrio entre interesse público e privado, vocação pública e institucionalização da cultura. Uma excessiva institucionalização, ou a excessiva prevalência do mercado como único distribuidor de recursos culturais, comporta riscos e levanta obstáculos ao desenvolvimento dinâmico dos sistemas culturais. A iniciativa autônoma dos cidadãos, individualmente ou reunidos em entidades e movimentos sociais, é a base da liberdade cultural.
12. A adequada valoração econômica da criação e difusão dos bens culturais –de carácter amador ou profissional, artesanal ou industrial, individual e coletivo– converte-se, no mundo contemporâneo, num fator decisivo de emancipação, de garantia da diversidade e, portanto, numa conquista do direito democrático dos povos a afirmar as suas identidades nas relações entre as culturas. Os bens e serviços culturais, tal como afirma a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (artigo 8), “na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentido, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais”. É necessário destacar a importância da cultura como fator de geração de riqueza e desenvolvimento econômico.
13. O acesso ao universo cultural e simbólico em todos os momentos da vida, desde a infância à velhice, constitui um elemento fundamental de formação da sensibilidade, da expressividade, da convivência e da construção de cidadania. A identidade cultural de todo indivíduo é dinâmica.

14. A apropriação da informação e a sua transformação em conhecimento por parte dos cidadãos é um ato cultural. Portanto, o acesso sem distinções aos meios de expressão, tecnológicos e de comunicação e a constituição de redes horizontais fortalece e alimenta a dinâmica das culturas locais e enriquece o acervo coletivo de uma sociedade que se baseia no conhecimento.
15. O trabalho é um dos principais âmbitos da criatividade humana. A sua dimensão cultural deve ser reconhecida e desenvolvida. A organização do trabalho e a implicação das empresas na cidade ou no território devem respeitar esta dimensão como um dos elementos fundamentais da dignidade humana e do desenvolvimento sustentável.
16. Os espaços públicos são bens coletivos que pertencem a todos os cidadãos. Nenhum indivíduo ou grupo pode ver-se privado da sua livre utilização, dentro do respeito pelas normas adotadas em cada cidade.

II. COMPROMISSOS

17. Estabelecer políticas que fomentem a diversidade cultural, a fim de garantir a amplitude da oferta e a presença de todas as culturas, especialmente das minoritárias ou desprotegidas, nos meios de comunicação e de difusão, incentivando as co-produções e os intercâmbios, e evitando posições hegemônicas.
18. Apoiar e promover, mediante diferentes meios e instrumentos, a manutenção e ampliação dos bens e serviços culturais, buscando a universalização do acesso a estes, a ampliação da capacidade criativa de todos os cidadãos, a riqueza que representa a diversidade linguística, a exigência artística, a busca de novas formas de expressividade e a experimentação com as novas linguagens, a reformulação e a interação das tradições, os mecanismos de gestão cultural que detectem os novos movimentos culturais, o novo talento artístico e o potenciem para que possa chegar à sua plenitude. Os governos locais manifestam o seu compromisso com a geração e ampliação de públicos e a participação cultural como elementos de uma cidadania plena.
19. Implementar os instrumentos apropriados, para garantir a participação democrática dos cidadãos na formulação, no exercício e na avaliação das políticas públicas de cultura.
20. Garantir o financiamento público da cultura mediante os instrumentos necessários. Entre eles deve destacar-se o financiamento direto de

programas e serviços públicos, o apoio a atividades de iniciativa privada através de subvenções, assim como aqueles modelos mais novos tais como microcréditos, fundos de risco, etc. Igualmente, cabe contemplar o estabelecimento de sistemas legais que facilitem incentivos fiscais às empresas que invistam na cultura, sempre tendo em conta o respeito pelo interesse público.

- 21.** Constituir espaços de diálogo entre as diferentes opções espirituais e religiosas que convivem no território local e destas com o poder público, com o fim de assegurar o direito de livre expressão e uma convivência harmónica.
- 22.** Promover a expressividade como uma dimensão básica da dignidade humana e da inclusão social, sem prejuízo de razões de género, idade, etnia, incapacidade, pobreza ou qualquer outra discriminação que impossibilite o pleno exercício das liberdades. A luta contra a exclusão é a luta pela dignidade de todas as pessoas.
- 23.** Promover a continuidade e o desenvolvimento das culturas locais originárias, portadoras de uma relação histórica e interativa com o território.
- 24.** Garantir a expressão e a participação das pessoas com culturas procedentes da imigração ou arraigadas originariamente em outros territórios. Ao mesmo tempo, os governos locais comprometem-se a viabilizar os meios para que as pessoas imigrantes acedam à cultura da comunidade de acolhida e participem nela. Este compromisso recíproco é o fundamento dos processos de convivência e interculturalidade que, de fato, sem este nome, contribuíram a configurar a identidade de cada cidade.
- 25.** Promover a implementação de formas de “avaliação do impacto cultural” para considerar, com carácter preceptivo, as iniciativas públicas ou privadas que impliquem alterações significativas na vida cultural das cidades.
- 26.** Considerar os parâmetros culturais na gestão urbanística e em toda a planificação territorial e urbana, estabelecendo as leis, normas e os regulamentos necessários que assegurem a protecção do património cultural local e a herança das gerações antecessoras.
- 27.** Promover a existência dos espaços públicos da cidade e fomentar o seu uso como lugares culturais de relação e convivência. Promover a preocupação pela estética dos espaços públicos e nos equipamentos coletivos.
- 28.** Implementar ações que tenham como objetivo a descentralização das políticas e dos recursos destinados à área cultural, legitimando a

originalidade criativa das chamadas periferias, favorecendo os setores sociais vulneráveis, defendendo o princípio do direito à cultura e ao conhecimento de todos os cidadãos sem discriminações de nenhum tipo. Esta determinação não deverá passar por alto as responsabilidades centrais e, particularmente, as que referem ao necessário financiamento que todos os projetos de descentralização exigem.

- 29.** Promover, particularmente, a coordenação entre as políticas culturais dos governos locais que partilham um mesmo território, num diálogo que valorize a identidade de cada um, a sua contribuição ao conjunto e a eficiência dos serviços postos à disposição da cidadania.
- 30.** Potencializar o papel estratégico das indústrias culturais e os meios de comunicação locais, tendo em conta sua contribuição à identidade local, à continuidade criativa e à geração de empregos.
- 31.** Promover a socialização e o acesso à dimensão digital dos projetos e do acervo cultural local ou universal. As tecnologias da informação e da comunicação devem-se utilizar como ferramentas capazes de pôr o conhecimento cultural ao alcance de todos os cidadãos.
- 32.** Implementar políticas que tenham como objetivo a abertura de meios de comunicação públicos no âmbito local, assim como o seu desenvolvimento de acordo com os interesses da comunidade seguindo os princípios de pluralidade, transparência e responsabilidade.
- 33.** Gerar os mecanismos, instrumentos e recursos para garantir a liberdade de expressão.
- 34.** Respeitar e garantir os direitos morais dos autores e dos artistas e a sua justa remuneração.
- 35.** Convidar criadores e artistas a comprometerem-se com as cidades e com os territórios, identificando problemas e conflitos da nossa sociedade, melhorando a convivência e a qualidade de vida, ampliando a capacidade criativa e crítica de todos os cidadãos e, muito especialmente, cooperando para contribuir à resolução dos desafios das cidades.
- 36.** Estabelecer políticas e investimentos que fomentem a leitura e a difusão do livro, assim como o pleno acesso de toda a cidadania à produção literária global e local.
- 37.** Favorecer o carácter público e colectivo da cultura, fomentando o contacto dos públicos na cidade em todas as manifestações que facilitam a convivência: espectáculos ao vivo, cinema, festas, etc.

- 38.** Gerar instâncias de coordenação entre as políticas culturais e educativas, impulsando o fomento da criatividade e da sensibilidade e a relação entre as expressões culturais do território e o sistema educativo.
- 39.** Garantir o gozo dos bens e serviços culturais às pessoas com incapacidade, facilitando o acesso destas pessoas aos equipamentos e atividades culturais.
- 40.** Promover as relações entre equipamentos culturais e entidades que trabalham com o conhecimento, com as universidades, os centros de investigação e as empresas investigadoras.
- 41.** Fomentar os programas dirigidos a divulgar a cultura científica e a tecnologia entre todos os cidadãos; especialmente, se se considera que as possíveis aplicações dos novos conhecimentos científicos geram questões éticas, sociais, económicas e políticas que são de interesse público.
- 42.** Estabelecer instrumentos legais e implementar acções de protecção, do património cultural por meio de inventários, registos, catálogos e todos os tipos de actividades de promoção e difusão tais como exposições, museus, itinerários, etc.
- 43.** Proteger, revalorizar e difundir o património documental gerado no âmbito da esfera pública local/regional, por iniciativa própria ou associando-se com entidades públicas e privadas, incentivando a criação de sistemas municipais e regionais com esta finalidade.
- 44.** Trabalhar para abrir o livre descobrimento dos patrimónios culturais aos habitantes de todas as regiões do planeta. Promover também, em relação com os profissionais do sector, um turismo respeitoso com as culturas e os costumes das localidades e territórios visitados.
- 45.** Desenvolver e implementar políticas que aprofundem os processos de multilateralidade, baseados no princípio da reciprocidade. A cooperação cultural internacional é uma ferramenta indispensável na constituição de uma comunidade humana solidária, que promove a livre circulação de artistas e operadores culturais especialmente através da fronteira norte-sul, como uma contribuição essencial para o diálogo entre os povos, para a superação dos desequilíbrios provocados pelo colonialismo e para a integração inter-regional.

III. RECOMENDAÇÕES

AOS GOVERNOS LOCAIS

- 46.** Convidar todos os governos locais a submeter este documento à aprovação dos órgãos de governo municipal e a realizar um debate mais amplo com a sociedade local.
- 47.** Assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, impulsionando a redacção de agendas 21 da cultura em cada cidade o território, em coordenação íntima com os processos de participação cidadã e planificação estratégica.
- 48.** Realizar propostas de acordo sobre os mecanismos de gestão da cultura com os outros níveis institucionais, respeitando o princípio de subsidiaridade.
- 49.** Realizar, antes do ano 2006, uma proposta de sistema de indicadores culturais que dê conta do desenvolvimento desta Agenda 21 da Cultura, a partir de métodos gerais de maneira que se possa facilitar o seguimento e a comparabilidade.

AOS GOVERNOS DE ESTADOS E NAÇÕES

- 50.** Estabelecer os instrumentos de intervenção pública no campo cultural tendo em conta o aumento das necessidades cidadãos relacionadas com este campo, a insuficiência de programas e recursos actualmente existentes e a importância da desconcentração territorial nas atribuições orçamentais. Também é preciso trabalhar para atribuir um mínimo de 1% do orçamento nacional para a cultura.
- 51.** Estabelecer mecanismos de consulta e acordo com os governos locais, directamente, ou mediante as suas redes e federações, no estabelecimento de novas legislações, regulamentações e sistemas de financiamento no campo cultural.
- 52.** Evitar a celebração de acordos comerciais que condicionem o livre desenvolvimento da cultura e a troca de bens e serviços culturais em igualdade de condições.
- 53.** Aprovar disposições legais para evitar a concentração das indústrias da cultura e da comunicação e promover a colaboração, especialmente no âmbito da produção, com as instâncias locais e regionais.
- 54.** Garantir a adequada menção da origem dos bens culturais expostos nos nossos territórios e adoptar medidas para impedir o tráfico ilícito de bens pertencentes ao património histórico de outros povos.

- 55.** Aplicar à escala estatal ou nacional os acordos internacionais sobre a diversidade cultural, e muito especialmente a “Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural”, aprovada na 31ª Conferência General, em Novembro de 2001, e o “Plano de Acção” acordado na Conferência Intergovernamental de Estocolmo (1998) sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento.

ÀS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÕES DE CIDADES

- 56.** As Cidades e Governos Locais Unidos, adoptar esta Agenda 21 da cultura como documento de referência dos seus programas culturais e assumir um papel de coordenação do processo posterior à sua aprovação.
- 57.** Às redes continentais de cidades e governos locais (especialmente as que impulsaram a concretização desta Agenda 21 tais como: Interlocal, Eurocities, Sigma, Mercocidades, entre outras), considerar este documento dentro dos seus programas de acção técnica e política.

AGÊNCIAS E PROGRAMAS DAS NAÇÕES UNIDAS

- 58.** À UNESCO, reconhecer esta Agenda 21 da cultura como documento de referência nos trabalhos de preparação do instrumento jurídico internacional ou Convenção sobre a Diversidade Cultural prevista para 2005.
- 59.** À UNESCO, reconhecer as cidades como os territórios onde se traduzem os princípios da diversidade cultural, especialmente os aspectos relacionados com a convivência, a democracia e a participação, e estabelecer os mecanismos de participação dos governos locais nos seus programas.
- 60.** Ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aprofundar nas análises sobre cultura e desenvolvimento e incorporar indicadores culturais nos cálculos do índice de desenvolvimento humano (IDH).
- 61.** Ao Departamento de Assuntos Económicos e Sociais - Divisão de Desenvolvimento Sustentável, como responsável pelo seguimento da Agenda 21, desenvolver uma dimensão cultural da sustentabilidade seguindo os princípios e os compromissos desta Agenda 21 da cultura.

62. As Nações Unidas – HABITAT, considerar este documento como fundamentação da importância da dimensão cultural das políticas urbanas.
63. Ao Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, incluir a dimensão urbana nas suas análises das relações entre os direitos culturais e o resto dos direitos humanos.

ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS E SUPRANACIONAIS

64. À Organização Mundial do Comércio, excluir os bens e serviços culturais das suas rondas de negociação. As bases das trocas de bens e serviços culturais devem ser estabelecidas num novo instrumento jurídico internacional como a Convenção sobre a Diversidade Cultural prevista para 2005.
65. Às organizações continentais (União Europeia, Mercosur, União Africana, Associação de Nações do Sudeste Asiático), incorporar a cultura como pilar básico da sua construção. Respeitando as competências nacionais e a subsidiaridade, é necessária uma política cultural continental baseada nos princípios da legitimidade da intervenção pública na cultura, na diversidade, na participação, na democracia e no trabalho em rede.
66. Aos organismos multilaterais estabelecidos a partir de afinidades culturais (por exemplo, Conselho da Europa, Liga de Estados Árabes, Organização de Estados Ibero-americanos, Organização Internacional da Francofonia, Commonwealth, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, União Latina) promover diálogos e projectos conjuntos que permitam avançar numa maior compreensão entre as civilizações e na geração de mútuo conhecimento e confiança, base da paz.
67. À Rede Internacional de Políticas Culturais (estados e ministros de cultura) e à Rede Internacional para a Diversidade Cultural (associações de artistas), considerar as cidades como territórios fundamentais da diversidade cultural, estabelecer os mecanismos de participação dos governos locais nos seus trabalhos e incluir os princípios recolhidos nesta Agenda 21 da cultura nos seus planos de actuação.

Barcelona, 8 de Maio de 2004

Agenda 21 da cultura.

Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural

Aprovação

A Agenda 21 da cultura foi aprovada por cidades e governos locais de todo o mundo comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz, reunidos no IV Fórum de Autoridades Locais para a Inclusão Social de Porto Alegre. A aprovação realizou-se no dia 8 de Maio de 2004 em Barcelona.

A Agenda 21 da Cultura foi apresentada às Nações Unidas - Habitat, a UNESCO e a Cidades e Governos Locais Unidos no dia 15 de Setembro de 2004 no Fórum Urbano Mundial, no quadro do Fórum Universal das Culturas Barcelona 2004.

Objectivos

As cidades e os governos locais desenvolvem actualmente um papel fundamental para pôr a mundialização ao serviço dos cidadãos.

Com a aprovação da Agenda 21 da cultura, as cidades e os governos locais que assinaram adoptaram um documento que assinala os aspectos críticos do desenvolvimento cultural ao mundo e assumem o firme compromisso de fazer que a cultura seja uma dimensão chave das suas políticas urbanas.

O documento Agenda 21 da cultura quer contribuir para dar uma resposta aos desafios de desenvolvimento cultural que o mundo enfrenta neste século XXI. A ideia inicial guarda muitas semelhanças com o processo que se desenvolveu no final do século XX em relação ao meio ambiente. Hoje está a nascer uma consciencialização semelhante no campo da cultura, que está a assumir um papel central na mundialização. Por isso é especialmente importante desenvolver acordos que promovam a diversidade cultural, o carácter aberto da cultura e a importância da criação e da participação cultural.

Processo de elaboração

A Agenda 21 da cultura foi elaborada no marco do IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre ou FAL (<http://www.bcn.es/fal>), o encontro de presidentes de câmaras e representantes de governos locais de todo o mundo, criado em 2001 no âmbito do Fórum Social Mundial (<http://www.forumsocialmundial.org.br>), com o objectivo de debater e pôr em prática políticas para a inclusão social e a construção de uma sociedade planetária com justiça, paz e democracia, uma construção que não se pode fazer sem as cidades.

Entre Janeiro de 2003 e Maio de 2004, os sucessivos rascunhos da Agenda 21 da Cultura foram debatidos em diversos seminários e em reuniões de redes culturais:

- Interacció (<http://www.diba.es/interaccio>), Diputació de Barcelona: Barcelona, 4-6 de Maio de 2004.
- Interlocal (<http://www.diba.es/interlocal>), Rede Iberoamericana de Cidades para a Cultura: Montevideo, 25-28 de Março de 2003, e Barcelona, 3 de Maio de 2004.
- Sigma, Rede Europeia de Administrações Intermédias para a Cultura e a Proximidade: Pisa, Fevereiro 2004.

- Eurocidades (<http://www.eurocities.org>), Comité Cultura: Helsinki, Setembro de 2003, e Praga, Março de 2004).
- Forum Latino-Americano da Agenda 21 das Cidades para a Cultura (http://www.portoalegre.rs.gov.br/agenda_21): Porto Alegre, 15-18 Janeiro 2004.
- Campus Euroamericano de Cooperación Cultural, Fundação Interarts (<http://www.interarts.net>): Sevilla, Dezembro de 2003.
- Fórum Europeo de Autoridades Locais, Saint Denis, Novembro 2003.

Nas seguintes cidades realizaram-se reuniões específicas de debate do documento:

- Encuentro y festival de culturas (<http://www.ci-lapaz.gov.bo/>), la Paz (Bolivia), 21-24 de Abril de 2004.
- Programa Montevideo Siglo XXI (<http://www.montevideo.gub.uy/cultura>), Montevideo (Uruguai), 23 de Abril de 2004.
- Cultura Nova Iguaçu na Agenda 21 global (http://www.novaiguacu.rj.gov.br/sec_cultura.htm), Nova Iguaçu (RJ, Brasil), 10 Janeiro 2004.

Finalmente, desde Janeiro de 2004 Delibera.info realiza um fórum virtual de debate (<http://www.delibera.info>) onde se podem valorar e comentar cada um dos artigos.

Como participar?

Um crescente número de cidades e governos locais de todo o mundo têm aprovado a Agenda 21 da Cultura nos seus órgãos de governo municipal.

Cidades e Governos Locais Unidos têm adoptado a Agenda 21 da cultura como documento de referência do seu programa em cultura e têm assumido um papel de coordenação do processo de continuidade à escala internacional.

A comissão em cultura de Cidades e Governos Locais Unidos é o ponto de encontro das cidades e os governos locais que situam a cultura no coração dos seus processos de desenvolvimento.

Mais informação:

www.cities-localgovernments.org
www.agenda21culture.net

ANEXO 2 – Temas concorrentes

Foram localizados 105 projetos de lei sem aderência à cultura nos moldes da pesquisa, conforme demonstradas neste anexo e não categorizados na análise da pesquisa.

Temas concorrentes (continua...)

	Legislatura	Projeto	Tramitação	Partido
1	21/12/2016	Projeto de lei 939/2016 Dispõe sobre incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares no Estado.	Documento Juntado - Projeto de lei 385 /2012	DEM
2	02/07/2016	Projeto de lei 562/2016 Dispõe sobre a isenção do ICMS incidente na aquisição de veículos utilitários por agricultores familiares.	Comissão CFOP	DEM
3	02/06/2016	Projeto de lei 455/2016 Altera a Lei nº 6.374, 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Comissão CFOP	PT
4	28/04/2016	Projeto de lei 359/2016 Dispõe sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Restaurante Popular Bom Prato.	Comissão CAE	PT
5	21/10/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1368/2015 Dá a denominação de "Doutor Luiz Antônio de Abreu e Souza" à Casa da Agricultura de José Bonifácio, naquele Município.	Lei nº 16470 , publicada em 20/06/2017	PPS
6	27/06/2015	Projeto de lei 1045/2015 Dispõe sobre a proibição de descarte de aves.	Comissão - CCJR	PSC
7	24/06/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 1021/2015 Dá a denominação de "Luiz Carlos Munhoz" à Casa da Agricultura de Itatinga.	Conclusão Numeração	DEM
8	29/04/2015	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 537/2015 Dá a denominação de "Antonio Medeiro de Lisboa Filho" à Casa da Agricultura de Cândido Rodrigues.	Lei nº 15985 / 2015 , publicada em 11/11/2015	PMDB
9	02/10/2014	Projeto de lei 1295/2014 Dispõe sobre criação amadorista e comercial de passeriformes.	Ordem do Dia	PTB

Temas concorrentes (continua...)

10	14/06/2012	Projeto de lei 408/2012 Dispõe sobre a regulamentação da atividade de piscicultura, reconhece como atividade de interesse social e econômico e estabelece as condições para o desenvolvimento sustentável da produção piscícola no Estado.	Ordem do Dia	PMDB
11	13/06/2012	Projeto de lei 403/2012 Dispõe sobre critérios para a outorga de títulos a Municípios paulistas.	Lei nº 15294 , publicada em 09/01/2014	PSDB
12	17/04/2012	Projeto de lei 253/2012 Altera a Lei nº 11.600, de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10ª Região Administrativa do Estado.	Arquivado	PT
13	04/04/2012	Projeto de lei 209/2012 Institui a Política Estadual de Incentivo à Cultura do Bambu, como parte da política estadual de desenvolvimento agrícola.	Ordem do Dia	PDT
14	15/12/2011	Projeto de lei 1185/2011 Dispõe sobre a previsão, a reserva e a destinação de área específica, nos estabelecimentos de ensino, à prática de educação ambiental.	Ordem do Dia	PT
15	01/09/2011	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 836/2011 Dá a denominação de "Átila Paes de Camargo" à Casa da Agricultura de Cesário Lange, naquele Município.	Comissao - CAE	PPS
16	02/08/2011	Projeto de lei 688/2011 RGL: 4165 /2011 Cria o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS.	Lei nº 14591 , publicada em 15/10/2011	Governador
17	02/06/2011	Projeto de lei 548/2011 Dispõe sobre concessão de crédito para a juventude rural do Estado.	Ordem do Dia	PSB
18	14/04/2011	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 311/2011 Dá a denominação de "Victor André de Argollo Ferrão Netto" ao Edifício nº 3 do Conjunto CATI, ora ocupado pela Divisão de Extensão Rural - Dextru, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Estado da Agricultura, em Campinas.	Lei nº 14576 , publicada em 05/10/2011	PSDB
19	07/04/2011	Projeto de lei 243/2011 Autoriza Poder Executivo a criar a Secretaria Estadual da Pesca e Aquicultura.	Arquivado	PTB
20	07/04/2011	Projeto de lei 242/2011 Autoriza o Poder Executivo a criar, em sua estrutura organizacional, a Gerência de Aquicultura e Pesca no Estado.	Arquivado	PTB

Temas concorrentes (continua...)

21	07/04/2011	Projeto de lei 241/2011 Autoriza o Poder Executivo a criar, em sua estrutura organizacional, a Escola de Pesca e Aquicultura.	Arquivado	PTB
22	09/07/2009	Projeto de lei 550/2009 Autoriza o Poder Executivo a criar o Selo Agricultura Natural.	Arquivado	DEM
23	22/08/2008	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 558/2008 Dá a denominação de "Engenheiro Agrônomo Adriani Aparecido Garcia" à Casa Estadual da Agricultura de Caconde.	Arquivado	PSDB
24	26/06/2008	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 458/2008 Dá a denominação de "Eng.º Agrônomo Dr. Olavo Silveira" à Casa da Agricultura de São José da Bela Vista.	Lei nº 13427 , publicada em 28/02/2009	PSDB
25	05/06/2008	Projeto de lei 391/2008 Dispõe sobre a comercialização de banana "in natura".	Lei nº 13174 , publicada em 24/07/2008	PSDB
26	15/03/2008	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 160/2008 Dá a denominação de "Joaquim Aleixo Machado" ao prédio da Casa da Agricultura em Itapetininga.	Lei nº 13194 , publicada em 27/08/2008	PV
27	15/02/2008	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 48/2008 Dá a denominação de "Fábio de Salles Meirelles " à Casa da Agricultura de Franca, naquele Município.	Lei nº 13193 , publicada em 27/08/2008	DEM
28	15/02/2008	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 41/2008 Dá a denominação de "Eng.º Agr.º Orlando de Andrade Figueiredo" à Casa da Agricultura de Patrocínio Paulista, naquele Município.	Lei nº 13185 , publicada em 23/08/2008	PSDB
29	29/11/2007	Projeto de lei 1365/2007 Limita a área para o plantio da cana-de-açúcar em sessenta por cento da extensão territorial do Estado.	Arquivado	PMDB
30	08/11/2007	Projeto de lei 1291/2007 Proíbe o plantio, comércio, transporte e produção da planta Murta (<i>Murraya paniculata</i>), por ser um dos principais hospedeiros de bactéria disseminadora da praga Huanglongbing (HLB - Greening).	Arquivado	PDT
31	03/10/2007	Projeto de lei 1182/2007 Estabelece critério para comercialização de banana no Estado.	Arquivado	PSDB

Temas concorrentes (continua...)

32	21/09/2007	Projeto de lei 1128/2007 Determina a reserva de pelo menos 30% do imóvel utilizado na cultura da cana-de-açúcar para o plantio de outras culturas.	Ordem do Dia	PT
33	23/06/2007	Projeto de lei 592/2007 Cria o Programa Estadual de Empreendedorismo vinculado às Universidades Públicas e Privadas.	Ordem do Dia	PSB
34	15/06/2007	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 571/2007 Dá a denominação de "José Borges Baptista" à Casa da Agricultura de Buritizal, naquele Município.	Lei nº 12805 , publicada em 31/01/2008	DEM
35	14/06/2007	Projeto de lei 561/2007 Altera a Lei nº. 11.241, de 2002, para proibir a queima da palha da cana de açúcar, a menos de 4 (quatro) quilômetros do perímetro da área urbana definida por lei municipal.	Ordem do Dia	DEM
36	09/05/2007	Projeto de lei 403/2007 : 2951 /2007 Institui o Programa de Orientação em Saúde e Atendimento Social à Gravidez Precoce e Juvenil.	Lei nº 12732 , publicada em 12/10/2007	PDT
37	03/05/2007	Projeto de lei 385/2007 Altera a Lei nº 11.241, de 2002, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar.	Ordem do Dia	PDT
38	28/04/2007	Projeto de lei 373/2007 Estabelece normas para a utilização de caixas descartáveis e retornáveis no acondicionamento, transporte, distribuição e venda de alimentos hortifrutícolas "in natura".	Ordem do Dia	DEM
39	20/04/2007	Projeto de lei 323/2007 Proíbe o uso de herbicidas que contenham em sua fórmula o ingrediente Ativo Ácido 2,4 Diclorofenoxiacético (2,4-D).	Ordem do Dia	PTB
40	20/04/2007	Projeto de lei 321/2007 Institui compensação financeira aos municípios, de lavouras de citricultura pela comercialização de seus produtos a indústrias de moagem e fabricação de suco, independentemente de estarem localizadas em outro território municipal.	Ordem do Dia	PMDB
41	14/04/2007	(CONCLUSIVA) Projeto de lei 276/2007 Dá a denominação de "Casa da Agricultura José Coronado Cabrera" à Casa da Agricultura de Ibirarema, naquele Município.	Lei nº 12804 , publicada em 31/01/2008	PSB

Temas concorrentes (continua...)

42	22/03/2007	Projeto de lei 89/2007 Autoriza aos proprietários rurais o plantio de seringueiras, nas condições que especifica o artigo 2º, do Decreto nº 50.889, de 2006.	Arquivado	PSB
43	14/02/2007	Projeto de lei 19/2007 Dá a denominação de "Casa da Agricultura José Coronado Cabrera" à Casa de Agricultura de Ibirarema, naquele Município.	Documento Juntado - Projeto de lei 276 /2007	PSB
44	13/02/2007	Projeto de lei 17/2007 Institui o registro de máquinas e implementos agrícolas e torna obrigatória a instalação de "chip" de identificação e localização dos mesmos.	Ordem do Dia	PMDB
45	08/02/2007	Projeto de lei 14/2007 Altera a Lei nº 11.241, de 2002, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar.	Arquivado	PDT
46	19/12/2006	Projeto de lei 752/2006 Estabelece normas de extrativismo florestal de uso sustentável, nas áreas de reserva legal.	Arquivado	PSDB
47	28/09/2006	Projeto de lei 627/2006 : 7261 /2006 Determina ao órgão público competente, a criação de cursos semanais, gratuitos e oferecidos periodicamente aos produtores rurais e/ou seus funcionários, no Estado.	Ordem do Dia	PSB
48	11/08/2006	Projeto de lei 513/2006 Autoriza o Executivo a instituir o "Programa Pró-Rural/Banco do Povo Paulista".	Ordem do Dia	PSDB
49	11/08/2006	Projeto de lei 512/2006 Cria o "Programa de peixamento na Represa Billings".	Ordem do Dia	PPS
50	23/02/2006	Projeto de lei 72/2006 Regulamenta a fiscalização da frota de veículos e condição das estradas por onde são transportados os trabalhadores rurais.	Arquivado	PT
51	20/12/2005	Projeto de lei 926/2005 Obriga a adoção de apólice de seguro coletivo, proporcional à capacidade do local, nos eventos com acesso restrito a portadores de ingresso.	Arquivado	PPS
52	25/10/2005	Projeto de lei 763/2005 Institui a "Política de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado de São Paulo".	Ordem do Dia	PT
53	07/09/2005	Projeto de lei 592/2005 Cria o Cadastro Estadual de Tratores e Máquinas Agrícolas Similares - CETRAMAS.	Ordem do Dia	PPB

Temas concorrentes (continua...)

54	17/02/2005	Projeto de lei 31/2005 Isenta do pagamento do IPVA os veículos utilizados no transporte de mercadorias para sacolões e feiras-livres.	Ordem do Dia	PDT
55	18/12/2004	Projeto de lei 803/2004 Dispõe sobre a produção agro-orgânica, bem como seu processo de certificação e fomento.	Ordem do Dia	PDT
56	09/12/2004	Projeto de lei 770/2004 Acrescenta dispositivo ao artigo 14 da Lei nº 11.165, de 2002, que instituiu o Código de Pesca do Estado.	Lei nº 12285 , publicada em 23/02/2006	PPB
57	04/12/2004	Projeto de lei 750/2004 Obriga a realização da mostra de arquitetura e decoração "Casa Cor de São Paulo", a cada dois eventos, em bem imóvel público que necessite de restauração, reforma, conservação ou preservação.	Arquivado	PPS
58	19/11/2004	Projeto de lei 701/2004 Obriga o Estado a disponibilizar percentual do ICMS sobre produtos produzidos com matéria-prima rural para fornecimento de café da manhã aos trabalhadores rurais.	Ordem do Dia	PSC
59	10/09/2004	Projeto de lei 570/2004 Cria linha especial de crédito ao pequeno produtor rural para aquisição de máquina ou implemento agrícola.	Arquivado	PP
60	31/08/2004	Projeto de lei 549/2004 Altera dispositivos das Disposições Transitórias da Lei nº 8.421, de 1993, que deu nova redação à Lei nº 6.171, de 1988, que dispõe sobre uso, conservação e preservação do solo agrícola.	Lei nº 11970 , publicada em 01/07/2005	Governador
61	06/08/2004	Projeto de lei 497/2004 Dá a denominação de "Engenheiro Agrônomo Dr. Alberto Campana" à Casa da Agricultura, em Brotas.	Lei nº 11965 / 2005 , publicada em 11/06/2005	PSDB
62	26/06/2004	Projeto de lei 454/2004 Dá a denominação de "José Ary Morales Agudo" à Casa da Agricultura de Osvaldo Cruz.	Lei nº 12008 , publicada em 10/09/2005	PP
63	13/05/2004	Projeto de lei 327/2004 Dá a denominação de "Newton Silvestre Frozoni" à Casa da Agricultura de São Sebastião da Gramma, naquele Município.	Lei nº 11859 , publicada em 18/01/2005	PPS
64	01/04/2004	Projeto de lei 200/2004 Dá a denominação de "Lázaro de Souza Godoy - Lazineho" à Casa de Agricultura de Lindóia.	Lei nº 11821 , publicada em 06/01/2005	PPS

Temas concorrentes (continua...)

65	13/03/2004	Projeto de lei 139/2004 Dá a denominação de "Sr. José Tácito Fonseca Leite" à Casa da Agricultura de Taiaçú, naquele Município.	Lei nº 11857 , publicada em 18/01/2005	PSDB
66	17/12/2003	Projeto de lei 1324/2003 Cria o Programa de Financiamento, através de linha de crédito especial, a agricultores familiares e pequenos produtores rurais, para o desenvolvimento da produção de produtos orgânicos.	Arquivado	PSDB
67	28/11/2003	Projeto de lei 1225/2003 Cria a "Cédula de Identificação do Produtor Rural".	Arquivado	PT
68	13/11/2003	Projeto de lei 1152/2003 Dispõe sobre o repovoamento dos rios.	Arquivado	PMDB
69	31/10/2003	Projeto de lei 1116/2003 Cria o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança CTEBio.	Ordem do Dia	PV
70	11/10/2003	Projeto de lei 1043/2003 Cria o Programa do Trator Popular".	Ordem do Dia	PSB
71	27/09/2003	Projeto de lei 980/2003 Cria o Programa Estadual de Incentivo à Prática da Piscicultura e Agroindústria, nos municípios com represas e rios.	Ordem do Dia	PSB
72	25/09/2003	Projeto de lei 954/2003 Acrescenta dispositivos ao artigo 3º da Lei nº 7.964, de 1992, que dá nova denominação ao Fundo de Expansão Agropecuária, define seus objetivos e dispõe sobre a aplicação de seus recursos.	Ordem do Dia	DEM
73	12/09/2003	Projeto de lei 849/2003 Dispõe sobre a criação de áreas especiais, destinadas às atividades agrícolas, nos estabelecimentos do Sistema Penitenciário do Estado.	Arquivado	PSC
74	20/08/2003	Projeto de lei 678/2003 Dá a denominação de "Vereador Sérgio Donizete Fernandes Balestra" à Casa de Agricultura de Tupi Paulista, naquele Município.	Lei nº 11695 / 2004 , publicada em 22/05/2004	PSDB
75	13/06/2003	Projeto de lei 509/2003 Dispõe sobre a criação de áreas especiais, destinadas às atividades agrícolas, nos estabelecimentos do Sistema Penitenciário do Estado.	Ordem do Dia	PSC
76	10/05/2003	Projeto de lei 354/2003 Cria o "Selo Agrícola".	Ordem do Dia	PV
77	10/05/2003	Projeto de lei 352/2003 Obriga a inclusão do café com leite na merenda escolar das unidades da rede estadual de ensino.	Ordem do Dia	DEM

Temas concorrentes (continua...)

78	30/04/2003	Projeto de lei 299/2003 Isenta do ICMS os equipamentos para citricultura.	Ordem do Dia	PP
79	15/04/2003	Projeto de lei 219/2003 Cria o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.	Ordem do Dia	PT
80	09/04/2003	Projeto de lei 188/2003 Dá a denominação de "Rogério Antonio Sales Domingues" à Casa da Agricultura de Valentim Gentil, naquele Município.	Lei nº 11477 , publicada em 10/10/2003	PP
81	11/03/2003	Projeto de lei 52/2003 Dá a denominação de "Rogério Antonio Sales Domingues" à Casa da Agricultura de Valentim Gentil, naquele Município.	Arquivado	PP
82	31/10/2002	Projeto de lei 648/2002 Cria a política estadual de desenvolvimento sustentado da aquicultura.	Arquivado	PPS
83	03/08/2002	Projeto de lei 477/2002 Dispõe sobre o desenvolvimento de programas, projetos e atividades visando a incentivar os criadores de gado bovino a integrarem o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina SISBOV.	Lei nº 12223 , publicada em 12/01/2006	PSDB
84	04/06/2002	Projeto de lei 357/2002 Cria o programa estadual de incentivo à piscicultura e agroindústria, nos municípios com represas e rios.	Arquivado	PSB
85	28/05/2002	Projeto de lei 344/2002 Isenta do ICMS os equipamentos para citricultura.	Arquivado	PP
86	25/05/2002	Projeto de lei 341/2002 Dá a denominação de "José Castilho" à Casa da Agricultura de General Salgado, naquele Município.	Lei nº 11445 , publicada em 22/07/2003	PSB
87	09/05/2002	Projeto de lei 287/2002 Dá a denominação de Kazuyoshi Gozi à Fazenda da Estação Experimental da Secretaria da Agricultura de Pindorama.	Arquivado	PPB
88	20/03/2002	Projeto de lei 155/2002 Mensagem nº 30/02. Institui Fundo Especial de Despesa na Secretaria de Agricultura e Abastecimento.	Lei nº 12049 , publicada em 22/09/2005	Governador
89	16/03/2002	Projeto de lei 143/2002 Obriga toda propriedade rural, produtora de cana-de-açúcar, a reservar, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sua área para o plantio de outras culturas.	Arquivado	PP

Temas concorrentes (continua...)

90	09/03/2002	Projeto de lei 116/2002 Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Programa de Incentivo ao Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Industrial".	Arquivado	DEM
91	07/03/2002	Projeto de lei 105/2002 Dispõe sobre sinalização de orientação turística nas rodovias estaduais.	Arquivado	PSDB
92	23/02/2002	Projeto de lei 66/2002 Proíbe a criação de camarões em cativeiros, a menos de 200 metros da costa ou em áreas de manguezais.	Arquivado	PSB
93	15/02/2002	Projeto de lei 31/2002 Institui o Selo Estadual de Qualidade de Produção para os produtores de mudas cítricas que optarem por plantações protegidas por telas ou estufas.	Lei nº 11974 , publicada em 26/08/2005	PPS
94	04/02/2002	Projeto de lei 1/2002 Mensagem nº 8/02. Dispõe sobre a concessão de subvenção do prêmio de seguro rural.	Lei nº 11244 , publicada em 22/10/2002	Governador
95	06/12/2001	Projeto de lei 832/2001 Proíbe o uso de Brometo de Metila na agricultura, em qualquer fase da produção, armazenamento, depósito ou tratamento de produtos e matérias-primas agrícolas destinadas à industrialização.	Prontos para Ordem do Dia	PT
96	30/11/2001	Projeto de lei 811/2001 Dá a denominação de Ministro Hugo de Almeida Leme ao Pavilhão de Engenharia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz USP, em Piracicaba.	Arquivado	PPS
97	09/11/2001	Projeto de lei 752/2001 Cria o "Certificado de Propriedade de Máquinas Agrícolas".	Lei nº 11753 / 2004 , publicada em 02/07/2004	PSDB
98	26/06/2001	Projeto de lei 380/2001 Mensagem nº 105/01. Dispõe sobre a eliminação do uso do fogo como método despalhador e facilitador do corte da cana-de-açúcar.	Lei nº 11241 , publicada em 20/09/2002	Governador
99	08/06/2001	Projeto de lei 336/2001 Dá a denominação de "Domingos Peruchi" à Casa da Agricultura, em Cordeirópolis.	Lei nº 11439 , publicada em 22/07/2003	DEM
100	18/05/2001	Projeto de lei 278/2001 Proíbe a fabricação, comercialização e utilização de produtos que contenham em sua composição restos de cartilagem, sangue, ossos ou qualquer tipo de componente de natureza animal, a ser destinado à alimentação ou complemento alimentar dos rebanhos bovinos.	Ordem do Dia	PSDB

Temas concorrentes (conclusão)

101	18/05/2001	Projeto de lei 277/2001 Torna obrigatória a discriminação de todos os componentes utilizados na produção de ração ou compostos que possam servir para alimentação ou complemento alimentar de animais.	Arquivado	PSDB
102	26/04/2001	Projeto de lei 228/2001 Proíbe o uso de inseticidas e de outros produtos contendo derivados de mercúrio na produção de verduras, legumes, frutas e outros vegetais comestíveis.	Ordem do Dia	PP
103	03/03/2001	Projeto de lei 78/2001 Proíbe a utilização de ração que contenha farinha, farelos ou quaisquer componentes de origem animal, na alimentação de bovinos, caprinos, suínos, ovinos e outros animais.	Arquivado	PSB
104	22/02/2001	Projeto de lei 67/2001 : 00485 /2001 Cria o Fundo de Aval para Associações ou Cooperativas Agrícolas, Pecuárias, de Piscicultura e assemelhadas.	Arquivado	PR
105	22/02/2001	Projeto de lei 63/2001 : 00481 /2001 Cria o Fundo de Aval para Associações ou Cooperativas de Pesca.	Arquivado	PR

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo – SPL. Tabulação e interpretação própria.

ANEXO 3 – Sem aderência ao objeto

Foram localizados 06 projetos de lei sem aderência ao objeto pesquisado

	Legislatura	Projeto	Tramitação	Partido
1	20/05/2016	Projeto de lei 420/2016 Torna obrigatória a comercialização ou disponibilização de bebidas dietéticas em eventos esportivos e shows culturais ou esportivos voltados ao público em geral e nos locais dos eventos.	Ordem do Dia	PSC
2	16/03/2013	Projeto de lei 121/2013 Dispõe sobre obrigatoriedades relativas à segurança e à incolumidade dos consumidores em estabelecimentos de cultura, esporte, lazer e entretenimento em geral instalados no Estado.	Ordem do Dia	PPS
3	11/12/2007	Projeto de lei 1397/2007 Proíbe a realização de eventos com bebidas liberadas ("open bar") no Estado.	Ordem do Dia	PSDB
4	13/07/2006	Projeto de lei 455/2006 Revoga as leis sem numeração que especifica, compreendidas entre 1970 e 1972.	Lei nº 12405/2006, publicada em 12/12/2006	PT
5	13/07/2006	Projeto de lei 454/2006 Revoga os decretos-leis sem numeração que especifica, compreendidos entre 1969 e 1970.	Lei nº 12407/2006, publicada em 15/12/2006	PT

Fonte: ALESP, Sistema do Processo Legislativo – SPL. Tabulação e interpretação própria.